



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MATHEUS CRIVELARI FORTES

**“MIL TRUTAS MIL TRETAS”**

HOMENS EM SITUAÇÃO DE RUA NA MÍDIA:  
NOÇÕES DE MASCULINIDADES EM DISPUTA

---

Londrina  
2022

MATHEUS CRIVELARI FORTES

**“MIL TRUTAS MIL TRETAS”**

**HOMENS EM SITUAÇÃO DE RUA NA MÍDIA:  
NOÇÕES DE MASCULINIDADES EM DISPUTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2 – Psicologia Social e Processos Institucionais.

Orientadora: Prof. Dra. Flávia Fernandes de Carvalhaes.

Londrina  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Fortes, Matheus Crivelari.

"MIL TRUTAS MIL TRETAS" : Homens em situação de rua na mídia: noções de masculinidades em disputa / Matheus Crivelari Fortes. - Londrina, 2022.  
147 f. : il.

Orientador: Flávia Fernandes de Carvalhaes.  
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2022.  
Inclui bibliografia.

1. Psicologia Social - Tese. 2. Subjetivação - Tese. 3. Masculinidades - Tese. 4. Mídia - Tese. I. Fernandes de Carvalhaes, Flávia. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

MATHEUS CRIVELARI FORTES

**“MIL TRUTAS MIL TRETAS”**

**HOMENS EM SITUAÇÃO DE RUA NA MÍDIA:  
NOÇÕES DE MASCULINIDADES EM DISPUTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha 2 – Psicologia Social e Processos Institucionais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof. Dra. Flávia Fernandes de  
Carvalhoes  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Alexandre Bonetti Lima  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Fabio Mariano da Silva  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC  
– SP)

Londrina, 30 de maio de 2022.

Dedico esta dissertação a todas as pessoas em situação de rua que cruzaram meu caminho. Que de alguma forma este trabalho possa contribuir para reflexões e transformações no sentido da garantia de direitos e da promoção de condições de vida dignamente humanas para esta parcela da população brasileira.

## AGRADECIMENTOS

À minha companheira, Gabriela, e à minha filha, Olivia, que compartilharam comigo os sabores, dissabores, alegrias e dores de um processo de mestrado atropelado por uma pandemia. Vocês trazem poesia, alegria, carinho e cores pra vida, meus amores. Agradeço pela compreensão, pela acolhida nos momentos de sofrimento, pelos diálogos e brincadeiras nos tempos de respiro. Peço desculpas pelos momentos em que estive ausente por conta dos afazeres com a dissertação. Tanto eu, como Gabriela, que atualmente também se encontra em processo de mestrado, desejamos que a universidade, em sua proposta democrática, se torne um lugar que respeite a diversidade e que crie condições para que pais e mães possam ocupá-la com tempo e qualidade, evitando a destruição de nossa saúde física-mental. Só pais e mães sabem da angústia que os prazos geram quando nossos filhos ficam doentes, ou quando nossas casas estão viradas de cabeça pra baixo.

À minha mãe, dona Solange, mulher, feminista, professora, mãe, jornalista, pedagoga e leitora voraz de livros (nunca vi pessoa ler com tanta voracidade como dona Sol). Obrigado, mãe, por sempre me aceitar como realmente sou, por ter me ensinado a apreciar e música popular brasileira, por ter me ensinado que a educação transforma vidas e sociedades e por ter me apresentado a importância de ocupar uma universidade. Sem você, eu não teria ingressado nem na graduação. Agradeço a ti também por ser a principal rede de apoio nos cuidados com Olivia. Eu e Gabriela somos eternamente gratos, dona Sol. Você é uma mulher incrível e me espelho muito em você.

Ao meu pai, Fernando, que de alguma forma sempre esteve presente e que não mede esforços para ajudar da maneira que é possível para ele. Sem o seu trabalho árduo e sem a sua presença, talvez eu também nem tivesse ingressado numa universidade pública.

Aos nossos queridos bichinhos: Chico, Dom Carlos e Inácio. Vocês alegram nossos

dias, arrancam brincadeiras, risadas e carinhos de nós. Vocês também são alento pros dias tristes e angustiantes. Fico impressionado com a sensibilidade de vocês, que percebem quando estamos precisando de um carinho e de um colo.

À minha querida orientadora, Flavinha, que me acompanhou do início ao fim neste processo. Que foi sensível, compreensiva e acolhedora com minhas demandas. Compartilhamos momentos alegres, fofocas, tristezas e angústias. Fortalecemos um laço de amizade que precedia o processo de mestrado. Flávia me ensinou muito nesse processo. Me ensinou a perceber, pesquisar, escrever e criar. Carrego você em meu peito, passarinha. E você carrega poesia por onde passa. Flávia não é máquina coisa nenhuma. Flávia é sabiá, Flávia é beija-flor que espalha pólen de poesia pra todo lado.

À banca: Fábio, Alexandre, Régis e Nalli. Vocês foram e continuam sendo fundamentais no meu processo de formação enquanto pesquisador e enquanto ser humano. Obrigado por serem tão sensíveis e tão generosos comigo e com Flávia neste processo. Seguimos lutando por uma sociedade mais justa, pela valorização da educação crítica e política e por encontros sensíveis aos sentidos e afetos.

Às amigas, amigues e amigos que me acompanharam neste processo. Obrigado pelos encontros, pelas trocas e pelo carinho. Vocês foram essenciais nesta caminhada. Sem a presença de vocês, todo o processo teria sido muito mais doloroso e solitário.

À todas as outras pessoas que eu não citei diretamente aqui, mas que fizeram parte desta caminhada de alguma forma.

O Criador deixou a humanidade aqui na Terra

E foi pra algum outro lugar do cosmos.

Um dia, ele se lembrou de nós e disse:

"Ah, eu deixei minhas criaturas lá na Terra

Preciso ver o que elas se tornaram".

Mas, enquanto fazia esse movimento incrível de vir até aqui nos ver

Ele pensou:

"E se eles tiverem se tornado algo pior do que eu posso conceber?

O melhor seria não ter um encontro pessoal com eles.

Vou fazer o seguinte, vou me transformar em uma outra criatura

Para ver as minhas criaturas.".

Ele se transformou num tamanduá e saiu pela campina.

Em certo momento, um grupo de caçadores, munidos de bordunas e laços

Se encostaram numa paisagem, avançaram sobre ele, o prenderam

E levaram pro acampamento com a intenção óbvia de comê-lo.

Duas crianças gêmeas, que observavam a cena

Evitaram que ele fosse levado para a fogueira

Ele então se revelou para os meninos

Que antes que os adultos descobrissem, acobertaram a sua fuga.

Do lado de uma colina, os meninos gritaram

"Avô, avô, que você achou da gente, das suas criaturas?"

E Deus respondeu "mais ou menos!".

(Gilberto Gil & Emicida, 2020)

Fortes, M. C. (2022). *“Mil trutas mil tretas” – Homens em situação de rua na mídia: noções de masculinidades em disputa*. 147 f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

## RESUMO

Esta pesquisa de mestrado em andamento analisa maneiras como enunciados midiáticos engendram concepções de masculinidades acerca de homens que vivem em situação de rua - HSR. Tendo como referências os debates das masculinidades e estudos decoloniais, adotaram-se as pesquisas qualitativa e documental como percurso metodológico. Considerando o fato de as condições de vida da população em situação de rua terem se tornado ainda mais precária com a emergência da Pandemia da COVID 19, tendo esta ganhado maior visibilidade na mídia devido às dificuldades de manter o isolamento social, a abrangência espaço-temporal da investigação é constituída por notícias publicadas no intervalo de março de 2020 a março de 2021. Na intenção de analisar reportagens tanto de abrangência local, como nacional, foram selecionados para a análise os jornais Folha de Londrina e Folha de São Paulo. Já os descritores, ou seja, as palavras-chave para busca das reportagens analisadas, são compostos pelas seguintes palavras: mendigo, morador de rua, homem em situação de rua e pessoa(s) em situação de rua. A produção das masculinidades é analisada no âmbito de uma matriz colonial de poder, que engendra expressões localizadas como hegemônicas, subalternas e/ou subversivas. O plano de problematização dos dados sobre os processos de construção das masculinidades de HSR se articula a partir da análise de três conceitos, a saber: as noções de abjeção proposta por Judith Butler, de necropolítica articulada por Achille Mbembe e de resistência tal como anunciada por Michel Foucault. Nos debates, são também problematizadas determinadas “verdades” que o discurso jornalístico faz circular e que engendram estereótipos (figuras lendárias/imagens de controle) sobre essa população, e que operam para reafirmar e/ou desestabilizar prerrogativas tradicionais de gênero. Conclui-se, provisoriamente, que a mídia se constitui como uma arena onde enunciados coexistem em guerrilha, havendo uma predominância de perspectivas normativas e conservadoras que reforçam imagens de controle sobre HSR. Em menor escala, percebeu-se enunciados que se articulam em aliança a movimentos de resistência dos HSR, que reivindicam autodefinição, cidadania e o exercício pleno de sua humanidade.

**Palavras-chave:** feminismos; gênero; masculinidades; homens em situação de rua; mídia.

Fortes, M. C. (2022). "A thousand doods, a thousand struggles" – Homeless men in the media: notions of masculinities in disput. 147 p. (Masters Dissertation in Psychology). State University of Londrina, Londrina.

## ABSTRACT

This master's research in progress analyzes ways in which media utterances engender conceptions of masculinities about men who live on the streets. Having as references the debates on masculinities and decolonial studies, qualitative and documentary research was adopted as a methodological approach. Considering the fact that the living conditions of the homeless population have become even more precarious with the emergence of the COVID 19 Pandemic, which has gained greater visibility in the media due to the difficulties of maintaining social isolation, the spatio-temporal scope of the investigation consists of news published between March 2020 and March 2021. In order to analyze reports of both local and national coverage, the newspapers Folha de Londrina and Folha de São Paulo were selected for analysis. The descriptors, that is, the keywords for searching the analyzed reports, are composed of the following words: beggar, homeless person, homeless man, and homeless person(s). The production of masculinities is analyzed within a colonial matrix of power, which engenders expressions located as hegemonic, subaltern and/or subversive. The data problematization plan on the processes of construction of men who live on the streets masculinities is articulated from the analysis of three concepts, namely: the notions of abjection proposed by Judith Butler, of necropolitics articulated by Achille Mbembe and of resistance as announced by Michel Foucault. In the debates, certain "truths" that journalistic discourse circulates and that engender stereotypes (legendary figures/control images) about this population are also problematized, and which operate to reaffirm and/or destabilize traditional gender prerogatives. It is provisionally concluded that the media is constituted as an arena where statements coexist in guerrilla warfare, with a predominance of normative and conservative perspectives that reinforce images of control over men who live on the streets. On a smaller scale, statements were found to be articulated in alliance with over men who live on the streets resistance movements, which claim self-definition, citizenship and the full exercise of their humanity.

**Keywords:** feminisms; gender; masculinities; homeless men; media.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Skinhead enforcando homem em situação de rua.....	27
<b>Figura 2</b> – Briga entre homens torcedores de clubes de futebol .....	27
<b>Figura 3</b> – Carta de comerciante ao exército solicitando a expulsão da PSR da praça Princesa Isabel .....	120
<b>Figura 4</b> – Paralelepípedos instalados sob o viaduto Antônio de Paiva Monteiro, no bairro do Tatuapé (zona leste de SP), no fim de 2020.....	135

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PSR	População/Pessoas em Situação de Rua
HSR	Homens em Situação de Rua
LGBTQIA+	Sigla que contempla diversas identidades e orientações sexuais dissidentes a cisheteronormatividade, sendo cada letra representante de um grupo específico e diverso ao mesmo tempo: Lésbicas (L), Gays (G), Bissexuais (B), Transsexuais (T), Travestis (T), <i>Queer</i> (Q) <sup>1</sup> , Intersexos (I) e Assexuais (A).
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua

---

<sup>1</sup> A inserção da letra Q e, portanto, do movimento *queer* na sigla é um tanto quanto polêmica e polissêmica no contexto dos movimentos sociais e dos estudos de gênero e sexualidade. Muitas teóricas que partem de diferentes lugares e de distintas perspectivas epistemológicas concordam e discordam acerca da inserção ou não da letra na sigla. Algumas defendem que *queer* não se constitui enquanto uma identidade, algumas criticam o termo por estar na língua inglesa hegemônica e imperialista norte-americana e assim por diante. Não cabe uma discussão aprofundada sobre a questão numa nota de rodapé. A questão posta sobre a circulação e utilização da letra Q se constitui enquanto um campo de disputa política, de narrativas, problematizações e identificações que reivindicam diversas pautas e posicionamentos. Nesta presente pesquisa optou-se por manter a letra Q, devido à trajetória do pesquisador no campo dos movimentos sociais, dos estudos sobre os movimentos *queer* e da identificação do mesmo enquanto *queer*. Assim como Preciado (2019), acredito que a identidade ou o devir *queer* nos possibilita engendrar identificações negativas (sapatatas, bichas, viadas, putas) que operam como resistências a discursos práticas de normalização universalizantes, de caráter binário, cis, heteronormativo.

## SUMÁRIO

1.	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
2.	<b>ITINERÁRIO METODOLÓGICO</b> .....	26
3.	<b>A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO PRODUÇÃO COLONIAL</b> .....	43
4.	<b>SUJEITO “HÔMI” EM DEBATE: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL DO CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO E DAS MASCULINIDADES</b> .....	68
5.	<b>HOMENS EM SITUAÇÃO DE RUA NA MÍDIA: A SOCIEDADE DE CONTROLE E AS GUERRILHAS DISCURSIVAS</b> .....	89
6.	<b>CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS</b> .....	125
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	137

## 1. INTRODUÇÃO

A maior riqueza do homem é a sua incompletude.  
Nesse ponto sou abastado.  
Palavras que me aceitam como sou — eu não  
aceito.  
Não aguento ser apenas um sujeito que abre  
portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que  
compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora,  
que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.  
Perdoai.  
Mas eu preciso ser Outros.  
Eu penso renovar o homem usando borboletas.  
(Manoel de Barros, 1998)

Esta pesquisa de mestrado analisa maneiras como enunciados midiáticos engendram concepções de masculinidades acerca de homens que vivem em situação de rua. Tendo em vista a importância de produzir saberes localizados (Haraway, Donna<sup>2</sup>, 1995b), acredito que seja interessante introduzir o problema de pesquisa pelo exercício de apresentar pistas, ainda que parciais, que foram se articulando durante a trajetória de vida do pesquisador e que conformaram seu interesse pela presente investigação.

Trata-se da trajetória de um menino branco, filho de pai nordestino, que – apesar de pertencer à famigerada classe média brasileira – viveu num bairro periférico de sua cidade natal. Um menino que morou numa rua de terra batida, que jogou futebol em golzinho caixote, que soltou pipa, jogou bolinha de gude, que vestiu as cores do arco-íris (juntas e separadas), lutou judô, dançou, cantou, cozinhou.

Trata-se da trajetória de um adolescente que viveu em trânsito entre favelas, periferias, condomínios de luxo e centros urbanos. Que construiu laços de amizades com

---

<sup>2</sup> Na presente pesquisa, optamos por localizar o primeiro nome das pesquisadoras nas primeiras vezes em que forem citadas, por compreender que mulheres, sobretudo negras, são sistematicamente invisibilizadas nos regimes de enunciação científicas. Este processo se configura, assim como sinaliza Djamilá Ribeiro (2019), como epistemicídio. A autora situa que este conceito foi inicialmente articulado pelo pesquisador Boa Ventura de Souza Santos e se refere ao apagamento de produções e saberes articulados por populações localizadas na ordem global como subalternas.

filhos e filhas – pretas, brancas, asiáticas, árabes – do pedreiro, do prefeito, do carpinteiro, do(a) advogado(a), do estivador, do(a) vereador(a), do(a) lixeiro(a) do hotel, do(a) médico(a) da tia do quiosque da praia, do empresário(a). E, por fim, de um homem que, atualmente, atua em jornada mais do que tripla como: pai, psicólogo clínico, professor universitário, marido, pesquisador, militante e trabalhador doméstico.

Diante disso, surge uma identificação com Ritxar Bacete quando na introdução de seu livro *Nuevos hombres buenos* (Novos homens bons) ele escreve o seguinte trecho

Este é o resultado do trabalho de um homem de casa (e de casa) muito imperfeito, com dificuldades de conciliar, um trabalhador autônomo que não dá conta da vida, angustiado pelo tempo que deixa de se dedicar aos filhos, pela desordem na casa, cercada de fraldas, tropeçando em brinquedos, compartilhando uma mesa, livros de referência, pinturas e tesouras (muito ativas, aliás) com sua filha de três anos, coordenando agendas sem sucesso (Bacete, 2017, p. 19, tradução nossa)

Uma condição que muitas mulheres vivenciam cotidianamente e que faz parte da realidade de poucos homens, visto que estes, localizados histórica, socialmente e politicamente na posição de provedores da subsistência material familiar, se eximiram das responsabilidades com os cuidados do lar e dos filhos. Tendo a perpetuação da cultura machista enquanto motor de seus privilégios, sendo o machismo, conforme afirma Costa (1999, p. 254), um “agente auxiliar na redução da mulher ao papel de mãe”.

Portanto, num trabalho que se pretende no reconhecimento de uma cultura machista, heteronormativa, homofóbica, transfóbica e misógina, estruturada por modelos de masculinidades hegemônicas/coloniais, penso que seja importante que esta questão comece a ser problematizada desde a parte introdutória desta pesquisa.

Voltando a obra de Ritxar Bacete, o autor dá seguimento em sua introdução, escrevendo o seguinte:

Sinto que muitos dos grandes escritores exercem sua profissão com o privilégio de não serem obrigados a atender às necessidades das pessoas ao seu redor. Sinto que este livro seria mais redondo, acabado, coerente e sério se eu tivesse sido capaz de me livrar dos dividendos do tempo patriarcal, do silêncio roubado de meus filhos ou de minha parceira do ponto de vista de um quarto meu (Bacete, 2017, pp. 19-20)

Em relação à citação acima, acredito que logo a primeira frase já aponta para uma questão pouco discutida no âmbito das problematizações acadêmicas e literárias e que incita ao questionamento sobre quem são as personagens que estão nos bastidores da vida de grandes filósofos, escritores, poetas e pesquisadores, em sua maioria homens brancos. Sabe-se que, historicamente, mulheres, LGBTQIA+, negros e povos indígenas foram silenciados em suas mais diversas formas de expressão e que também foram subjugados, coagidos e escravizados para servir ao homem branco colonizador e assim configurar sua situação privilegiada. Sabemos, portanto, que por trás dessas figuras reconhecidas havia e há um *staff* composto por mulheres, mucamas, escravos, babás, diaristas, mães e avós, que cozinham, que limpam, organizam e cuidam das crianças, permitindo assim que o homem possa se dedicar livremente ao seu trabalho.

No entanto, ainda sobre o último trecho escrito por Bacete (2017), há uma questão problemática quando o autor diz que sua obra seria mais completa e coerente se ele tivesse podido se livrar dos dividendos do patriarcado, ou seja, se ele não tivesse despendido tanto tempo na relação com seus filhos e com sua companheira.

Para o pesquisador que constrói esta pesquisa, acredita-se no oposto, ou seja, que uma pesquisa sobre masculinidades se constitua exatamente a partir desta condição e que, portanto, se faça não só no campo dos debates teóricos, mas dos desafios da vida cotidiana, de um pai na convivência e nas relações com os filhos, que se faça a partir da divisão igualitária de tarefas domésticas e no reconhecimento e reivindicação de outras (im)possibilidades de vida.

Tais práticas são efeitos de processos de desconstrução que potencializam as pesquisas sobre masculinidades, que as tornam neste campo menos hipócritas e mais viscerais. Pesquisas que se constituem nos atravessamentos das questões que os estudos sobre masculinidades tanto reivindicam e criticam a todo o momento, seja no campo das paternidades, das desigualdades sociais, de gênero, dentre outros exemplos.

Desta forma, a desconstrução de uma masculinidade hegemônica<sup>3</sup> (como produção colonial) pautada em privilégios e explorações, deve extrapolar as páginas de uma dissertação ou de um livro, deve borrar as fronteiras entre teorias, conceitos e vida cotidiana. Como efeito da reivindicação destas novas (im)possibilidades, torna-se necessário que tais condições, como a paternidade, por exemplo, possam ser reconhecidas como pautas a serem discutidas nos contextos de trabalho dos homens. E uma pesquisa, ao contrário do que diz o senso comum, se constitui enquanto uma forma de trabalho.

Um trabalho árduo, incessante e complexo, que exige tempo, dedicação, concentração, criatividade e disponibilidade. Trabalho sucateado, que pouco ou nada remunera. Trabalho, que, por conta de prazos e burocracias, atropela condições específicas de vida de cada pesquisador.

Seria pertinente que as condições de trabalho de um pai sejam as mesmas que as condições de trabalho de um homem que não tenha filhos? Seria justo, no contexto acadêmico, que mães e pais tenham os mesmos prazos e as mesmas cobranças em relação a pesquisadores quem não tem filhos?

Só é possível problematizar essas questões a partir da reivindicação de um lugar de fala, de uma condição que se constitui a partir da intersecção de questões de gênero, raça, classe, etnia, paternidade, maternidade, religião, condições econômicas, de moradia e assim por diante. Enquanto os homens e pais permanecerem imóveis na condição que a lógica

---

<sup>3</sup> Conceito que será apresentado no capítulo 4 desta pesquisa.

patriarcal propicia, não será possível que outras condições de vida emerjam, como, por exemplo, uma licença paternidade mais longa, relações mais próximas e afetivas com os filhos, relações menos violentas com outros homens, com as mulheres e com LGBTQIA+.

As questões das paternidades não somente fazem parte de um dos elementos constituintes do fenômeno da população em situação de rua, mas também configura uma condição do pesquisador e, portanto, da pesquisa. Outras condições, tais quais veremos adiante, também assumem uma importância para a construção desta investigação, mas antes, para situar a paternidade enquanto elemento que constitui tanto o campo das masculinidades, como parte das trajetórias de vida de pessoas que vivem em situação de rua, considera-se importante compartilhar o trecho de uma pesquisa que investiga as dinâmicas das relações familiares de pessoas em situação de rua que fazem uso de crack.

*A relação com meu pai sempre foi afastada, porque ele trabalhava o dia inteiro, praticamente o dia e a noite toda [...] Daí nós não tínhamos muito tempo com ele, porque meu pai saía às cinco horas da manhã e voltava as dez horas da noite, as vezes chegava em casa as vezes não [...] então pouco ele falava com a gente.* (Morador de rua 10). (Caravaca-Morera & Padilha, 2015, p. 754)

*Eu lembro que meu pai sempre fumava muito e bebia bastante [...] ele sempre falava: hoje vou tomar um porre até cair. E lembro que a minha mãe também bebia bastante, quando ela bebia era de encher a cara, bebia pra caramba, na verdade a minha família toda bebia e fumava [...] Era engraçado porque quando meu pai bebia ele falava: Filho, você nunca deve beber, o que eu faço é horrível, mas ao mesmo tempo quando tinha uns 15 anos e chegava 'chapado' era ele quem sempre enchia meu copo de cachaça para bebermos juntos.* (Morador de rua 11). (Caravaca-Morera & Padilha, 2015, p. 754)

Além da questão da paternidade, das condições de vida e percursos do pesquisador, do trânsito entre periferias e burguesias, houveram transformações subjetivas ocasionadas pelo encontro deste com movimentos feministas e LGBTQIA+, que possibilitaram uma maior acuidade no reconhecimento de desigualdades e violências de gênero que ocorrem cotidianamente.

Posteriormente, estudos produzidos no sul global, principalmente por autoras e autores latino-americanos e africanos, que acompanharão o pesquisador nesta pesquisa, levaram-no a compreender que essa lógica é engendrada historicamente e que faz parte da perpetuação de uma lógica colonial, cis heteronormativa, que se propõe a aniquilar formas de vida dissidentes na tentativa de imposição de uma suposta “normalidade”, pautada numa hipocrisia moral cristã racista e numa lógica médica higienista (Costa, 1999).

Ainda na infância, sempre quando o pesquisador se deparava com pessoas em situação de rua (PSR), se espantava. Lembra-se, repetidas vezes, de ter questionado seu pai e sua mãe sobre como estas pessoas viviam em condições tão precárias de vida. Lembra-se também do medo que tinha de algum dia poder estar na mesma situação que estas pessoas, ocupando uma zona de ininteligibilidade sociocultural, como veremos no decorrer desta pesquisa.

Acredita-se que nesta época, a concepção do pesquisador sobre as PSR passava pela responsabilização do sujeito em viver nestas condições ou mesmo como alguma espécie de destino transcendental e divino que definia previamente a vida das pessoas, como se Deus houvesse reservado aquilo para eles/elas, como se eles tivessem uma dívida de outras vidas a cumprir. Mas, além disso, recorda de sempre estar sensível a estes corpos transeuntes, de notá-los e prestar atenção neles, de se espantar e ficar confuso sobre como algumas pessoas viviam em condições tão precárias de vida, por vezes sujas e se alimentando de restos de comida jogados no lixo, dormindo no chão de locais públicos, ou sendo enxotadas por comerciantes, policiais e/ou seguranças de estabelecimentos.

Judith Butler (2019c), ao pensar sobre vidas precárias (localizadas como abjetas) ressalta que nas sociedades contemporâneas, alguns dispositivos, incluindo a mídia, operam no sentido de um esvaziamento da noção de humano através de esquemas normativos de inteligibilidade que estabelecem o que será ou não considerado humano e, portanto, quais são as vidas dignas (legítimas) ou não de serem vividas. Para a autora “esses esquemas produzem imagens do menos que humano disfarçado de humano para mostrar como o menos que o humano se disfarça e ameaça enganar aqueles que poderiam pensar que reconhecem um humano ali” (Butler, 2019c, p. 177).

Logo, conforme afirma Sônia Mansano (2012), um problema de pesquisa se desenha a partir de incômodos sobre determinados temas, suscitados pelo encontro do sujeito pesquisador com experiências, encontros e narrativas que o atravessam e que o influenciam e compõem seu olhar sobre a vida. Neste sentido, situa-se também o desejo do pesquisador em estudar e pesquisar o campo das masculinidades, mais especificamente homens em situação de rua (HSR), a partir de outros dois marcos significativos em sua trajetória pessoal/profissional. Destaca-se seu encontro com mulheres feministas a partir do ingresso no curso de Psicologia em uma Universidade Pública no Sul do país e sua inserção como profissional de Psicologia no campo das Políticas Públicas, inclusive trabalhando em serviços de acolhimento para PSR.

A ocupação destes territórios, que, de certo modo se articulam, possibilitaram-lhe uma convivência cotidiana com PSR e também com mulheres envolvidas em movimentos feministas. Estes encontros marcaram sua trajetória, pois lhe possibilitaram as primeiras aproximações com debates sobre políticas públicas e estratégias de trabalho com PSR e também sobre questões de gênero – comumente interseccionadas a episódios de desigualdades e violências – e que, até então, estavam naturalizados.

O trabalho junto a PSR permitiu ao pesquisador conhecer diversas histórias de vida que, por motivos semelhantes, diferentes ou comuns, culminaram com fulano ou cicrana indo ocupar as ruas como morada. Histórias de vida e vivências que possibilitaram uma percepção mais minuciosa sobre as condições sociais, históricas e políticas que engendram o fenômeno colonialista/racista/capitalista e excludente da PSR. Além disso, percebeu-se de modo mais atento como as questões de gênero atravessam, de maneiras distintas, às condições das sujeitas e sujeitos em situação de rua, sejam homens, mulheres heterossexuais e LGBTQIA+.

A princípio, nos primeiros encontros com mulheres integrantes do movimento feminista no contexto da Universidade, houve um estranhamento, uma repulsa e, ao mesmo tempo, uma concepção de que o feminismo era articulado por mulheres, para mulheres e contra os homens, até porque havia um grupo de feministas que reivindicava efetivamente tal exclusividade e oposição. Tal situação vai de encontro ao que escreve a teórica feminista, bell hooks (2020), quando ela cita que no movimento feminista contemporâneo havia uma facção anti-homem, composta majoritariamente por mulheres heterossexuais que haviam acabado de sair de relacionamentos abusivos e que ainda não vislumbravam que os homens não eram exclusivamente o problema, mas sim o machismo articulado na racionalidade do patriarcado.

Para hooks

As ativistas do movimento de libertação das mulheres conclamaram todas as mulheres a se juntarem ao movimento feminista, mas não frisaram, concomitantemente, que os homens deveriam participar ativamente na luta contra a opressão sexista. Os homens, diziam elas, eram o opressor, o misógino, o todo-poderoso – numa palavra, o inimigo. (hooks, 2019, p. 111)

Entretanto, em um segundo momento, o pesquisador teve a oportunidade de conviver com feministas que, assim como hooks (2019, 2020), consideram parte dos homens como companheiros de luta. Ressalta-se, ainda, a importância dos contatos com o documentário O

Silêncio dos Homens (Papo de Homem, 2019), o curso sobre Masculinidades Contemporâneas (PUC – SP) e teóricas e teóricos que problematizam as masculinidades a partir de uma matriz epistemológica feminista, LGBTQIA+ e decolonial. Encontros que possibilitaram-nos compreender a indissociabilidade entre os campos das masculinidades, dos feminismos, das lutas LGBTQIA+. A partir de tais encontros, hoje localiza-se os estudos das masculinidades de forma ainda mais ampla e interseccionada, articulados a marcadores geográficos, étnicos, geracionais, religiosos, de raça e classe social.

Gênero se constitui enquanto uma categoria relacional, na medida em que se apresenta como “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; uma forma primeira de significar as relações de poder.” (Scott, 2019, p.49). E que, portanto, as masculinidades, como formas de expressões e existências generificadas, também são produzidas nas relações sociais, dessa dimensão relacional do gênero que evidencia tantas desigualdades e particularidades, e que, por vezes, acabam sendo naturalizadas na vida em sociedade (Medrado & Lyra, 2008).

Desta forma, com o objetivo de desnaturalizar parte das expressões de masculinidades e subalternidade que abarcam a PSR, em destaque os modos como estas se materializam em enunciados midiáticos, a produção deste território de pesquisa e vida se articula nos diálogos com os campos plurais da Psicologia Social, dos Estudos Decoloniais e dos Estudos das Masculinidades.

Considerando também que tal pesquisa foi atravessada repentinamente pela pandemia de COVID 19, a questão da necessidade e importância do isolamento social como formas de prevenção de contágio e de mitigação da transmissão do vírus e, portanto, a inviabilidade de um trabalho de campo presencial, a presente pesquisa se ocupou em analisar as maneiras como enunciados midiáticos publicados pela Folha de Londrina (jornal de abrangência local)

e Folha de São Paulo (jornal de abrangência nacional), engendram concepções de masculinidades relacionadas a homens que vivem em situação de rua.

Tendo em vista que as condições de vida da PSR se tornaram ainda mais precárias com a emergência da Pandemia da COVID 19 (De Paula et al., 2020; Honorato & Oliveira, 2020), ocasionando em maior visibilidade desta na imprensa devido às dificuldades de manter o isolamento social, optou-se por delinear a coleta de dados a partir da abrangência espaço-temporal constituída por notícias publicadas desde o início da pandemia no Brasil até os tempos atuais.

Neste sentido, considera-se os jornais como “tecnologias de gênero”, sendo que os enunciados jornalísticos se constituem como elementos nos processos de formação de opiniões, e, portanto, de produção de modos de existência e perspectivas plurais de gênero na vida em sociedade (De Lauretis, Teresa, 2019a; Meyer, Dagmar, 2013), sendo que este debate será aprofundado na sessão seguinte - “Itinerários metodológicos”.

Destaca-se, por fim, que a noção de enunciado encontra aporte na obra de Foucault intitulada como A Arqueologia do Saber (Foucault, 2008a). Para o autor, o enunciado consiste numa função que se exerce e que diz, a partir de signos (componentes que engendram conteúdos e representações), sobre algo. O enunciado é constituído por signos que habitam um sistema linguístico e que, portanto, só tem sentido no interior deste sistema. Mas, além disso, por situar-se em coordenadas espaço-temporais, apresenta também certa materialidade. Não é, portanto, somente linguístico ou material, é tanto linguístico, como material.

O enunciado tem em si uma função de existência, ou seja, exercendo-se verticalmente e atravessando o domínio de estruturas, faz com que apareçam sentidos, conteúdos, temas. Neste sentido, podemos dizer que o enunciado anuncia condições de vida, regras de existência e, portanto, (im)possibilidades do e no viver (Foucault, 2008a).

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. (Foucault, 2008a, p. 103)

Tais questões trazidas até agora neste capítulo introdutório, constituem o caminho de pesquisa que se desdobrou em cinco, a ver:

No capítulo 2, denominado “Itinerário Metodológico”, os percursos metodológicos da pesquisa são apresentados e analisados, organizados em torno da pesquisa qualitativa (Mansano, 2012) e da pesquisa documental (Severino, 2007; Spink, Jane, Mary, 2013; Spink, Jane, Mary, et al., 2014).

No capítulo 3, denominado “A população em situação de rua como produção colonial”, as noções de abjeção (Butler, 2019b), colonialidade (Quijano, 2002) e de necropolítica (Mbembe, 2020) serão problematizadas como elementos constituintes da gênese e fenômeno social das pessoas que vivem em situação de rua.

No capítulo 4, denominado “‘Sujeito ‘hômi’ em debate’: contextualização histórico-conceitual do campo dos estudos de gênero e das masculinidades”, é apresentado um recorte mais aprofundado da constituição do campo dos estudos de gênero e, mais especificamente, dos estudos sobre masculinidades e dos movimentos sociais de homens em busca de resignificação de suas existências na sociedade.

E por fim, o capítulo 5, denominado “Homens em situação de rua na mídia: a sociedade de controle e as guerrilhas discursivas”. Nesta última parte, pretende-se debater sobre modos de subjetivação que se articulam na atual sociedade de controle (Deleuze, 1992; Mansano, 2009b; Pelbart, 2000), destacando as interferências de aparatos tecnológicos (em destaque o

discurso jornalístico) no cotidiano da população e na produção de perspectivas de gênero (De Lauretis, 2019a) e de imagens de controle (Collins, Hill, Patrícia, 2019).

Assim, questionam-se maneiras como enunciados midiáticos operam na produção de determinadas noções de masculinidades interseccionadas a figuras lendárias de homens em situação de rua, sendo estas analisadas a partir dos operadores conceituais de abjeção (Butler, 2019b), necropolítica (Mbembe, 2020) e resistência (Foucault, 2019).

## 2 ITINERÁRIO METODOLÓGICO

Um homem que assente às acusações feministas a partir de sua própria neurose com frequência passa a se sentir portador de um mal. “O que fazer com esse corpo que tenho? Serei eu esse mal?” Perguntas deslocadas de um processo de reflexão maior sobre novas e múltiplas possibilidades de performatividade masculina...Efeitos da tirania de um poder ou destino de vitimização, essa resposta parece ser a do impasse: ficar encolhido diante do beco, minguado, receptáculo de acusações, punindo-se por ser o mal. Uma posição que não o responsabiliza nem o posicionado que seria o mal ou o desejo da mulher. (Gebirim, Ana, 2021)

Em 15 de abril de 2013 o jornal “Correio Braziliense”, publicou, no meio digital, uma notícia sobre um episódio de violência escancarada na praça de Savassi, em Belo Horizonte, ocorrido no dia 5 de abril de 2013. Neste episódio, um homem branco, que, supostamente, se autodenominava *skinhead*<sup>4</sup>, postou uma foto em sua própria rede social (facebook) onde enforcava um homem negro que vivia em situação de rua. A foto foi publicada com a seguinte legenda: “*Quer fumar kraquinho? (Sic.) Em meio a praça pública cheio de criança? Acho que não*”. A reportagem detalhou também que o algoz em questão já tinha um histórico de envolvimento em crimes de agressão física e verbal cometidos principalmente contra homossexuais (“Skinhead”, 2013a).

---

<sup>4</sup> Para um aprofundamento acerca das identidades *skinheads*, ler a dissertação de França (2008), intitulada: O linchamento de Edson Neris da Silva: reelaborações identitárias dos skinheads “carecas do Brasil” na sociedade paulista contemporânea.



**Figura 1.** Skinhead enforcando homem em situação de rua.  
**Fonte:** “Skinhead”, 2013.

Meses depois, no dia 23 de outubro de 2013, o jornal “Hoje em Dia” publicou uma reportagem informando que o mesmo *skinhead* havia conseguido liberdade judicial para deixar o sistema prisional 6 meses após o fato ocorrido (“Skinhead”, 2013b).

Outra reportagem, desta vez publicada pelo jornal digital da “Folha de São Paulo” em 14 de janeiro de 2018, contém o seguinte título: “Na nossa espécie, violência e estupidez são coisa de homem, não de mulher”, seguido da seguinte imagem:



**Figura 2.** Briga entre homens torcedores de clubes de futebol.  
**Fonte:** Lopes, 2018.

Nesta matéria Reinaldo José Lopes (jornalista com especialização em biologia e arqueologia) tece críticas ao modo violento e autodestrutivo como vivem a maioria dos homens. O jornalista apresenta dados (sem nenhuma referência científica específica) sobre como homens se envolvem em mais episódios de violência e de risco se comparados às mulheres. Por fim, o autor da reportagem atribui que tais diferenças se configuram principalmente por causas biológicas, afirmando que existe uma “natureza humana básica”, ou seja, uma essência masculina que se manifesta desde a infância como “tendências negativas da masculinidade”. Esta suposta tendência, segundo o autor, se manifestaria apenas nos meninos desde a mais tenra infância, sendo os mesmos naturalmente mais agressivos do que as meninas (Lopes, 2018).

Por fim, o autor finaliza o texto afirmando que apesar das diferenças entre homens e mulheres advirem de fatores biológicos, não significa que algumas mudanças nos modos de vida dos homens não podem acontecer. Para justificar tal afirmação, o autor, partindo de um viés eurocêntrico/colonial (Almeida, 2019; Fanon, 1968, 2020; Kilomba, Grada, 2020; Mbembe, 2018, 2020; McKlintock, 2010; Miskolci, 2013), que situa os povos americanos como bárbaros, selvagens, violentos e atrasados em relação à civilização europeia, escreve:

Nas Américas, há 16 homicídios anuais por 100 mil habitantes, enquanto o número é apenas 3 na Europa – o que significa que muitos homens europeus estão escapando de seu suposto destino violento. Reconhecer que há uma natureza humana básica pode muito bem ser o primeiro passo para estimular o que há de melhor nela, sem tentar reescrevê-la do zero. (Lopes, 2018, pp. 7-8)

Estes são exemplos de enunciados que circulam na mídia e que estão, necessariamente, interseccionados a marcadores de gênero, raça, etnia, entre outros. Conteúdos carregados de “verdades” que interpelam a população no cotidiano, produzindo modos de vida e concepções diversas de humanidade, subalternidade e de gênero.

Tais enunciados, por vezes, apresentam e representam generalizações normativas sobre determinados modos de ser e de existir na sociedade ocidental. Anunciam-se, assim, como imposições, articulando processos de classificação, hierarquização e exclusão. Esse vício do pensar e conceber determinados modos de vida sem considerar a historicidade dos processos sociais e de subjetivação, nos quais constantemente estamos imersos e que nós mesmos produzimos, culmina em múltiplos efeitos, como a naturalização de processos sociais que engendram desigualdades, violências e exclusões de classe, étnico-raciais, de gênero, religiosas, transgeracionais e transcontinentais (Mansano, 2012; Butler, 2019a, 2019b; Akotirene, Carla, 2019).

A pesquisa qualitativa, no âmbito da Psicologia Social, ao questionar estas concepções cristalizadas, ao confrontar e problematizar o que é tido como normal, patológico e/ou natural, coloca em questão diversas “verdades” que são instituídas através de dispositivos de poder, como a linguagem, a sexualidade, as arquiteturas, as tecnologias de comunicação, as mídias sociais, as ciências e as leis (Agamben, 2005; Foucault, 2000; Mansano, 2012).

Neste sentido, a pesquisa qualitativa adquire contornos de resistência ao produzir, por meio de suas análises, novas perspectivas de compreensão sobre o vivido e também a possibilidade da invenção de modos de vida que questionam modelos normativos hegemônicos que visam à regulação, homogeneização e produção serializada de *corpos dóceis* (Foucault, 2014; Mansano, 2012). Assim como afirma Mansano:

É por implicar-se tanto com a produção de ideias quanto com a invenção dos modos de vida que esse tipo de pesquisa pode ganhar contornos políticos de resistência, uma vez que não admite o simples jogo das explicações totalizantes e nem sequer o aprisionamento da vida em conhecimentos absolutos a serem seguidos como regras gerais (Mansano, 2012, p. 7).

Assim, tendo como pano de fundo os campos dos estudos das masculinidades e decoloniais, esta pesquisa analisa maneiras como enunciados midiáticos – publicados pela Folha de Londrina e Folha de São Paulo – engendram concepções de masculinidades acerca de homens que vivem em situação de rua. Optou-se, então, pela pesquisa documental como estratégia de pesquisa. Para Severino esta estratégia

Tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como *jornais* [ênfase adicionada], fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (Severino, 2007, p. 122-123).

Trata-se de materiais publicados em revistas, jornais, páginas da internet, portais e demais repositórios eletrônicos, os quais circulam – física e virtualmente – e que podem ser acessados “livremente” pela população, e que por conta disso são denominados como documentos de domínio público. “Usamos a expressão ‘documento’ no sentido elástico de registro, de algo que tem uma presença física; que fala sobre algo e também é algo.” (Spink et al., 2014, p. 207). Tais conteúdos podem ser considerados públicos, à medida que são produzidos e disseminados para que as pessoas os acessem, sendo restrito apenas em casos onde haja a necessidade de pagar por eles. Além do livre acesso, esses documentos são livres também para serem descritos e comentados por quem os analisa (Spink, et al., 2014).

Os documentos de domínio público podem ser considerados elementos sociopolíticos que, em circulação, desenham redes heterogêneas e conflitantes, que atuam em processos de subjetivação e também na produção de ideias, concepções e sentidos. Diz Spink: “Catamos e estudamos documentos de domínio público porque permitem acessar sentidos em circulação” (Spink et al., 2014, p. 214).

Realizar uma pesquisa documental implica, desta forma, a percepção das informações que circulam como elementos que configuram práticas e normas disciplinares que, por sua vez, instituem modos de vida possíveis e impossíveis, processos sociais de inclusão e exclusão, bem como políticas que definem modos adequados ou não de viver no decorrer da história (Spink, et al., 2014).

A pesquisa documental exige exercícios de seleção, análise e organização para que haja um delineamento do problema e do período histórico a serem investigados. Spink mostra que “trabalhar com materialidades e socialidades em construção é também trabalhar com sua processualidade no tempo”. Assim, continua: “encontramo-nos entrando no mundo dos documentos não mais do presente, mas de outros tempos.” (Spink, et al., 2014, p. 216).

Na contemporaneidade midiática, conta-se com o atravessamento das tecnologias e dos meios de comunicação por meio das quais é possível ter acesso a inúmeras fontes de documentos de domínio público. Desta forma, optou-se por dois veículos comunicacionais específicos, ou melhor, dois jornais que possuem versões digitais: a Folha de Londrina e a Folha de São Paulo, como fontes de documentos locais/globais a serem selecionados e posteriormente analisados.

A Folha de Londrina configura-se com um meio de comunicação de grande popularidade não só na cidade de Londrina, mas também na região e em todo o Estado do Paraná. Já a Folha de São Paulo, além de ser jornal com bastante representação na história do Brasil, possui também uma grande expressividade e circulação em todo o território nacional. É possível também que seus conteúdos, principalmente os da Folha de São Paulo, alcancem também territórios internacionais, uma vez que as plataformas digitais facilitam um maior alcance e circulação das notícias.

As notícias, ou seja, os conteúdos presentes nos jornais são formados por discursos e estes, no campo da Psicologia Social, não são concebidos como traduções ou representações,

mas enquanto ação social. “Ação que dá sentido e materialidade ao mundo, às coisas, aos eventos e a cada um de nós em meio a tudo isso.” (Lima, 2006, p. 98). Discurso como ação que se configura como numa trama poli discursiva na medida em que é sempre atravessado pelo discurso do outro. Desta forma, mesmo quando elaboramos nossas próprias questões sem a presença de outras pessoas, isso não significa que estamos nos despidendo do discurso do outro. Desde que nascemos já somos inseridos violentamente e não intencionalmente num campo cultural e discursivo que compõe nossas subjetividades e, portanto, nossos pensamentos, sentimentos, opiniões e valores (Lima, 2006).

Para Mouillaud (2002, p. 29), “o *discurso do jornal* [ênfase adicionada] não está solto no espaço”, sem intencionalidades, na medida em que este se organiza de modo a produzir sentidos para os/as interlocutores. Tais produções se constituem, por exemplo, na localização das páginas em que se posicionam os conteúdos (capa, sessões); no tamanho e, portanto, na ênfase que os meios de comunicação dão as reportagens; no título das matérias; nas imagens que ilustram as notícias; na arquitetura textual, gramatical e semântica. Trata-se, portanto, do conjunto de elementos que dão o tom para as matérias jornalísticas e que “forjarão mais ou menos verossimilhança e credibilidade às vozes de referência que falam” (Lima, 2006, p. 99).

Em sua esquemática, o jornal produz informações que, antes de passarem pela superfície da mídia, encontravam-se supostamente nebulosas. Neste sentido, a membrana midiática põe em ressonância alguns sentidos de determinados eventos, buscando assim certo roteiro coerente e concatenado para uma realidade que antes se apresentava desconhecida e pouco sabida para o leitor (Mouillaud, 2002a).

O jornal, como parte constitutiva da mídia, está localizado ao final de uma longa cadeia de processos, sendo apenas um dentre tantos operadores sociais e simbólicos que operam na vida em sociedade. Social na medida em que é produzido por pessoas e na medida

em que alcança seus/suas interlocutores simbolicamente, pelo fato de se constituir no campo dos discursos e da linguagem (Mouillaud, 2002a).

Os jornais carregam em si uma série de sentidos (intencionais e imprevisíveis) aos leitores, e estes, a partir do encontro com as reportagens, recolocam outros sentidos em circulação na cultura. Em relação às informações e sentidos construídos acerca de um acontecimento, não existe a possibilidade de traçar um ponto final, pois “a informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações.” (Mouillaud, 2002a, p. 51).

Assim, os discursos presentes nas produções jornalísticas operam como “entidade performática, ou seja, como um tipo de prática social que se orienta em forma dialógica e multivocal . . . enveredando também pelo terreno das relações de poder.” (Lima, 2006, p.98). Os processos dialógicos que se presentificam na vida em sociedade, incluindo as relações estabelecidas entre as pessoas e as notícias publicadas por jornais, são carregadas de embates e tensões balizadas por diferentes crenças, valores e visões de mundo, portanto, estão imersas num processo de transformações, ressignificações e disputas incessantes.

Destaca-se, ainda, que o jornal é situado na presente pesquisa como “tecnologia de gênero” (De Lauretis, 2019a), considerando que os discursos e imagens apresentados nestes veículos contribuem para a (re)produção de noções hegemônicas e subalternas de masculinidades e feminilidades. Nesta perspectiva, as notícias e enunciados selecionados e analisados referem-se à população em situação de rua, articulada ao recorte de gênero masculino, como argumentado no decorrer da parte teórica. Desta forma, foram selecionadas notícias sobre homens que vivem em situação de rua, tendo como descritores (palavras-chave na busca da pesquisa) as palavras **mendigo, morador de rua, homem em situação de rua, pessoa(s) em situação de rua e sem teto.**

Por dois motivos que serão desenvolvidos a seguir, a abrangência espaço-temporal da pesquisa foi composta no campo jornalístico digital, a partir da análise de notícias publicadas

do início do mês de março de 2020 até os dias atuais. O primeiro motivo consiste na consideração dos efeitos da pandemia para a PSR, no que diz respeito à falta de moradia, a exposição ao vírus, às dificuldades de manter isolamento social, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e, principalmente, o esvaziamento das ruas e do comércio, que veio a prejudicar as estratégias de sobrevivência desta população. Configuração esta que, a partir do agravamento de algumas demandas já existentes da PSR, implicou em maior visibilidade deste debate na mídia (De Paula et al., 2020; Honorato & Oliveira, 2020). Já o segundo motivo, que justifica que a pesquisa seja realizada no contexto digital, se constitui pelo fato de que este processo de mestrado se tece, desde o início, atropelado por uma pandemia e que tal condição implica em efeitos contundentes no fazer da investigação, pela necessidade urgente do isolamento social como prática preventiva e mitigatória da transmissão do vírus (Coutinho, 2020).

Se a ciência e a pesquisa apontam que distanciamento e isolamento social são as estratégias adequadas para o enfrentamento da doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, o Jornalismo amplia horizontes . . . as telas de televisão, computadores e outros dispositivos podem . . . cumprir um papel fundamental para a circulação de informações de interesse público precisas, ele também é objeto de estudos e teorias. (Coutinho, 2020, pp. 7-8)

Pesquisas documentais implicam não só a coleta de um conjunto de documentos de domínio público, como também sua análise. Tais documentos se anunciam através de imagens (fotos, *cartoons*, vídeos) e textos, que se configuram como práticas discursivas, ou seja, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” (Foucault, 2008a, p.133).

Deste modo, os documentos de domínio público enquanto práticas discursivas, representados nesta pesquisa pelas matérias jornalísticas, circulam enquanto um conjunto de enunciados que se interrelacionam, que seguem determinadas regras, que se apropriam e que se engendram em ideias e ideais e que, portanto, delimitam (de forma não linear e não ordenada) discursivamente um objeto. Estas matérias, portanto, segundo Spink (2013), podem ser consideradas como componentes e registros que circulam no decorrer do tempo e que, à medida que se relacionam com suas interlocutoras e interlocutores, passam a concorrer e complementar narrativas e memórias.

Neste sentido, trata-se também de uma investigação histórica, haja visto a noção de que os conteúdos jornalísticos são veiculados no âmbito da temporalidade. Spink (2013) aponta para a importância em ressignificar o entendimento acerca do que seja a história. Para o mesmo, pensar na história consiste na quebra do vício em considerá-la como uma passagem de tempo progressiva e linear. O autor ressalta que “a História não é a busca de uma causalidade simples; A não produz B, ao contrário, muitos elementos e vozes vão se entrelaçando de formas diferentes” (Spink, 2013, p. 107).

O mesmo autor, a partir da leitura de Mary Jane Spink (1993), aponta para a imprescindibilidade de “rejeitar a noção simples de tempo como algo que avança a cada sessenta segundos, para poder trabalhar as práticas discursivas enquanto multiplicidade de fontes de posicionamento em tempos diferentes . . . [como] possibilidade de reiniciar o diálogo com a história” (Spink, 2013, p. 103).

Na análise destes documentos, tem-se, então, o encontro entre Psicologia e História, onde os documentos, representados aqui pelas reportagens jornalísticas, se configuram como práticas histórico-discursivas. Estas mesmas são resultantes de forças que se entrecruzam no âmbito das relações de poder e das disputas de narrativas e que contribuem para a formação

de sentidos sobre diversas questões no cotidiano dos sujeitos e das massas populacionais (Lemos et al, 2015).

Logo, os enunciados presentes nos jornais permitem problematizar e “compreender nas entrelinhas dos movimentos políticos, econômicos e sociais as sutis, e às vezes não tão sutis, alterações nas práticas discursivas” (Spink, 2013, p. 115), assim como a percepção da edificação de sentidos e significados que se produzem nestas mesmas.

Têm-se, então, as notícias se articulam como dispositivos (Agamben, 2005; Foucault, 2000) que produzem perspectivas de gênero e fazem circular determinadas expressões de masculinidades associadas a homens que vivem em situação de rua. Em Foucault, o conceito de dispositivo se refere,

. . . em primeiro lugar, de um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (Foucault, 2000, p.244)

Giorgio Agamben aprofunda ainda mais este conceito, afirmando que:

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo *qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes* [ênfase adicionada]. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc, cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que é

talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar (2005, p. 13)

Os dispositivos de poder, neste viés, operam na produção de perspectivas de subjetivação e de gênero, sendo que esta pesquisa dá destaque ao dispositivo midiático. As noções de gênero e masculinidades, portanto, aparecem como efeitos de dispositivos que se articulam em meio às relações de poder, que tem como pano de fundo uma matriz hegemônica/colonial, binária, cisheterocentrada, que reafirma constantemente noções hegemônicas e subalternas de gênero.

O dispositivo da sexualidade, desta forma, se prolifera, se (re)inventa, se anexa e penetra nos corpos de forma cada vez mais abrangente, possibilitando redes de controle da população. Assim, Foucault (2019) localiza a sexualidade como dispositivo de poderes móveis e polimorfos, que engendram domínios e formas de controle numa articulação que vincula uma intensificação das atenções sobre o corpo, bem como a valorização deste corpo como objeto de saber e também de poder.

Logo, considerando a processualidade da produção de perspectivas de gênero, esta pesquisa dialoga também com a noção de processos de subjetivação, tal como articulado por Guatarri (1992) e Mansano (2009a). Guatarri (1992) enfatiza que a subjetividade é produzida no seio das relações sociais individuais, coletivas e institucionais, dos encontros, das afetações e do movimento. Para o autor, as diversas inscrições semióticas que se articulam e se atravessam na produção de subjetividades não possuem relações fixas e lineares entre si. Por isso, devido a essa inexistência de uma instância dominante nos processos de subjetivação, as subjetividades são consideradas polifônicas e plurais.

Nesta perspectiva, Mansano afirma, ainda, que

Os processos de subjetivação vão tomando forma, contando com a participação das instituições, da linguagem, da tecnologia, da ciência, da mídia, do trabalho, do capital, da informação, enfim, de uma lista vasta que tem como principal característica o fato de ser permanentemente reinventada e posta em circulação na vida social. Assim, esses componentes ganham importância coletiva e são atualizados de diferentes maneiras no cotidiano de cada vivente. Por isso mesmo, eles podem ser abandonados, modificados e reinventados em um movimento de misturas e conexões que não cessa. Pode-se dizer, então, que os múltiplos componentes de subjetividade difundem-se como fluxos que percorrem o meio social, dando-lhe movimento (2009a, p. 111).

Mansano (2009a) sinaliza, ainda, que a produção de subjetividades se constitui como um processo plural, incessante e localizado, em que movimentos de (de)composições singulares e provisórios estão constituídos por componentes múltiplos que se articulam nas relações e afetações produzidas no cotidiano. Assim, tendo em vista a perspectiva de processos de subjetivação, atribui-se também à importância de pensar as produções de gênero, sobretudo de masculinidades, de modo interseccional.

A interseccionalidade como conceito e método vem sendo discutido desde meados da década de oitenta, no manifesto construído pelo coletivo Combahee River<sup>5</sup>, composto por mulheres norte-americanas, negras, lésbicas e militantes (sendo muitas destas integrantes do movimento dos Panteras Negras). No manifesto encontra-se presente uma ideia central que se baseia na percepção de que os diversos sistemas de opressão (racial, heterossexual e de classe) são interligados e engendram as condições de vida de determinados grupos, sendo as

---

<sup>5</sup> Coletivo feminista negro situado na cidade de Boston. Seu nome vem da ação guerrilheira comandada por Harriet Tubman em 02 de junho de 1863, na região de Port Royal do estado de Carolina do Sul. Esta ação liberou mais de 750 pessoas escravizadas e foi a única campanha executada e planejada por uma mulher na história dos EUA.

mulheres negras as mais oprimidas no contexto de uma sociedade racista, machista, heteronormativa e patriarcal (Pereira, Stefania & Gomes, Simões, Letícia, 2019).

Em 1989, influenciada por esses movimentos, a teórica feminista Kimberlé Crenshaw sistematiza essa noção. Então, a interseccionalidade se apresenta como instrumento teórico-metodológico, quando afirma a relação inexorável entre as categorias de gênero, raça, etnia, religião, geográfica e de classe nos processos de produção de modos de existência. Tais marcadores, sobrepostos e intercruzados, reverberam em múltiplos efeitos nos processos de subjetivação, bem como de produção de fenômenos sociais como o racismo, as desigualdades sociais, os preconceitos, exclusões, dentre outras conformações – violentas ou não – pertinentes à vida (Akotirene, 2019).

Uma análise histórica da formação das categorias de sexo, gênero, desejo e identidades, como efeitos de formações específicas de relações de poder que se dão através de discursos e de práticas, do dito e do não dito, nos convocam a questionamentos sobre quais são as definições representacionais universais de homem e de masculinidade? Quais os efeitos destas representações na população? Quais possibilidades políticas – de existência e de resistência – se articulam quando questionamos, de modo crítico, essas noções tradicionais? Ao circunscrever os homens e, em destaque, os HSR, a uma categoria de masculinidade universal, não estamos desconsiderando a trama de componentes que compõem suas subjetividades? Tais questionamentos podem vir a deslocar concepções generalistas e essencialistas acerca de homens que vivem em situação de rua, os quais comumente tomam formas e significados representacionais universais que culminam na figura do *mendigo*, do *nóia*, do *marginal*?

Ainda no diálogo também com a noção de interseccionalidades, destaca-se a interlocução nesta pesquisa com autoras e autores que se afirmam como decoloniais, o que implica em uma localização crítica as noções de gênero, humanidade e subalternidade como

produções coloniais (Lugones, Maria, 2014). Tendo em vista a condição de classe da população de rua, bem como o fato de a maioria ser negra (Brasil, 2009), as análises dos enunciados que se articulam nas entrelinhas das notícias seguirão atentas aos efeitos da colonialidade do poder (Quijano, 2002) nas trajetórias de homens em situação de rua.

Logo, questionam-se modos como homens em situação de rua são produzidos e localizados pela matriz colonial de poder (Mignolo, 2017), sendo estes, comumente, representados desde noções de abjeção (Butler, 2019b), como personagens circunscritos como subalternos e perigosos, estando estes inseridos em uma engrenagem necropolítica (Mbembe, 2018). Destaca-se que as noções de colonialidade do poder, abjeção e necropolítica serão problematizadas na sessão 3.

Tais personagens, como ressalta Foucault (2003), se configuram enquanto “lendas”. Figuras lendárias que emergem no encontro e sob o olhar do poder, que a partir do discurso da organização e da ordem social, engendra monstros, de forma violenta e obstinada. Lendas, representadas por vidas infames que sobrevivem na história por um poder que pretendeu aniquilá-las e ou torná-las indignas. Lendas que são engendradas no entrecruzamento de mecanismos políticos e discursivos de poder, de ordem religiosa, jurídica e/ou médica/psiquiátrica, que se constituem em uma rede contínua e fina e que se exercem no âmbito da vida cotidiana.

Ainda em diálogo com os debates decoloniais, a pesquisadora Patrícia Hill Collins (2019) sinaliza que as imagens construídas sobre os personagens ditos subalternos, se articulam em aliança a preceitos e ideais racistas, colonizadores e sexistas, datados desde a escravidão, que vão construir discursos e práticas em relação a determinados grupos sociais, no sentido de manutenção da ordem posta.

Discursos opressivos que engendram o que a autora denomina como imagens de controle. Tais imagens, produzidas por saberes e poderes hegemônicos, são nocivas a

determinadas populações marcadas e oprimidas historicamente, incluindo a PSR. Imagens de controle constituídas por histórias e mitos que criam estereótipos que definirão as representações sobre determinados grupos. Imagens normativas naturalizadas, pois visam definir como os grupos oprimidos deverão se posicionar e se comportar, fazendo, portanto, com que violências e exclusões recaiam sobre estes de forma inconsciente, a ponto de parecerem naturais, cotidianas e irremediáveis. Processo e projeto político das classes dominantes que se configura a partir da objetificação de alguns grupos, como os HSR, com o objetivo de manter as relações polarizadas (superior x inferior) e também os privilégios de determinados grupos em relação a outros (homens brancos ricos/classe média x homens negros pobres e desprovidos de bens e direitos) (Collins, 2019).

Assim, as notícias coletadas serão problematizadas tendo como plano de análise os processos de construção das masculinidades de HSR que o discurso jornalístico faz circular. Para tanto, será realizada uma análise a partir de três conceitos, a saber: as noções de abjeção proposta por Butler, necropolítica articulada por Achille Mbembe e resistência tal como anunciada por Michel Foucault. Nos debates, são também problematizados determinados estereótipos (personagens/figuras lendárias/imagens de controle) que os discursos jornalísticos fazem circular sobre essa população.

Assim como pontua Barros (2011), a análise de conceito é uma opção metodológica e está disponível na literatura como plano de problematização para a investigação em questão. Como estratégia de análise, os operadores conceituais (noções de abjeção, necropolítica e resistência) se constituem como categorias de referência para a construção e reflexão dos fenômenos estudados, estabelecendo uma conexão entre os referenciais teóricos adotados e os dados selecionados nas notícias sobre HSR.

Neste sentido, os conceitos elencados se articulam como mediadores analíticos entre o pesquisador e os temas em investigação nesta pesquisa. Os operadores conceituais, portanto,

correspondem a categorias gerais que localizam possibilidades de problematização dos fenômenos dados e construídos. Logo, é importante compreender que o conceito é uma construção lógica que tem o objetivo de produzir sentidos sobre a temática em questão na pesquisa.

Assim, considerando a importância do debate sobre masculinidades na presente pesquisa, mais especificamente a análise de enunciados midiáticos sobre homens em situação de rua, será analisado no próximo capítulo a gênese e fenômeno social da população em situação de rua no Brasil. Para tanto, destacam-se operadores crítico-conceituais na articulação da análise histórica, como o conceito de colonialidade do poder criada por Anibal Quijano, a noção de abjeção engendrada por Butler e a noção de necropolítica proposta por Achille Mbembe.

### 3. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COMO PRODUÇÃO COLONIAL

Brasília, madrugada de 20 de abril de 1997.

Depois de perambular de carro pela cidade atrás do que fazer, cinco entediados rapazes de classe média, entre dezesseis e dezenove anos, despejam dois litros de álcool num indígena pataxó que dormia num ponto de ônibus. Ateiam fogo e fogem a toda velocidade. Transformado numa tocha humana, o indígena sofre queimadura de terceiro grau em 85% do corpo e morre no dia seguinte. Segundo o advogado dos rapazes, eles pensaram se tratar de um mendigo e fizeram aquilo “como uma brincadeira que resultou em tragédia”. (Trevisan, 2021)

Nesta sessão serão analisados a gênese e fenômeno social da população em situação de rua no Brasil, em destaque os homens, como projetos coloniais. O agrupamento dessas pessoas está circunscrito em um campo de disputas de narrativas entre diversos setores da sociedade, se constituindo como categoria temporal que se engendra em meio a produções discursivas, sociais, políticas e midiáticas (Rodrigues, Fernandes, Delgado e Valle, 2020).

Como uma categoria temporal, só é possível algum entendimento acerca da população em situação de rua considerando seus aspectos diacrônicos e sincrônicos. O aspecto diacrônico diz respeito à consideração das interseções e interposições sociais históricas que conformam o entendimento acerca dos agrupamentos urbanos, ou seja, a ideia de que a população em situação de rua não surge sem antecedentes, sem herança social. Já a configuração sincrônica, abrange as influências das relações e do contexto no qual o objeto está submetido e, portanto, sendo produzido. O exame da população em situação de rua a

partir deste fio sincrônico evita que a compreensão da gênese desta parcela da população seja feita sem conexões entre as figuras coexistentes na história (Rodrigues, et al., 2020).

A situação de rua, mais do que uma condição individual, revela uma questão relativa à forma como a sociedade configura quadros hierárquicos em torno de uma quantidade de cidadania a partir das assimetrias e distribuição de capitais, configurando-se uma *economia de direitos*, ou seja, relação entre poder, desigualdade e a condição do cidadão. (Rodrigues & Fernandes, 2020, p. 15).

No período do Brasil Colônia e Império, o primeiro agrupamento marginalizado no contexto urbano estava articulado à figura dos sujeitos considerados vadios, vagabundos e mendigos. Tal articulação era configurada não apenas pela ocupação destes nos espaços urbanos, mas também por estes escaparem do binômio senhor-escravo. Trata-se, portanto, de um tipo de marginalidade social, constituída pelos sujeitos que não eram proprietários, nem trabalhadores e que, desta forma, não se enquadravam nas relações de dependência da estrutura escravocrata (Rodrigues, et al., 2020)

A perspectiva de marginalidade, portanto, a princípio, não se localiza no campo da pobreza, mas sim do trabalho livre, da falta de vínculos, ou mesmo de um despojamento de alguns sujeitos em relação ao modelo de produção colonial escravocrata vigente na época. Desta forma, a configuração em questão originou uma formação *sui generis* de homens expropriados e livres que não aderiram ao modelo de produção da monocultura colonial. Este processo culmina, assim, na judicialização da vadiagem e da mendicância como delitos urbanos (Rodrigues, et al., 2020).

O Código Penal de 1830 dedica o Capítulo IV aos Vadios e Mendigos:

Art. 295. Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil, de que passa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente.

Pena - de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias.

Art. 296. Andar mendigando:

1º Nos lugares, em que existem estabelecimentos publicos para os mendigos, ou havendo pessoa, que se offereça a sustental-os.

2º Quando os que mendigarem estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não hajam os ditos estabelecimentos.

3º Quando fingirem chagas, ou outras enfermidades.

4º Quando mesmo invalidos mendigarem em reunião de quatro, ou mais, não sendo pai, e filhos, e não se incluindo tambem no numero dos quatro as mulheres, que acompanharem seus maridos, e os moços, que guiarem os cégos.

Penas - de prisão simples, ou com trabalho, segundo o estado das forças do mendigo, por oito dias a um mez.

É importante ressaltar que, até o final do século XIX, existia uma diferença entre a concepção do sujeito considerado vadio e do sujeito considerado mendigo. O vadio era considerado um desperdício de força de trabalho, como um sujeito indisciplinado que escolheu deliberadamente situar-se nessa posição. O mendigo era considerado o sujeito de “má-sorte”, que era inapto ao trabalho e que, inclusive, era isento penalmente a depender dos locais que ocupava e da existência de enfermidades. No entanto, apesar de uma tolerância maior à condição do sujeito mendigo, ambas as figuras eram vistas como uma subtração econômica e social e, portanto, um grupo que deveria ter seu crescimento contido (Rodrigues, et al., 2020).

O final do século XIX, entre 1888 e 1900, marcado pelo “fim da escravidão” e pelas mudanças e rupturas do regime político da Monarquia para a República, se caracteriza como um período de transição da sociedade brasileira. Ocorre, neste período, uma mudança do regime de trabalho da escravidão para o mercado livre e, portanto, a constituição de um novo

imaginário social, de novas configurações políticas e sociais baseadas num modelo positivista pautado na ideia de ordem e progresso (Miskolci, 2013).

Segundo Miskolci (2013), a ideia de ordem se articula em um campo relacional, onde a elite branca dominante (de raízes europeias) buscava instaurar a ideia de uma instabilidade anárquica associada às demais repúblicas latino-americanas. Desta forma, esta elite tentava se consolidar como governantes capazes de evitar que essa suposta desordem caótica alcançasse também o território brasileiro. A ordem, nesse sentido, soa como imperativo, à medida que ela se cristaliza a partir do autoritarismo respaldado por uma lógica moderna atrelada ao conservadorismo político das elites, que almejavam mudanças sem que as hierarquias e privilégios, esses sim consolidados, se dissolvessem.

A ideia de ordem se articula também com a ideia do progresso, à medida em que desta, um ideal de civilização possa ser alcançado a partir de um processo de evolução, de melhora das condições sociais. Trata-se, portanto, de acordo com Miskolci (2013), de um culto pregado pela elite branca modernizante, que se sustentava a partir da desvalorização da população brasileira em relação aos europeus. Desta forma, instaura-se uma expectativa de que o Brasil, futuramente, pudesse alcançar o nível supostamente avançado de desenvolvimento subjetivo e social presentificados nos países europeus.

Configurava-se, então, como efeito dos processos de colonização promovidos pelos países europeus, uma hegemonia destes em relação a diversos territórios e continentes, inclusive ao sul-americano. Tal processo, que podemos denominar como imperialismo europeu, consiste não apenas no processo de dominação e expropriação de territórios físicos colonizados, mas também na colonização das ideias, das subjetividades, na medida em que são disseminados discursos que localizam os povos colonizados e escravizados (índios e africanos) como bárbaros e incivilizados e os colonizadores enquanto civilizados, organizados, ou mesmo, nos termos corporativos: *cases* de sucesso (Miskolci, 2013).

Em *Os Condenados na Terra*, Frantz Fanon (1968, p.29) ressalta:

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra . . . é um lugar mal afamado. Aí se nasce não se importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas uma sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros . . . O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se a mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher deste, se possível. O colonizado é um invejoso. . . é verdade, não há um colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono.

Esta mudança de uma sociedade colonialista para uma nacionalista, não trouxe, necessariamente, uma modificação nas estruturas e hierarquias sociais, visto que a população antes escravizada foi excluída e substituída pela mão-de obra composta por imigrantes europeus. A abolição da escravatura, portanto, além de não ter sido acompanhada de nenhuma política para incorporação dos até então escravizados ao mercado de trabalho, trouxe consigo outra política que era a favor da imigração europeia para compor a classe trabalhadora nacional. O regime republicano, funda-se, doravante, a partir desse ideal civilizatório e higienista do embranquecimento da nação a partir da exclusão e marginalização dos recém libertos do regime da escravidão (Miskolci, 2013).

O desejo da nação de nossos políticos . . . se constituiu historicamente por meio de uma avaliação negativa de nosso povo e de nosso passado que, progressivamente, engendrou ideais e decisões políticas que se concretizaram, por exemplo, na Abolição

da escravatura sem nenhuma política de incorporação dos libertos ao mercado de trabalho, antes em uma política pró-imigração europeia, na constituição de um regime republicano autoritário que via no povo sempre um empecilho a ser embranquecido, higienizado, civilizado. (Miskolci, 2013, pp. 12-13)

Um exemplo dessas dinâmicas que envolvem as relações raciais, de trabalho e de classes está situada também em relação à figura do vadio. Como prescrito no Capítulo IV do Código Penal de 1830, a penalização do vadio consistia numa ferramenta moral e legal com intuito de docilizar os corpos dos homens livres e marginais através da imposição ao trabalho (Miskolci, 2013; Rodrigues et al., 2020).

No entanto, previamente a abolição da escravidão, apesar de já existirem penas para o crime de vadiagem, “não havia escolha ao labor por parte dos escravos ou necessidade de exprobar moralmente o não trabalho por parte dos senhores, pois o açoite o fazia garantir.” (Rodrigues, et al., 2020, p. 27).

Rodrigues et al. (2020) continua: “os escravos considerados preguiçosos ou indisciplinados ao trabalho eram vendidos e exterminados. Portanto, a pena do crime de vadiagem . . . acabava sendo branda em relação as chibatadas” (p. 28).

O artigo 60 do Código Criminal de 1830 previa o seguinte:

Se o réo fôr escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condemnado na de açoutes, e depois de os soffrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazel-o com um ferro, pelo tempo, e maneira que o Juiz designar.

O numero de açoutes será fixado na sentença; e o escravo não poderá levar por dia mais de cincoenta.

No entanto, como dito anteriormente, “o fim do chicote transfere a dominação para outras dimensões.” (Rodrigues et al., 2020, p. 9). Sendo que após a suposta abolição da escravatura e da dissolução do binômio senhor-escravo, garantido por condições legais que

previam que os escravos fossem dominados enquanto propriedade dos homens brancos colonizadores, emerge um processo de desqualificação da mão-de-obra da população negra antes escravizada, a partir do ideal de embranquecimento da população, que se deu por uma estratégia biopolítica de recusa do próprio povo negro e pardo, rumo ao estabelecimento de uma nação branca e civilizada (Miskolci, 2013).

Na mesma época, ainda no período de transição do Brasil Império para Brasil República, ou como preferiam final do século XIX e início do XX, outras transformações importantes para a compreensão da formação da população em situação de rua no Brasil aconteceram. Para além da renda, a moradia também passa a ser um elemento constitutivo dos processos de exclusão e marginalização de parte da população, “fato que engendra os primeiros interstícios de marginalidade jurídica aos desabrigados no Brasil.” (Rodrigues et al., 2020, p.28)

Conforme previsto no Capítulo XIII intitulado Dos Vadios e Capoeiras, do Código Penal de 1890:

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de ocupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellullar por quinze a trinta dias.

Para Rodrigues et al. (2020), foi imprescindível que a elite branca rebaixasse os recém libertos, em especial a população negra até então escravizada, para fomentar uma política racial que se justificaria pelo embranquecimento da população através do estímulo da imigração de europeus brancos para o Brasil. A exemplo disto, como denominado no título do capítulo supracitado, a capoeira, prática advinda dos povos africanos e que constitui até hoje a

potência ancestral da cultura afro-brasileira, foi associada juridicamente aos crimes de vadiagem.

Desta forma, a partir da inserção de questões morais e materiais no âmbito jurídico, começa a se engendrar uma expansão do que poderiam ser consideradas práticas, e, portanto, crimes de vadiagem. Assim, perfis como o do bêbado, das prostitutas, malandros, ociosos e capoeiristas, passam a ser englobados na definição do sujeito vadio (Rodrigues et al., 2020).

Concomitantemente, com a laicização do Estado e com desenvolvimento dos aparatos institucionais e dos saberes médicos e sanitários, outras figuras passam a compor o domínio da exclusão e da marginalidade. Sob respaldo das ciências modernas biológicas, outras figuras, como o doido varrido, o leproso e o louco, se deslocam da representação da piedade e da misericórdia sustentadas pela lógica religiosa e passam a ser considerados como anormais, sujeitos inúteis, imprestáveis e não confiáveis. Sujeitos sujeira que representavam a imundice dos espaços urbanos e que, portanto, deveriam ser eliminados. (Rodrigues et al., 2020).

Desta forma, para Rodrigues et al. (2020), instaura-se no contexto da República uma lógica sanitaria respaldada num modelo de profilaxia social com foco na salubridade pública, que passa a operar por dispositivos institucionais como os hospitais, manicômios e prisões. Estas instituições, respaldadas por saberes médico-legais, passam a se constituir como ferramentas de exclusão, como depositários de corpos marcados racial, física e moralmente, onde a fuga de uma suposta normalidade constitui um processo de monstrificação do sujeito considerado anormal.

Segundo Foucault,

O indivíduo a ser corrigido vai aparecer nesse jogo, nesse conflito, nesses sistemas de apoio que existe entre família e, depois, a escola, a oficina, a rua, o bairro, a paróquia, a igreja, a polícia, etc. Esse contexto, portanto, é que é o campo de aparecimento do sujeito a ser corrigido . . . a genealogia do indivíduo anormal nos remete as três

figuras: o monstro, o incorrigível, o onanista . . . o monstro é que é o problema, o monstro é que interroga tanto o sistema médico como o sistema judiciário (2001, pp. 72, 75, 78).

Tais figuras, somadas ao louco e ao vadio, apesar de não serem necessariamente desafiantes a ordem da estrutura escravocrata, compartilhavam algo em comum: a configuração representacional de sujeitos que poderiam desestabilizar uma ordem moral de supostos bons costumes, prevista, inclusive, judicialmente, no Código Penal de 1890 (Rodrigues et al., 2020).

No entanto, no decorrer do século XX, as categorias dos vadios e vagabundos passam um processo de esvaziamento, com as mudanças nas formas de produção e das dinâmicas de trabalho, com o surgimento do fenômeno do desemprego e com as políticas de direitos sociais implementadas no governo de Getúlio Vargas. Desta forma, por exemplo, “os requisitos do tipo penal da vadiagem como falta de domicílio, falta de meios de subsistência e falta de profissão, tornaram-se também falhas do Estado.” (Rodrigues et al., 2020, p. 35).

O processo de adensamento dos centros urbanos que se deu pela industrialização e pelo êxodo rural, culminou numa explosão demográfica urbana que teve efeitos diversos nas dinâmicas sociais e do trabalho. A expansão demográfica, ou seja, o aumento da população nos centros urbanos, não foi acompanhado por um desenvolvimento efetivo de políticas públicas de educação, saúde, segurança e moradia e tampouco pela oferta de empregos. E, dessa forma, a “indisponibilidade e a falta de ofertas de trabalho ocupáveis pela mão de obra dos paupérrimos, a escassez de moradias regulares, o aumento da disputa e renda imobiliária, conformam o ambiente do *morador de rua*.” (Rodrigues et al., 2020, p. 36).

A partir da consideração dos aspectos diacrônicos e sincrônicos como imprescindíveis para a compreensão histórica, política, social e econômica da formação do agrupamento denominado pessoas em situação de rua, considera-se que as figuras do vadio, do vagabundo

e do homem do saco não se dissolveram por completo, mas sim passaram por transformações com o decorrer do tempo. Desta forma, parte dos predicados destas serão associados às figuras do que atualmente conhecemos por pessoa em situação de rua, em destaque os homens, o que culminou em visões estereotipadas sobre esta parcela da população que comumente são denominadas como vagabundos, nóias, homens do saco e/ou mendigos (Rodrigues et al., 2020). Algumas destas figuras serão problematizadas, de modo mais específico, na sessão 5.

Portanto, a partir do que foi apresentado, pode-se considerar que a questão das pessoas em situação de rua não é meramente econômica, mas sim produto dos processos de urbanização, de migrações e de fluxos externos (migração europeia pelo ideal de embranquecimento) e internos (êxodo rural), da desvalorização de sua mão-de-obra no mercado formal, de sua colocação premeditada e deliberada no mercado informal e de concepções individualistas que culpabilizam tais sujeitos por suas situações de vida. Um processo de exclusão composto, portanto, pela desqualificação, desvinculação e eliminação desta população (Rodrigues et al., 2020).

Neste sentido, afirma-se que

A categoria não é simplesmente espacial, é temporal; produto das construções simbólicas, inclusive das demarcações mais atuais “pessoa em situação de rua” e “população em situação de rua”, que continuam marcando e, mais do que isso, reduzindo o indivíduo a partir do elemento rua, como se não houvesse uma multiplicidade de outras fontes, comportamentos e pertencimentos (Rodrigues et al., 2020, p. 41).

Assim como afirmam Rodrigues e Fernandes (2020, p. 14), a subjetividade do sujeito em situação de rua encontra-se imersa “nos processos e nas redes tecidas em meio às estruturas sociais, afinal, a identidade do agrupamento também é permeada por mitos, pela

maneira com que a sociedade o percebe e se relaciona com ele”. Deste modo, e sem a pretensão de responder essas perguntas em uma perspectiva totalizante, indaga-se quais são as maneiras que a sociedade brasileira percebe e se relaciona com a população em situação de rua? Quais os modos pelas quais a sociedade invisibiliza e inviabiliza uma cidadania plena das pessoas que compõem este agrupamento, que hoje, no Brasil, beira a marca 221.869 pessoas (Brasil, 2020).

Reproduzida frequentemente em debates acadêmicos, matérias jornalísticas e em diálogos cotidianos, a noção de invisibilidade como predicado atribuído aos cidadãos em situação de rua, se justifica através da premissa do abandono social desta população. Neste caso, é emplacada a ideia de que as demandas destes sujeitos seriam negligenciadas pelos representantes da sociedade civil e do Estado, sendo estes, omissos em relação à situação de miséria e exclusão em que vivem as pessoas em situação de rua (Rodrigues, Delgado & Valle, 2019).

No entanto, ao contrário da perspectiva de omissão, ou seja, de uma falta de ação do Estado em relação às demandas sociais deste grupo, parte-se do pressuposto de que no Brasil opera uma lógica da vigilância estatal policialesca, que recai com maior intensidade sobre os mais paupérrimos, sob a justificativa de manutenção da lei e da ordem através do combate à criminalidade. Desta forma, considerando a situação de extrema pobreza característica da realidade das pessoas em situação de rua, somada a processos de criminalização da pobreza, registrados, por exemplo, no Código Criminal brasileiro de 1830, que localizava a vadiagem e mendicância como crimes, a noção de invisibilidade se demonstra insuficiente e, até mesmo inconsistente, para analisar o fenômeno dos viventes na rua (Rodrigues et al., 2019).

A partir de tais evidências, e em diálogo com a obra organizada por Rodrigues (et al, 2019), parte-se da perspectiva de que as pessoas em situação de rua são vistas, mas que, contudo, essa visibilidade se articula de modo seletivo por parte das instâncias de controle

social e penal, pois opera no sentido de produzir noções de abjeção em relação aos viventes na rua, o que implica, necessariamente, em processos de estigmatização, repressão, punição e matabilidade desta parcela da população.

Um exemplo dos efeitos desta produção se articula no resgate histórico do incidente denominado como Massacre da Sé, ocorrido no centro da cidade de São Paulo, no ano de 2004, onde sete pessoas em situação de rua foram assassinadas com golpes na cabeça e outras oito saíram feridas (Rodrigues et al., 2019).

O caso do massacre da Sé elucida os efeitos mortíferos de um sistema necropolítico que nomeia e da visibilidade para as pessoas em situações de rua, localizando-as desde perspectivas de subalternidade, anormalidade, monstruosidade, selvageria, criminalidade e periculosidade. Segundo Mbembe, o exercício da necropolítica e do necropoder consiste em

. . . várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes confere o estatuto de ‘mortos vivos’.” (Mbembe, 2018, p. 71)

O exercício da necropolítica, a partir de uma perspectiva que analisa os efeitos dos processos coloniais e de escravidão, entrelaça elementos como a morte, a liberdade e o terror. Visto que os regimes coloniais, enquanto estruturas militares e fortificadas, funcionam a partir de práticas de terrorismo que restringem a liberdade de determinados grupos, que experimentam a contragosto uma condição de viver na e pela dor (Mbembe, 2018).

Tal lógica, portanto, reverbera em efeitos múltiplos na população, como, por exemplo, na reprodução de práticas de extermínio e violência institucional, como exemplifica um trecho da música intitulada *Ismália* do rapper Emicida (2019):

80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo

Quem disparou usava farda

Quem te acusou nem lá num tava

Porque um corpo preto morto é tipo o hit das parada

Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada<sup>6</sup>

Neste caso, segundo Rodrigues et al. (2019), a política de segurança pública se apresenta-se de maneira panóptica<sup>7</sup>, como dispositivo institucional organizado, de vigilância e controle dos cidadãos em situação de rua, que circunda, vigia e invade suas vidas e suas práticas cotidianas mais particulares.

Neste sentido, a ideia de invisibilidade se configura enquanto uma ideia reducionista, ou mesmo um mito que pouco auxilia na compreensão acerca das especificidades (por vezes, extremamente violentas) da vida que se desenha na rua (Rodrigues et al., 2019). A noção de invisibilidade, pelo contrário, escamoteia a intensa visibilidade desta população edificada em termos do controle penal, punição e repressão (Rodrigues & Fernandes, 2020). Portanto, “a perspectiva teórica da invisibilidade acaba sendo desconstruída e não tendo validade quando os indivíduos em situação de rua comungam e relatam intenso cotidiano de intolerância e

---

<sup>6</sup> Em relação aos 80 tiros, o *rapper* Emicida resgata o episódio ocorrido em 7 de abril de 2019, quando uma família (incluindo uma criança), a caminho de um chá de bebê em Guadalupe (bairro periférico do Rio de Janeiro), foi metralhada por militares do exército brasileiro, que posteriormente justificaram sua ação a partir da alegação de que haviam confundido o carro da família com um carro suspeito. Neste episódio, o motorista do carro, Evaldo Rosa, um homem negro, faleceu na hora. Outro homem, Luciano Macedo, um catador de material reciclável, que tentou ajudar Evaldo, também foi alvejado e faleceu dias depois. A relação entre este trecho da música e a presente pesquisa, se dá à medida que no episódio descrito foram mortos um homem negro e um catador de materiais recicláveis, dois marcadores bastante presentes na população em situação de rua (Jucá, 2019). Destaca-se, por fim, que a questão da raça e do racismo, também presente na música, mais a frente será articulada ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil.

<sup>7</sup> Foucault (2014), utiliza, portanto, o conceito de Panóptico de Jeremy Bentham para elucidar essas questões da vigilância, de normalização e disciplinamento dos corpos. Sendo o panóptico um dispositivo arquitetural que organiza determinadas massas através de uma vigilância onipresente e integral, como visto em algumas instituições prisionais. Na estrutura panóptica o vigia ocupa o centro e é circundado pelos blocos onde se encontram os vigiados, que são grupos tutelados: loucos, viciados, doentes, [população de rua] criminosos, estudantes e trabalhadores. Essa disposição estrutural permite um alcance de visão completa do sujeito que ocupa o centro, ou seja, possibilita que o vigia inspecione os vigiados o tempo todo e ainda cria a sensação de constante vigilância nos vigiados. Sendo assim, o panóptico possui uma característica onisciente e onipresente, onde vértice algum escapa ao campo de visão do centro, instaurando-se assim um controle sobre os corpos vigiados que, submetidos a incerteza de estarem ou não sendo vistos, passam por um processo de introjeção psíquica que tem como efeitos a sensação de vigilância em tempo integral.

humilhação, com diversas formas de violência física e simbólica.” (Rodrigues & Fernandes, 2020, p.13).

Como uma proposta que extrapola o pressuposto de invisibilidade, podemos pensar os processos de indiferença, vigilância e intolerância em relação às PSR através também da perspectiva da naturalização. À medida que “a naturalização é a apatia do olhar, que vê, mas não se altera, comove ou abala; enquanto a invisibilidade é um predicado do objeto que o torna inacessível ou imune à visão” (Rodrigues et al., 2019, p. 119). Portanto, a naturalização da situação de rua não prevê uma reflexão acerca das pessoas que vivem nesta condição específica, pelo contrário, se articula através de um efeito de automatização e, logo, de uma suposta aceitação da PSR como elemento sempre existente na conjuntura social, inerente aos cenários das cidades, quase “natural”, culminando, assim, em um processo de rotinização do tratamento – por vezes opressivo ou indiferente – destas.

Assim, se o processo de naturalização da pessoa em situação de rua se afirma como uma das condições que possibilitam à manutenção deste fenômeno, que pode ser considerado uma das mazelas sociais do Brasil, à medida que é constituído por vidas desprotegidas, oprimidas e bestializadas, é necessário traçar outro viés de análise que se agenciem a processos de desnaturalização da situação posta. Uma vez que naturalizar a PSR é entendê-la, aceitá-la e legitimá-la como inerente a condição estrutural da sociedade, desnaturalizar significa considerá-la também como consequência de processos históricos, sociais, econômicos e políticos. Deste modo, esse debate pode ser articulado com a análise de Ströher (2014), sobre a importância da desnaturalização na perspectiva foucaultiana:

Foucault objetiva desnaturalizar os objetos históricos, afinal, não existe um elemento original e essencial, modelo para analisar diferentes temporalidades. O que ele busca é ver a rede de intrigas que permitiram a configuração das práticas, os estratos que o cercam, para então vê-los sem a neblina da distância temporal, sem as camadas

decompostas pelo tempo sobre ele. . . [objetivando] entender as estruturas formadoras, as etapas de constituição do terreno, as divisões existentes, as rupturas sofridas nas continuidades, percorrer todos os caminhos para voltar ao ponto inicial, mas carregando uma bagagem diferente do momento da partida (p. 36).

Neste sentido, para o entendimento do que hoje se conhece por população em situação de rua, é necessária a compreensão de que este segmento é efeito de uma teia de condições objetivas e subjetivas, que envolvem experiências vividas, discursos, ações e decisões históricas e políticas que se acumulam e reatualizam desde os processos de colonização fundados e configurados a partir das invasões europeias ao continente latino-americano (Ballestrin, Luciana, 2013; Mbembe, 2020).

Parte dessa população (com ênfase para os povos ameríndios e afro-americanos) vem sendo, desde o século XVI, disciplinadas, escravizadas, exploradas e/ou exterminados por, supostamente, representarem um “perigo animalesco” à racionalidade moderna<sup>8</sup> da raça humana e, portanto, à ordem social. Tal pensamento se constitui enquanto “justificativa” do exercício contínuo de um empreendimento colonial, articulado principalmente na representação de homens brancos europeus, que demarca os últimos séculos como um momento histórico imperialista de dominação pela força e pelo assujeitamento de determinados povos, classificados como inferiores a partir da invenção da noção de raça (Ballestrin, 2013; Kilomba, Grada, 2019; McClintock, Anne, 2010). A continuidade e disseminação da racionalidade instaurada no processo de colonização é conceituada, assim como sinaliza Quijano (2002), como colonialidade do poder.

---

<sup>8</sup> Em seu artigo intitulado “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade”, Mignolo (2017) localiza os processos de colonização como subjacentes ao desdobramento da civilização ocidental na modernidade. Para o autor, a ideia de modernidade, com sua origem na Europa, se constitui enquanto uma narrativa complexa que engendra a civilização ocidental e que, ao celebrar suas “conquistas”, subjaz o lado mais obscuro dos processos de invasão e colonização do continente africano e da formação das américas, efetivados a partir da escravização de povos africanos e ameríndios. Neste sentido, a colonialidade, movimentada pelo ideal civilizatório europeu, se constitui enquanto elemento fundamental da noção de modernidade, ou seja, não é possível pensar a ideia de modernidade desarticulada dos processos de colonização de propensões opressivas e imperiais.

O conceito de colonialidade do poder, traçado inicialmente por Quijano (1992; 2002), é fundado e situado, portanto, no contexto dos processos de colonização, guerra e genocídio dos povos nativos latino-americanos. Sustentado, primeiramente, na classificação e hierarquização social que se articula através da ideia de raça, de diferença, de pureza e superioridade da raça branca. Para Quijano (2017), a concepção de raça foi inventada pelos europeus com intuito de demarcar as diferenças fenotípicas entre colonizadores e colonizados, dominadores e dominados.

Quijano (1992, 2017) refere-se à colonialidade como um processo histórico que se iniciou com a conquista e dominação das culturas e sociedades que habitavam o que conhecemos hoje por continentes africano e latino-americano. Tal processo, conhecido como colonização, que se iniciou a partir de meados do século XV e perdurou até o final do século XIX, engendrou uma nova ordem mundial, ou melhor, um poder global que se exerce em todo o planeta e que opera em benefício de uma minoria populacional (classe dominante) europeia/norte-americana, servindo-a e enriquecendo-a, acumulando a maioria dos recursos globais em suas mãos as custas da exploração e subjugação dos povos nativos da África e da América Latina.

A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos tem sido uma dimensão constituinte, embora minimizada. O conceito como empregado aqui...não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular: o da ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a colonialidade, que surgiu com a história das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac, com a formação das Américas e do Caribe e o tráfico maciço de africanos escravizados. (Mignolo, 2017, p.2)

O conceito de colonialidade é, portanto, um conceito descolonial, na medida em que denuncia toda uma narrativa histórica, política e complexa da fundação do ocidente a partir do projeto imperialista europeu, marcado pela metamorfose de um mundo policêntrico e não capitalista (antes de 1500) para uma ordem mundial monocêntrica e capitalista (de 1500 até a atualidade). Tal conceituação almeja desvelar o que durante muito tempo ficou escondido, ou melhor, o que foi distorcido na racionalização de parte da história geopolítica global, (Mignolo, 2017).

A colonialidade é engendrada pelo que Quijano denomina como matriz colonial de poder (MCP), a qual opera em quatro domínios que se inter-relacionam entre si. A ver, os domínios da autoridade, do controle da economia, do gênero e da sexualidade, do conhecimento e da subjetividade. Para o autor, a MCP é composta por nós histórico-estruturais heterárquicos que são atravessados por diferenças imperiais/coloniais e que, por sua vez, engendram o *modus operandi* ocidental que se reproduz e se perpetua através de mecanismos institucionais e biopolíticos (Mignolo, 2017).

A matriz colonial é construída e opera sobre uma série de nós histórico-estruturais heterogêneos, ligados pela “/” (barra) que divide e une a modernidade/colonialidade, as leis imperiais/regras coloniais e o centro/as periferias, que são as consequências do pensamento linear global no fundamento do mundo moderno/colonial. A sua legitimidade é ancorada nos princípios de conhecimentos diversos, assim como no aparato da enunciação, que consiste em categorias de pensamento, atores sociais e instituições sustentadas pela continuidade da educação. (Mignolo, 2017, p. 10)

A MCP opera a partir de diversos nós histórico-estruturais que se articulam entre si e que, no pano de fundo das diferenças imperiais/coloniais, subjaz a razão da colonialidade. Tais nós, engendram a lógica da colonialidade a partir de diferentes enunciados e formações

que, elaborados e perpetuados pelos colonizadores, instituem determinadas crenças e valores nas culturas colonizadas (Mignolo, 2017).

Desta forma, podemos considerar que os nós histórico-estruturais se tratam de formações enunciativas específicas as quais se dão a partir de diversas formações, a saber: uma formação racial/étnica mundial que, através de organizações político-militares administravam as colônias e estabeleciam diferenciações, divisões e hierarquias, que privilegiavam brancos-europeus em detrimento dos não-brancos, índios e africanos; a formação das divisões (centro/periferia) de classe que culminou nas relações de trabalho (escravo e/ou assalariado) e no modo de produção capitalista pautado na mais-valia. (Mignolo, 2017).

Outro nó histórico-estrutural global é constituído pelas hierarquias impostas por um sistema sexo/gênero, que se articulou através da invenção e imposição de determinadas categorias (homem/mulher, heterossexual/homossexual, humano/não humano) com intuito de estabelecer uma economia da vida através do controle da sexualidade e da determinação das categorias hierárquicas de gênero. Além destes, existem outros nós que engendram a lógica da colonialidade, relacionados à linguagem, episteme, a estética, a espiritualidade, a religião e assim por diante (Mignolo, 2017).

No entanto, apesar de ser bastante evidente que as configurações de gênero estão alicerçadas numa lógica colonial que de forma resumida é representada pelo privilégio dos homens sobre as mulheres, ainda assim é importante evitar análises generalistas. A questão que não pode se perder de vista é a de que as discussões sobre gênero e sexualidade vêm sendo articuladas a partir de um viés interseccional (Akotirente, 2019; Pereira & Gomes, 2019) e também a de que tais nós operam desta mesma maneira, ou seja, se inter cruzam e influenciam uns aos outros. Por exemplo, uma mulher branca europeia, no contexto da lógica colonial, é dominante em detrimento de um homem negro, desta forma, haveria uma maior

probabilidade de uma mulher negra estabelecer alianças com seu par étnico-racial (homem negro) do que com a mulher branca que, muitas vezes, domina e explora a ambos (Mignolo, 2017).

Durante o empreendimento imperialista europeu formou-se uma estrutura de poder colonial que culminou na produção de discriminações étnico-raciais, que foram balizadas e justificadas pela objetividade científica e que, portanto, durante muito tempo, assumiram uma significação a-histórica. A noção de raça surge no período dos processos de colonização com o objetivo de diferenciar fenotipicamente exploradores (europeus) e explorados (povos nativos) e também com a intenção de balizar argumentos que indicavam supostas diferenças biológicas entre colonizadores e colonizados, os quais conferiam estatuto de superioridade do primeiro grupo em relação ao segundo (Ballestrin, 2013; Quijano, 1992; 2017).

A formação de relações sociais fundadas nessa idéia produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios, negros e mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos como *espanhol e português*, e mais tarde *europeu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. (Quijano, 2017, p. 117).

Mas, no entanto, não se trata apenas da formação de hierarquias e nem apenas de uma única instância de subordinação de diversas culturas em relação à europeia. Trata-se, além disso, de um processo de colonização violento das culturas nativas africanas e latino-

americanas. Colonização, portanto, do imaginário dos povos colonizados, que atua diretamente no campo simbólico (signos, imagens, linguagens) destas populações, afetando a direção de suas crenças e valores e que se torna, em certa medida, parte destes. Processo de repressão aos modos de vida nativos e ancestrais, de aniquilação dos saberes locais que alteram todo um sistema de símbolos e imagens de significações próprias e que são substituídos, de forma impositiva, pelos padrões de expressão objetivos, intelectuais e formais dos dominadores. Aliás, barrar as produções culturais dos povos dominados, se constitui como uma estratégia biopolítica bastante efetiva no controle social das populações e culturas subjugadas (Quijano, 1992, 2017).

Os colonizadores impuseram seus ideais em relação aos padrões de significações e de conhecimento dos colonizados. Além disso, num processo gradativo, primeiro foi estabelecido um distanciamento entre dominados e as crenças, valores e saberes dos dominadores. Em seguida, de forma seletiva (limitada), alguns poucos nativos foram sendo cooptados e aproximados pelas teias de saberes-poderes (crenças/valores) dos europeus, engendrando assim um processo também de sedução dos colonizados a partir do acesso (limitado) às engrenagens de poder exercidos pelos colonizadores. A própria consciência, aprendizado e inclusão do nativo no sistema simbólico dos europeus já garantia, de certa forma, algum tipo de privilégio (Quijano, 1992, 2017).

Desta forma, a partir desta sedução premeditada, a cultura europeia passa a influenciar as sociedades não-europeias, se constituindo para estes enquanto uma inspiração, um ideal a ser alcançado, um modelo universal de representação da civilização, humanidade e desenvolvimento. Tendo tal processo de colonização das culturas em vista, fica difícil imaginar um aparato simbólico, de linguagem, crenças e valores dos povos não-europeus que não esteja atrelado a esta relação de dominação com os povos europeus (Quijano, 1992).

Logo, a colonialidade, como formação de um modelo de racionalidade universal e, portanto, da modernidade, não foram meros acidentes. O paradigma que constituiu e sustentou esta racionalidade está intimamente associado às tensões sociais e políticas causadas pelo intencional projeto imperialista europeu, que desembocou na invenção da raça e refinamento do racismo, do sistema sexo gênero, do capitalismo, da mais-valia, da propriedade privada e, portanto, das marginalizações, violências, desigualdades que, de certa forma, são exprimidas no fenômeno social da PSR. Em outras palavras, podemos chegar à conclusão de que a PSR, e seus recortes de raça e gênero, composta em sua grande maioria por homens negros, é fruto da história de um território violentamente colonizado e escravizado pelos brancos europeus (Quijano, 1992, 2017; Rodrigues et.al., 2020).

Para tornarem-se o centro do sistema-mundo, portanto, os europeus dominadores desenvolveram um etnocentrismo, fundamentado na classificação racial. “O etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, naturalmente superiores.” (Quijano, 2017, p. 121). Para emplacar essa lógica de pensamento presunçosa, foi necessária a associação de determinadas populações a perspectiva de “perigo”. Como analisa Butler (2019b), designa-se aos sujeitos (neste caso, aos colonizados) uma zona de abjeção, de não-sujeito, de inabitabilidade social, de subalternidade, do que não pode ser aceito como parte de uma sociedade e que precisa ser marcado e delimitado para que confira o estatuto de sujeito ao Outro.

O sujeito localizado como abjeto, se é que podemos nos referir a tal enquanto sujeito na Ordem Global, é aquele pelo qual se sente desafetos e horrores, sendo este representado como uma partícula intrusa e poluidora com capacidade de contaminação. Destas concepções emergem violências, injúrias, xingamentos e atitudes repulsivas e excludentes contra aqueles sujeitos nomeados como abjeto. Tais violências e injúrias, situadas também no campo

discursivo, desenham e situam o sujeito nessa posição de agente asqueroso, sujo, poluidor, assim como desenham e situam outros sujeitos na posição de não abjeção, de limpeza, de humanidade ou mesmo de inteligibilidade cultural. Portanto, pode-se afirmar que a produção das noções de abjeto e não-abjeto estão inter-relacionadas e que, inclusive, o abjeto só existe por conta da invenção do não-abjeto, representado pelo sujeito ocupante de posições socioculturais privilegiadas.

Aprofundando a discussão, Butler, ressalta que

Essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘não-vivíveis’ e ‘inabitáveis’ da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para circunscrever o domínio do sujeito. Essa zona de inabitabilidade vai constituir o limite que circunscreve o domínio do sujeito; ela constituirá esse lugar de pavorosa identificação contra a qual – e em virtude da qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação por autonomia e vida. Neste sentido, o sujeito é constituído por meio da força de exclusão e abjeção que produzem um exterior constitutivo para ele um exterior abjeto que é, afinal, ‘interior’ ao sujeito como seu próprio repúdio fundacional. (Butler, 2019b, p. 18)

Desta forma, a partir do contexto brasileiro de colonização e escravidão, este Outro (que se dizia o sujeito da civilização), colonizador de terras e de vidas, é representado pela figura dos “homens brancos que comandavam os navios e portavam rifles dos exércitos coloniais, e que eram donos e supervisores das minas e plantações com escravos, e que comandavam os fluxos globais de capitais e carimbavam as leis das burocracias imperiais”

(McClintock, 2010, pp. 20-21). Nesta relação colonizador/branco e colonizado/negro, utilizando as palavras de Grada Kilomba (2019), o sujeito negro – antes tido apenas como objeto<sup>9</sup> – se configura enquanto “a representação mental daquilo com o que o *sujeito branco* não quer se parecer” (p. 38).

Mas qual a correlação entre os processos históricos e políticos de colonização, as questões raciais e de gênero e o fenômeno social da população em situação de rua? Além do que já foi discorrido, sobre a formação do agrupamento das pessoas em situação rua como efeito dos processos de colonização do Brasil, podemos considerar que, homens em situação de rua, em sua maioria pretos e pobres (Brasil, 2021; Lanza, Rocha, & Miani, 2019), compõem (junto com mulheres negras, pessoas gordas, entre outros exemplos) zonas de ininteligibilidade sociocultural, ou seja, modos de vida apresentados como marginais, como subalternas, como anormalidade, como extermináveis.

Assim, segundo Ballestrin (2013), os três principais eixos que constituem a lógica capitalística colonial são: raça, gênero e trabalho. Instâncias estas que se articulam como constituintes das relações de exploração e dominação entre colonizadores (homens brancos europeus) e colonizados (povos nativos).

A autora Anne McClintock, em sua obra intitulada *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*, afirma que:

---

<sup>9</sup> Kilomba (2019) utiliza os conceitos de “*sujeito*” e “*objeto*” a partir da leitura da obra *Erguer a voz: Pensar Como Feminista, Pensar Como Negra*, de autoria de bell hooks (1989). Segundo a autora, os sujeitos são aqueles que vivem suas vidas autonomamente, ou seja, são protagonistas de suas próprias histórias, aqueles que têm em mãos o poder de definir suas próprias identidades e, portanto, seus próprios destinos e realidades. Já os objetos, pelo contrário, vivem a partir de uma heteronomia, são definidos e criados pelos outros, que teriam o poder de deliberar e definir suas identidades e condições de realidade. A proposta de Grada Kilomba em *Memórias de Plantação: episódios de racismo no cotidiano* é de converter esta lógica advinda dos processos de colonização, onde historicamente e violentamente os brancos estão situados na posição de sujeitos em relação aos seus objetos, representados por negros e povos nativos. Para Kilomba (2019), “escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada.” (p.28).

. . . nenhuma categoria social existe em isolamento privilegiado; cada uma existe numa relação social com outras categorias, ainda que de modos desiguais e contraditórios. Mas o poder raramente é atribuído por igual – diferentes situações sociais são sobredeterminadas pela raça, pelo gênero, pela classe, ou por cada uma dessas categoriais por sua vez. (McClintock, 2010, p. 27)

Neste sentido, as pessoas em situação de rua se constituem enquanto um agrupamento, ou uma categoria social heterogênea<sup>10</sup>, engendrada no âmbito de processos históricos e políticos, atravessados e constituídos também em meio à intersecção de marcadores sociais de classe, raça e gênero (Rodrigues & Fernandes, 2020). Ainda nessa perspectiva, segundo definição da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua:

A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento. Naturalmente, existem muitas outras especificidades que perpassam a população de rua e devem ser consideradas, como *gênero*, *raça/cor* [itálicos nossos], idade e deficiências físicas e mentais (Brasil, 2008, p. 9).

Considera-se, portanto, que a constituição da população em situação de rua no Brasil, ou seja, de sua gênese e configuração social, está articulada a experiências subjetivas, históricas, políticas, sexuais, de gênero, raça e classe. Tendo em vista a importância do debate

---

<sup>10</sup> Segundo Rodrigues et al. (2020), as expressões “pessoas em situação de rua” ou “população em situação de rua” se tornaram muito presentes em debates acadêmicos, nas instituições e serviços das políticas públicas, na imprensa e também no contexto legislativo. No entanto, é importante ressaltar, ainda segundo os autores, que tais expressões englobam outras classificações, como: trabalhadores itinerantes, profissionais do sexo, migrantes, coletores de materiais recicláveis, andarilhos, desabrigados, camelôs, albergados, usuários de drogas, dentre outras identidades.

sobre gênero nesta pesquisa, em destaque o campo de estudos das masculinidades, será problematizado a seguir um recorte da história deste campo em específico, dos movimentos sociais de homens em busca de ressignificação de suas existências na sociedade, que emerge a partir da luta feminista e constituição do campo dos estudos de gênero. A análise também percorrerá, ainda que de modo breve, questões relacionadas a HSR.

#### 4. SUJEITO “HÔMI” EM DEBATE: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL DO CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO E DAS MASCULINIDADES

*Que criança!? Eu fumo, eu cheiro, já matei e já roubei. Sou sujeito “hômi”* (Fala de filé-com-fritas: menino do tráfico, personagem do filme Cidade de Deus)

O campo dos estudos de gênero começa a ser desenhado a partir da segunda metade do século XIX, impulsionado inicialmente pela primeira onda do movimento feminista e posteriormente influenciado também pelos movimentos sociais de contracultura ocorridos nas décadas de 1960 e 1970 em diversos lugares do mundo. Apesar de estes movimentos sociais se apresentarem como anacrônicos, plurais, heterogêneos e constituídos entre convergências e divergências, estudos e registros históricos os localizam como movimentos sociais significativos, que marcaram (e ainda marcam) os processos de lutas coletivas por equidades de gênero (Corbin, Courtine & Vigarello, 2013a; Connell, Raewyn e Pearse, Rebecca, 2015; Louro, Guacira, Lopes, 2019).

Em pesquisa que debate a relação entre gênero, educação, teoria e política, Dagmar Elisabeth Estermann Meyer (2013) localiza, historicamente, os movimentos sociais e estudos feministas como marcos significativos que vieram a culminar na constituição do que conhecemos por “estudos de gênero”. Assim como afirma Teresa De Lauretis (2019b, p. 398) que “todas essas questões - feminismo, gênero, sexualidade e, num nível menor, raça e etnicidade - foram e ainda são tipicamente colocados debaixo do guarda-chuva dos ‘estudos de gênero’”.

Nesse sentido, Meyer (2013) aborda exatamente esta relação *sine qua non* entre movimentos sociais feministas e este campo de estudos, e, por conseguinte, também a relação entre teoria e política. Célia Regina Jardim Pinto reitera tal premissa, ao afirmar que

Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Por esta sua dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria, transbordaram seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral. (Pinto, 2010, p. 15)

Os movimentos feministas, neste entrelaçamento entre teoria e prática, e também marcados por uma heterogeneidade filosófica e epistemológica (visto que tiveram como protagonistas mulheres pertencentes a diferentes grupos e geolocalizações), articulam processos de problematização e críticas sobre a (re)produção de uma ordem dos gêneros, que implicava (e ainda implica) na delimitação de privilégios diferenciados entre homens, mulheres, gays, lésbicas, travestis e transgêneros. Ou seja, estabelecem-se relações assimétricas de poder interseccionadas e engendradas também a marcadores sociais estético-corporais, de classe, religião, raça e etnia (Butler, 2019a; Louro, 2019).

Assim, grupos de mulheres, no decorrer da história, não mais convencidas por argumentos teológicos e/ou biologistas, e, ao perceberem o cerceamento de suas próprias liberdades (cotidianas, sexuais e trabalhistas), de sua invisibilidade política e social e de sua subordinação em relação aos homens, passam a questionar os modelos tradicionais de gênero vigentes e a reivindicar, paulatinamente, direitos: ao voto, ao trabalho, à liberdade de ir vir e às vivências e expressões de suas próprias sexualidades (Garcia, Carla, 2011; Meyer, 2013).

Assim como afirma Carla Cristina Garcia (2011, p. 13), "o discurso, a reflexão e a prática feminista carregam também uma ética e uma forma de estar no mundo". Neste sentido, o feminismo, em sua história, vem apresentando potência efetiva no que tange à transformação das relações entre sujeitos generificados e em direção à almejada equidade de gênero. No entanto, apesar de muitas conquistas e avanços das mulheres nos âmbitos do mercado de trabalho, da política, da sexualidade e dos direitos reprodutivos, ainda há muito que se fazer, considerando alguns dados nacionais que serão apresentados a seguir.

Estatísticas apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) anunciam que, no Brasil, mulheres ainda recebem o equivalente a  $\frac{3}{4}$  da remuneração dos homens; entretanto, semanalmente, mulheres dedicam 8 horas a mais que os homens na realização de atividades de cuidados domésticos e de cuidados com outras pessoas. No ano de 2017, apenas 10,5% dos assentos de deputados(as) federais, 16% dos assentos de senadores(as) e 7,1% dos cargos de ministério foram ocupados por mulheres. Além disso, dados do Atlas da Violência, publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2019) junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019), demonstram que, também no ano de 2017, foram assassinadas 4.936 mulheres no país, uma média de 13 mulheres mortas por dia. As taxas de feminicídio aumentaram em aproximadamente 31% no período de 2007 a 2017, sendo importante ressaltar que parte significativa dos crimes (28,5%) ocorreram dentro das próprias residências dessas mulheres, sendo elas comumente vítimas de seus companheiros.

Ainda segundo informações do IPEA & FBSP (2019), a situação de violência contra gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros vem se agravando com o passar do tempo. Só no ano de 2017, por exemplo, houve um aumento exponencial de 127% no número de denúncias de homicídios contra estas mesmas. De acordo com pesquisa realizada e publicada pela ONG *Transgender Europe* (TGEu) em 2016, numa escala de número absolutos, o Brasil lidera o

ranking de países que mais matam travestis, transexuais e transgêneros no mundo. Só no período entre junho de 2016 a janeiro de 2018 foram contabilizadas 868 mortes, sendo que o México, segundo país com maior número de homicídios de pessoas trans apresentou um total de 259 mortes. (Balzer, Berredo e Lagata, Carla, 2016).

Frente a estas e muitas outras problemáticas, podemos considerar, assim como analisa Carla Cristina Garcia, que o feminismo

É uma lanterna que mostra as sombras de todas as grandes ideias gestadas e desenvolvidas sem a participação das mulheres e muitas vezes à custa das mesmas: democracia, desenvolvimento econômico, Estado de Bem-Estar Social, justiça, família, religião. As feministas empunham esta lanterna com orgulho por ser a herança de milhões de mulheres que partindo da submissão forçada - enquanto eram atacadas, ridicularizadas, vilipendiadas - souberam construir uma cultura, uma ética e uma ideologia nova e revolucionária para enriquecer e democratizar o mundo. Esta é a luz que ilumina os quartos escuros da intolerância, dos preconceitos e dos abusos. (2011, p. 14)

Assim, explicações biológicas e religiosas, sustentadas em análises deterministas, essencialistas e universalizantes, que determinavam e que até hoje - em partes - determinam características específicas de feminilidades e de masculinidades atribuídas, respectivamente, a mulheres e a homens, passam a ser amplamente questionadas por feministas e adeptos dos movimentos feministas e, por conseguinte, também por estudiosas(os) de gênero (Meyer, 2013). Nesse sentido, passa-se paulatinamente a considerar que fatores culturais, políticos, sociais e institucionais, assim como as relações entre os sujeitos e os discursos produzidos por estes mesmos, produzem “verdades” universais a respeito destes, de seus respectivos corpos e de seus modos de vida. Estabelecem-se, portanto, modelos normativos que passam a ser assumidos por estes mesmos como próprios do ser humano, essenciais, naturais, como se

mulheres e homens tivessem características naturais do homem e da mulher, configurando modos rígidos de ser e existir (Louro, 2019).

Portanto, é a partir destes movimentos críticos de desconstrução e reconstrução acerca das relações de gênero, sexualidade e desejo que, nas décadas de 1960 e 1970, em diversos lugares do mundo, o termo “gênero” passa a ser utilizado por estudiosas(os) da época como uma categoria de análise não só intelectual, mas também política. Para o melhor entendimento desta relação entre teoria, movimentos sociais e política, vê-se como necessário retomar movimentos conhecidos como as “ondas do feminismo”, ou melhor, dos feminismos, visto a heterogeneidade constitutiva de um fenômeno localizado (geopoliticamente), histórico e interseccional (hooks, 2019; Meyer, 2013).

Mas antes de tal exercício, é importante sublinhar o fato de que estas ondas serão apresentadas com certa linearidade apenas para fins didáticos, mas que, na realidade, aconteceram em diferentes momentos da história e também em contextos geopolíticos distintos, o que remete, necessariamente, a importância de falarmos em feminismos no plural, ou mesmo em feminismos plurais<sup>11</sup> (Akotirene, 2019; Almeida, 2019; Narvaz, Giudice, Martha & Koller, Helena, Sílvia, 2006; Ribeiro, Djamila 2019).

A primeira onda dos feminismos, ocorrida no período de passagem do século XIX para o XX, foi marcada como um movimento pioneiro, onde grupos de mulheres, em sua maioria brancas, europeias e norte-americanas, assumiram o protagonismo e a representatividade do movimento através de pautas localizadas como “universais” e que denunciavam opressões e discriminações sexistas impostas pelo patriarcado. Essas mulheres também reivindicavam direitos políticos que antes eram reservados somente aos homens,

---

<sup>11</sup> Título dado a coleção de livros recentemente publicados por autoras(es) brasileiras(os) negras(os), como Djamila Ribeiro, Silvio Almeida, Carla Akotirene, Rodney William, dentre outros. Neste conjunto de obras, são sistematizados conceitos significativos para o feminismo negro brasileiro, que a partir de temas como o “Racismo Estrutural”, a “Interseccionalidade”, “O Lugar de Fala” e “Apropriação Cultural”, evidencia componentes estruturantes das relações raciais no Brasil. Assim também, denuncia os efeitos devastadores da colonização europeia para a população negra e para os povos originários, que se materializam e se reatualizam como processos de exclusão, violência e marginalização sócio-política-epistêmica da população negra brasileira.

como o direito ao voto, por exemplo (Narvaz & Koller, 2006). Sendo importante ressaltar, assim como critica hooks (2019), que a exemplo do contexto norte-americano, este “branco” feminismo jamais foi protagonizado por uma “maioria silenciosa” (p. 27) formada mulheres negras, que são as que mais sofrem com as opressões sexistas, racistas e de classe e que são cotidianamente subjugadas.

A segunda onda ressurgiu em um período de forte articulação de movimentos sociais, que ocorreu em diversos lugares do mundo (América do Norte, Europa, América Latina, África e Ásia) nas décadas de 1960 e 1970. Movimentos contra culturais que tinham como aspecto comum, a transgressão de valores e normas tradicionalmente estabelecidas, que reivindicavam transformações nos modelos societários de vida a partir de diferentes pautas, como o direito a liberdade sexual e ao questionamento das estruturas familiares; a colocação das hierarquias e desigualdades em escrutínio, entre outros exemplos. Logo, o feminismo se constituiu também como um movimento social epistêmico-político, movimento este que – novamente protagonizado por mulheres europeias e norte-americanas, brancas, da classe burguesa – possibilitou deslocamentos, reconstruções e ressignificações das relações sociais e políticas de poder no decorrer da história (Cardoso, Irene, 2005; hooks, 2019; Narvaz & Koller, 2006).

Nos Estados Unidos, por exemplo, as feministas reivindicavam por igualdade de direitos entre homens e mulheres, através de denúncias, críticas e problematizações que colocavam em evidência a opressão e os privilégios masculinos (feminismo da igualdade). Já as feministas francesas, enfatizavam a importância da valorização das diferenças entre homens e mulheres, a fim de dar visibilidade e singularidade às experiências das mulheres. Essas duas abordagens, dentre outras (feminismos negros, feminismos decoloniais, latino americanos, africanos, ameríndios e amefricanos), coexistem, se entrelaçam, convergem e

divergem, apresentando sobreposições e rupturas que implicam em um campo teórico e de luta instável e heterogêneo (Hollanda, Buarque, Heloísa, 2019; Narvaz & Koller, 2006).

A partir da década de 1980, com o advento da corrente pós-moderna das ciências ocidentais, o paradigma das incertezas emerge nas arenas das discussões acadêmicas. As feministas francesas, influenciadas por uma corrente filosófica pós-estruturalista composta por autores expressivos como Jacques Derrida e Michel Foucault, passam a pautar a importância da consideração das diferenças, da singularidade das experiências de cada sujeito e, portanto, das subjetividades como construções sociais discursivas que ocorrem nas relações entre sujeitos e instituições. É nesse momento que ocorre um deslocamento do foco nas análises crítico-reflexivas, que passa dos estudos sobre o sexo (biológico) e sobre as mulheres (como categoria universal), para os estudos das relações entre homens, mulheres, gays, lésbicas e transgêneros, ou seja, estudos das relações de gênero, sendo esta, considerada uma categoria relacional (Narvaz & Koller, 2006).

O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina. Nesta terceira fase do movimento feminista, observa-se intensamente a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos. (Narvaz & Koller, 2006, p. 649)

Para Donna Haraway (1995a), o desenvolvimento do conceito de gênero se constitui, desta forma, a partir da contestação de naturalizações das diferenças sexuais em diversos contextos de tensionamento, ou seja, no âmbito das sociedades que se estruturam através das relações de poder. Nesse sentido, “assumir essa perspectiva [...] supõe, portanto, refletir sobre relações entre sujeitos e grupos, [...] analisar conflitos, disputas e jogos de poder historicamente implicados nesses processos” (Louro, 2003, p.50).

Disputas e tensionamentos que se travam através de discursos carregados de valores morais e estéticos, produzidos, disseminados, reforçados e legitimados por leis, regras, instituições (família, escola, igreja), saberes científicos e também por conteúdos jornalísticos, que são fonte privilegiada de investigação nesta pesquisa. Neste sentido, assim como sinalizado anteriormente, os jornais, ou melhor, os discursos jornalísticos, com suas versões impressas e digitais, constituem-se como dispositivos de formação de opiniões, e, portanto, de produção de modos de existência na vida em sociedade. Produção que se pretende serializada e homogeneizante, na medida em que se pauta por certas imposições normativas de gênero, que se constituem a partir do pressuposto da heterossexualidade como regra e da afirmação de noções identitárias e binárias de gênero (De Lauretis, 2019a; Meyer, 2013).

Dos anos 1970 em diante, portanto, além das pressões sociais e também por intermédio da lógica capitalística e do viés mercadológico que permeia e estrutura também as universidades, alguns cursos de graduação passaram a contemplar temas que pautassem estudos sobre mulheres, povos originários, afro-americanos e latinos. Neste circuito, surgem vieses teóricos no campo dos estudos de gênero que estabelecem críticas ao feminismo e ao separatismo que este movimento estabelecia nos estudos sobre mulheres, sendo que, a partir deste momento, os estudos e pesquisas sobre homens e masculinidades tomam corpo no âmbito dos estudos de gênero (De Lauretis, 2019b), debate que será articulado seguir.

### **Masculinidades em questão**

Estudos, problematizações e movimentos de desconstrução acerca das expressões de masculinidades não se configuram somente enquanto um modismo contemporâneo. Há pelo menos 30 anos, pesquisas sobre este tema vêm sendo publicadas em diferentes regiões do mundo, ocupando, ainda que parcialmente, posições diversas no conjunto de narrativas que se desenham em disputa nos cenários sociais, midiáticos, acadêmicos e dos movimentos sociais.

Ressalta-se, ainda que, principalmente a partir da década de 1990, as discussões sobre masculinidades vêm ocupando centralidade nos campos de estudos feministas e de gênero (Caetano & Junior, 2019; Medrado & Lyra, 2008).

O início desse percurso, em que as fronteiras entre ciência, mídia e movimentos sociais se borram, se articula na década de 1980 (período de redemocratização do Brasil), a partir da circulação de esboços dos primeiros ensaios teóricos acerca dos homens e das masculinidades. Estes, que surgem a partir das articulações com os movimentos sociais e das produções acadêmicas de mulheres feministas, de gays e lésbicas que, desde meados do século XX (1950/1960), denunciavam privilégios dos homens na sociedade, assim como práticas de violências e opressões cometidas por estes. Este processo de progressão e visibilidade das pautas políticas feministas e homossexuais, assim como de desenvolvimento do campo dos estudos de gênero, culmina no que podemos denominar por uma “crise do homem”, caracterizada pela revisão e pelo deslocamento de concepções acerca do que, efetivamente, constitui o que aqui chamamos de masculinidades (Medrado & Lyra, 2008; Nascimento, 2018).

Ainda que a década de 80 tenha demarcado um debate inicial sobre as masculinidades, somente a partir da década de 1990 ocorre um aumento significativo nas produções acadêmicas (nacionais e internacionais) sobre este campo, assim como um maior aprofundamento destes estudos. No Brasil, os anos de 1992 e 1995, por exemplo, podem ser considerados marcos históricos nos estudos sobre masculinidades, visto que nestes respectivos anos foram realizados dois “Seminários Sobre Identidade Masculina”, onde teóricas de diversos lugares do mundo reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro para debater e produzir conhecimentos e sentidos sobre o ser homem na sociedade e, conseqüentemente, para o fomento de um campo não só de estudos, mas também de intervenções (Medrado & Lyra, 2008; Nascimento, 2018).

Em 1993, é publicada a primeira edição do livro “O mito da masculinidade”, onde o psicólogo Sócrates Nolasco analisa sobre as identidades de homens da classe média do Rio de Janeiro. Ainda na década de 90, mais especificamente em 1994, na Casa de Cultura Laura Alvim, no Rio de Janeiro, é realizado o evento “Que homem é esse?”, tendo articulado debates e intervenções artísticas com o objetivo de retratar as múltiplas formas de expressão de masculinidades na vida em sociedade (Nascimento, 2018).

Para Nascimento (2018), estes eventos e publicações demonstram o interesse e implicação de estudiosas(os) brasileiras(os) nas reflexões e produções de sentidos sobre homens e masculinidades. Neste movimento de produção de sentidos outros acerca do “ser homem”, são levantadas questões específicas em relação às trajetórias de vidas e cotidianos dos homens, proporcionando reflexões acerca de processos como, por exemplo, as paternidades, violências, relacionamentos, sexualidades e identidades<sup>12</sup>. No entanto, tais reflexões não implicam em transformações apenas nas vidas dos homens, pois os estudos das masculinidades compõem o que conhecemos por estudos de gênero, campo que localiza as produções generificadas desde perspectivas relacionais entre sujeitos, sejam homens, mulheres ou corpos não binários.

Voltando ao debate sobre o percurso histórico de emergência e desenvolvimento do campo de estudos das masculinidades, ainda em meados da década de 1990, emerge no Brasil um movimento composto por pesquisadores e/ou militantes que passam a compor este campo de estudos e intervenções. A exemplo de Benedito Medrado (1997), que em sua dissertação de mestrado em Psicologia Social na PUC-SP, pesquisou sobre “O masculino na mídia: repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira”. Outro exemplo é a

---

<sup>12</sup> O termo identidades é utilizado para fazer alusão as discussões que extrapolam a lógica limitada e limitante da cis heteronormatividade e que envolvem também as identidades dos homens trans. Nos processos de pesquisa e levantamento da história dos estudos sobre as masculinidades, percebeu-se que a localização das discussões neste campo não abrangem apenas a vida em sociedade de homens cis e heteros, pelo contrário, este campo de estudos é constituído também pelo questionamento, tensionamento e desconstrução da cis hetero normatividade. Para tomar conhecimento acerca das discussões sobre trans masculinidades ver: Braz e Souza (2018).

produção de Margareth Arilha (1999), que também pesquisou em seu processo de mestrado em Psicologia Social na PUC-SP, acerca dos discursos masculinos sobre responsabilidade na reprodução. Atualmente, além de Medrado e Arilha, outras pesquisadoras(ores) vêm se apresentando como referências neste campo, como Jorge Lyra, Marcos Nascimento, Isabela Venturoza, Fábio Mariano da Silva, Sandra Unbehauumm, Malvina Muszkat, Henrique Restier, Rolf Malungo de Souza, Pedro Ambra, dentre outros (Nascimento, 2018).

No entanto, as produções e referências articuladas neste campo de estudos sobre masculinidades não se encerram em âmbito nacional. Ampliando este debate para o circuito internacional, nos deparamos com a obra *Masculinities* (Connell, Raewyn, 1995), uma das principais referências para os estudos sobre masculinidades. Nesta obra, a autora Raewyn Connell (cientista social, australiana e mulher trans) chama atenção para a existência de diversas expressões de masculinidades, engendradas e posicionadas como hegemônicas, subalternas e/ou subversivas, contingentes a contextos socioculturais, econômicos e políticos específicos.

Para Connell (2016), as diferenças que se dão nas relações de gênero acontecem de formas diversas em diferentes ritmos, em dimensões locais e globais. As masculinidades são padrões que vão sendo constituídos socialmente no decorrer de processos históricos que abarcam, inclusive, as colonizações. “Uma cultura de gênero é criada e transformada numa relação com a economia internacional e com o sistema político do império” (Connell, 2016, p. 94) e isso é válido também para pensar as masculinidades. Embora discutido em menor escala, os homens são também profundamente afetados por essa ordem de gênero que se constitui em intersecção com dinâmicas políticas, econômicas e raciais.

Desta forma, como efeito também dos processos de colonização, diferentes homens ocupam posições diversas (hegemônicas, subalternas) nas dinâmicas sociais (Kimmel, 1998). A ver, uma minoria compõe uma classe dominante, com poder, privilégios e riquezas

monstruosas, enquanto uma grande maioria compõe a classe média ou vive em situação de pobreza, em deslocamentos constantes (imigrações forçadas e despejos de suas próprias residências), em processos de rupturas com seus pares e em constante renegociação (coercitiva) com as noções hegemônicas de masculinidade<sup>13</sup> (Connell, 2016).

Parte-se também da análise de configurações de masculinidade que se engendram a partir de posições subversivas, sendo a problematização destas balizada pela noção de resistência proposta por Foucault (2019). Para o filósofo e historiador “lá onde há poder há resistência” (p. 104), ou seja, o que Foucault considera por resistência não está fora das relações de poder, não constitui uma exterioridade ao poder, pois “estamos necessariamente ‘no’ poder, que dele não se escapa” (p. 104). Desta forma, na teia das relações de poder, Foucault (2003) denomina como resistência uma variedade de pontos que configuram o lugar do alvo, do adversário, da saliência, dos pontos mais intensos e carregados que se colidem e se debatem e tentam, de alguma forma, driblar as armadilhas do poder.

Além da obra de Connell, que até hoje realiza e publica suas pesquisas nos campos das ciências sociais e dos estudos de gênero, outros dois eventos internacionais foram significativos para o desenvolvimento dos estudos sobre masculinidades: a “IV Conferência sobre as Mulheres” (Pequim – 1995) e a “Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento” (Cairo – 1994). Resumidamente, nestes dois encontros foram problematizadas à importância de incluir meninos e homens nos debates sobre questões de gênero, incluindo pautas como planejamento e cuidado com a saúde sexual e reprodutiva, direitos sexuais, violências, relacionamentos, dentre outras nuances evidenciadas e produzidas pelas múltiplas opressões sexistas que os homens exerciam (e que muitos ainda exercem) na relação com as mulheres, LGBTQIA’s e entre si mesmos (Nascimento, 2018).

---

<sup>13</sup> O debate sobre as diferentes expressões de masculinidades (hegemônicas, subalternas e subversivas) será mais explorado no último capítulo.

Os marcos históricos delineados, entre outros, se apresentaram como condições que possibilitaram a emergência do campo dos estudos das masculinidades nas ciências humanas (psicologia social, psicanálise, antropologia, sociologia, história, dentre outros). Estes estudos, ou melhor, estas produções de saberes sobre as experiências de homens na sociedade, de certa forma, não estão desatreladas das intervenções práticas ou das condições objetivas e materiais das nossas vidas cotidianas. Muito pelo contrário, estas problematizações interferem nos processos de produção de perspectivas outras e podem servir como material de apoio para subsidiar intervenções específicas com meninos e homens, bem como com meninas e mulheres, cis, trans e não binárias, proporcionando debates críticos sobre os efeitos das noções normativas de masculinidades nos âmbitos da saúde, da sexualidade, da violência, entre outras instâncias de análise.

Segundo levantamento da plataforma de conteúdo Papo de Homem<sup>14</sup> existem no Brasil e no mundo, cerca de 129 projetos que visam transformações dos modos de vida de homens. Ou seja, cada vez mais, diversas ações e movimentos de revisão e ressignificação das expressões das masculinidades vêm emergindo e crescendo como contraponto a um modelo de masculinidade hegemônica/colonial, pautado na violência e na destruição não só de nossa sociedade, como de nosso planeta (Krenak, 2019; Medrado & Lyra, 2018 Valadares, 2018).

Neste sentido, em movimentos que se afirmam como resistência, sujeitos, coletivos, ONG's, projetos sociais, de pesquisa e/ou extensão vêm fomentando estudos e ações, que visam transformações plurais das expressões das masculinidades. Seja a partir da realização de grupos terapêuticos e/ou reflexivos com homens, seja por intermédio de instituições universitárias na organização de simpósios, congressos, livros e artigos, seja através de outros dispositivos midiáticos presentificados em programas de rádio, na televisão e nas plataformas

---

<sup>14</sup> Ver: [papodehomem.com.br](http://papodehomem.com.br)

digitais através da produção de vídeos, matérias jornalísticas, sites e/ou *podcasts* (Valadares, 2018).

A exemplo disto, podemos citar as ações realizadas pelas ONG's "Instituto Promundo"<sup>15</sup> e o "Instituto Papai"<sup>16</sup>, que, em parceria com universidades e pesquisadores/pesquisadoras do Brasil, da América Latina e de outros continentes, produzem pesquisas, intervenções e materiais educativos. Tais produções, ao versarem sobre a responsabilidade de meninos e homens na promoção da equidade de gênero, operam, de certa forma, em transformações na vida em sociedade, bem como na elaboração de políticas públicas situadas de atenção aos homens.

Neste debate, é importante também situar as noções de masculinidades a partir do conceito de "práticas discursivas", tal como elaborado por Michel Foucault (2008a), que se refere a um campo de disputas de narrativas e de modos de vida, constituídos por dispositivos (políticos, econômicos, culturais, científicos e tecnológicos) que articulam e reafirmam perspectivas hegemônicas, subalternas e/ou subversivas de masculinidade (Almeida, 1996). Desta forma, vale lembrar que, além da existência destes movimentos de proposição de masculinidades dissidentes (localizados nesta pesquisa como supostamente subversivas), coexistem na vida em sociedade, expressões de "masculinidades coloniais hegemônicas, que voltam a atuar abertamente no cenário político brasileiro e a ditar modos de vida de se administrar o bem comum e reger/limitar nossos projetos de felicidade" (Medrado & Lyra, 2018, p. 09).

Portanto, assim como há um crescente movimento de homens que desejam quebrar tabus sobre a masculinidade e que reivindicam modos afetivos, dialógicos e menos violentos de viver, coexistem movimentos que tencionam esse debate ao reafirmar modelos normativos de masculinidade, correlacionados a noções de violência, racismo, machismo e homofobia.

---

<sup>15</sup> Ver: [promundo.org.br](http://promundo.org.br)

<sup>16</sup> Ver: [papai.org.br](http://papai.org.br)

Estes últimos, de apelos conservadores e coloniais, presentificam-se, por exemplo, em narrativas do atual presidente do Brasil. Este mesmo, antes de tornar-se presidente com 55.205.640 de votos (“Presidente”, 2018), já disseminava discursos tais como os demonstrados no próximo parágrafo.

Uma matéria publicada na Folha de São Paulo, no ano de 2018, demonstra falas do presidente pronunciadas nas últimas duas décadas, que operam no sentido de reafirmar uma perspectiva hegemônica de masculinidade (machista, violenta, racista, homofóbica e misógina), tais como: *“Pau-de-arara funciona. Sou favorável à tortura, tu sabe disso. E o povo é favorável também”* (dito em 1999); *“Sou a favor, sim, a uma ditadura, a um regime de exceção”* (dito em 1999); *“Ele [um índio] deveria comer capim ali fora para manter as suas origens”* (dito em 2008); *“Não empregaria [homens e mulheres] com o mesmo salário. Mas tem muita mulher que é competente”* (dito em 2016). *“Jamais ia estuprar você porque você não merece”* (dito em 2003). *“Ó. Preta [Gil], eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Não corro esse risco porque meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o teu”* (dito em 2011). *“Fui num quilombola em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriadores servem mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles”* (dito em 2017). *“Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre. Já que gosta tanto da Venezuela, essa turma tem de ir para lá”* (dito em 2018). *“Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí”* (dito em 2011) (Veja, 2018).

É, portanto, neste contexto de disputas também políticas, que movimentos de problematização e de tentativas de desconstrução de perspectivas de masculinidades localizadas como nocivas à sociedade, culminaram, no ano de 2001, na criação da Rede de Homens para Equidade de Gênero (RHEG). A princípio, esta rede, formada pela sociedade

civil, pesquisadores e ativistas, pretendia promover a Campanha do Laço Branco no Brasil (Nascimento, 2018).

Esta campanha, criada em 1990 no Canadá, surge após o massacre ocorrido na Escola Politécnica de Montreal, quando um homem de 25 anos assassinou 14 mulheres, feriu outras 10 e depois se suicidou. Registros de documentos de domínio público alegam que o autor no momento da chacina afirmava que estava lutando contra o feminismo e selecionava suas vítimas por categorias de gênero, matando exclusivamente mulheres. Além disso, em sua carta de suicídio estavam registrados, de modo explícito, seus posicionamentos políticos de perseguição principalmente às mulheres feministas, alegando que as transformações sociais ocasionadas por elas prejudicavam os homens e as privilegiavam (“História”, 2017).

Esta campanha, ainda em vigor em diversos países, tem o objetivo de problematizar o machismo como fenômeno estrutural e sistêmico, na tentativa de desnaturalizar noções que implicam em desigualdades e violências de gênero, ou seja, que produzem relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, população LGBTQIA+, bem como de homens localizados socialmente como subalternos, como, por exemplos, homens negros e/ou gays e/ou trans e e/ou em situação de rua. Assim, por meio também dessa campanha, diferentes setores (universidades, iniciativa privada, serviços do poder público, sociedade civil e ONG’s), se organizam e se capilarizam através de múltiplas intervenções e debates que são realizados não só com homens, mas com a sociedade como um todo.

Em consequência desses movimentos de resistência e de outros que não foram citados no corpo deste texto, são instituídas duas leis importantes (por vezes, não efetivas) que auxiliam a balizar a luta pela equidade de gênero no Brasil e, por conseguinte, as reflexões sobre homens e masculinidades. A lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que visa à criação de mecanismos para coibir práticas de violência doméstica/familiar contra a mulher; e a lei nº 11.489/2007, que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de

Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. Logo em seguida, no ano de 2008, é criada a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem (PNAISH).

A criação desta política, de forma ainda tímida, coloca os homens no radar das ações de saúde pública, ao lado de outros grupos sociais que, anteriormente, já eram foco destas ações (mulheres, idosos, pessoas com deficiências e usuários dos serviços de saúde mental). No entanto, a elaboração de uma política pública, por vezes, não é suficiente para materializá-la em práticas cotidianas. Se considerarmos que o exercício do biopoder se articula em campos onde forças díspares coexistem em disputa, é possível também localizar algumas que operam na tentativa de conter os debates sobre as vulnerabilidades dos homens (Carrara, Russo & Faro, 2009; Foucault, 1999, 2019; Miskolci, 2013).

Carrara, Russo e Faro (2009), apontam, por exemplo, para uma forte influência da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), na elaboração e implementação da política de saúde para os homens. As autoras sugerem indícios que evidenciam interesses médicos na localização da “disfunção erétil” como problema de saúde pública e, portanto, no fomento à medicalização dos corpos de homens. Sugerem, ainda, que esta política foi estrategicamente elaborada a partir de discursos que contemplavam parte das pautas dos movimentos sociais e que, de certa forma, escamotearam o fato da PNAISH ter sido fomentada por um saber-poder médico biologista, patologizante e capitalístico, que opera visando o lucro, numa espécie de simbiose com a indústria farmacêutica.

Neste caso, saberes médicos e jurídicos se entrelaçam na produção de modos de vida e de controle sobre os corpos de homens, a partir de imposições (nem tão veladas) que associam, por exemplo, homem saudável a pênis ereto, questionando o protagonismo destes em relação aos seus processos de produção de saúde, reconhecimento e cuidado de si, que extrapolem a questão da (im)potência sexual. Assim, a partir da consideração de que o poder produz, mas, ao mesmo tempo, interdita determinados modos de vida, são edificadas barreiras

que dificultam a resignificação dos homens em relação as suas formas de expressão e desejo (Carrara, Russo & Faro, 2009; Foucault, 2019).

Na tentativa de sistematizar o conjunto de movimentos, intervenções e teorias que operaram no campo das masculinidades durante este período (final do século XX e início do século XXI), Kimmel, Hearn e Connell (2005) publicaram o *Handbook of Studies on Men and Masculinities*<sup>17</sup> (HSMM). Nesta obra, as autoras retrataram as pesquisas sobre masculinidades como um campo específico e plural de estudos, que pode ser pensado desde uma perspectiva macropolítica e global, bem como de um olhar mais específico, situado nas relações micropolíticas e locais. Assim, as pesquisadoras sinalizam que tais instâncias se articulam de modo relacional, à medida em que o contexto global influencia na produção de culturas e experiências locais, que em seu conjunto compõem uma dimensão social e política de maior escala (Brandão, 2007; Santos, 1988).

Portanto, considerando a complexidade das relações sociais, são diversos os eixos que, interseccionados a análise de marcadores sociais de diferença (raça, classe, etnia e geração), atravessam e compõem os estudos das masculinidades. Dentre eles, podemos citar mais especificamente: 1) as violências (física, psicológica, sexual e financeira) cometidas contra mulheres, LGBTQIA's, pessoas em situação de rua (composta na maioria por homens negros), onde, contraditoriamente, os homens são, na maioria dos casos, considerados os algozes e também as vítimas; 2) as questões de saúde, que apontam para negligências do Estado no fomento de políticas públicas direcionadas a saúde dos homens, assim como para negligências destes mesmos em práticas de prevenção e autocuidado; 3) a educação, com críticas a respeito do papel das instâncias educacionais (família, escolas e sociedade) na manutenção de modos de vida binários, embranquecedores e cis-hetero-normativos, mas também enquanto possibilidade de transformação e resignificação da posicionalidade

---

<sup>17</sup> Tradução: Manual de Estudos sobre Homens e Masculinidades.

atribuído a meninos e homens na sociedade<sup>18</sup>; 4) as paternidades, que envolvem discussões sobre a ausência paterna<sup>19</sup> e também acerca da possibilidade e da importância da participação ativa do pai no cuidados dos filhos, bem como dos dispositivos jurídicos e institucionais, que, a partir de determinações restritivas, como a licença paternidade de apenas 5 dias<sup>20</sup>, reforçam a posição do homem como o sujeito provedor, que, supostamente, devido a sua “natureza”, não possui condições subjetivas de cuidar de sua prole; 5) as questões de gênero, desejo e sexualidade contemplando o debate sobre homens gays e homens trans; 6) as questões raciais, engendradas a partir do entendimento e problematização dos processos históricos de colonização das américas por povos brancos europeus, da escravização e “comércio” dos povos africanos, que compõem a formação da república brasileira, assim como o racismo institucional e estrutural no Brasil, possibilitando processos de ressignificação e desmistificação, ainda que parciais, das expressões das masculinidades de homens negros em diversos contextos (Nascimento, 2019; Restier & Souza, 2019).

Destaca-se, contudo, que os eixos supracitados não operam de modo independente, pelo contrário, se interseccionam, colidem e se complementam. Como exemplo, podemos pensar em como a saúde de homens em situação de rua está articulada a questões que perpassam pelas esferas da violência, da educação, da paternidade, da saúde e das questões de gênero, seja pelos efeitos da convivência com pais violentos, negligentes e/ou ausentes; e/ou pelas violências praticadas pelo Estado e por parte da sociedade; e/ou pelos efeitos do não acesso a dispositivos públicos de garantia de saúde e educação; e/ou pela cor da sua pele, geralmente pardas e pretas; e/ou pelos seus modos de se vestir e de amar, entre outros exemplos (Brasil, 2009; Pinheiro, 2017).

---

<sup>18</sup> Para um aprofundamento no tema, ler o primeiro texto do livro *O Corpo Educado* (2019), intitulado *Pedagogias da Sexualidade* (Louro, 2019).

<sup>19</sup> Dados publicados pelo Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2015), com base no Censo Escolar de 2011, informaram que, até então, haviam 5.494.267 estudantes sem o registro do nome do pai em suas respectivas certidões de nascimento.

<sup>20</sup> O parágrafo primeiro do artigo 10º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) prescreve um prazo de licença paternidade de cinco dias.

Neste conjunto de vulnerabilidades interseccionadas, destaca-se, ainda, dificuldades desses homens em adquirir um emprego dito “formal”, por não cumprirem com os quesitos solicitados nas vagas disponíveis, que, geralmente, além dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho, exigem ao menos o ensino médio completo para que o sujeito concorra à vaga. Uma solicitação um tanto quanto perversa, à medida que pessoas em situação de rua no Brasil, em sua maioria, não concluíram os estudos. Estatísticas da Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2009) apontam um índice de analfabetismo de 17,1% entre as pessoas que vivem na rua. Além disso, aproximadamente 50% destas não concluíram o ensino fundamental; 3,2% concluíram o ensino médio e apenas 0,7% chegam ao ensino superior.

Além disso, é um equívoco a concepção de que a maioria das pessoas estão desempregadas e, por isso, é também um erro os classificar universalmente e pejorativamente enquanto “mendigos” e “pedintes” (Brasil, 2009). A mesma pesquisa aponta que 70,9% das pessoas em situação de rua afirmaram exercer ao menos uma atividade remunerada e 58,6% afirmaram ter alguma profissão. Dentre as atividades exercidas, sobressaem-se a de catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Sendo importante ressaltar que apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram trabalhar nos termos formais da CLT e que 47,7% destes em suas trajetórias de vida sequer já trabalharam nestes termos (Brasil, 2009). Tais dados permitem a desmistificar a noção representacional universalizante que comumente situa as pessoas em situação de rua como mendigas, vagabundas, vadias e /ou pedintes, assim como possibilitam destacar que as condições precárias e excludentes a que são submetidas às pessoas em situação de rua no contexto do trabalho. Destaca-se, ainda, que na próxima sessão serão apresentados dados mais atualizados, publicados no início de 2022, sobre características e condições da PSR no Brasil.

Os “mapas” dos sentidos produzidos sobre homens no Brasil, em destaque para homens em situação de rua, nos âmbitos científicos, políticos e dos movimentos sociais, se apresentam também como analisadores para as problematizações que serão articuladas no próximo capítulo, que constitui o objetivo principal da presente pesquisa, ou seja, analisar maneiras como enunciados midiáticos operam na produção de determinadas noções de masculinidades interseccionadas a figuras lendárias de homens em situação de rua, sendo estas analisadas a partir dos operadores conceituais de abjeção (Butler, 2019b), necropolítica (Mbembe, 2019) e resistência (Foucault, 2020).

## 5. HOMENS EM SITUAÇÃO DE RUA NA MÍDIA: A SOCIEDADE DE CONTROLE E AS GUERRILHAS DISCURSIVAS

Forças poderosas e estratégias insuspeitadas redesenham, a cada dia que passa, nosso rosto incerto no espelho do mundo. Face à vertigem das mutações em curso, sobretudo nessa matéria prima tão impalpável quanto incontornável a que chamamos de subjetividade, e a exemplo do que ocorreu desde a queda do muro de Berlim, não paramos de nos perguntar: o que se passou, o que terá acontecido que de repente tudo mudou, que já não nos reconhecemos no que ainda ontem constituía o mais trivial cotidiano? Aumenta nosso estranhamento com as maneiras emergentes de sentir, de pensar, de fantasiar, de amar, de sonhar, e cada vez mais vemo-nos às voltas com imensos aparelhos de codificação e captura, que sugam o estofo do que constituía, até há pouco, nossa mais íntima espessura. (Pelbart, 2000)

Nesta última parte, debate-se sobre modos de subjetivação que se articulam na atualidade, na dita sociedade de controle (Deleuze, 1992; Mansano, 2009b; Pelbart, 2000), destacando as interferências de aparatos tecnológicos (em destaque o discurso jornalístico) no cotidiano da população e na produção de perspectivas de gênero (De Lauretis, 2019), de imagens de controle (Collins, 2019) e de figuras lendárias (Foucault, 2003). Problematisa-se, mais especificamente, maneiras como enunciados midiáticos operam na produção de determinadas noções de masculinidades interseccionadas a HSR.

Com o objetivo de obter um panorama local (relacionado à cidade onde estão situados a universidade e o pesquisador desta investigação) em paralelo com um panorama nacional, são analisadas maneiras como enunciados midiáticos – publicados pela Folha de Londrina e Folha de São Paulo – engendram noções de masculinidades articuladas a homens que vivem em situação de rua. A escolha por esses jornais tem relação com a importância de mapear notícias publicadas em um jornal de ampla circulação no país e um jornal de importância local. Destaca-se, ainda, que o período delimitado para esta análise é também atravessado por

uma onda conservadora no Brasil e pela pandemia da COVID-19, que encontra alicerce em uma evidente gestão necropolítica (Cassal, Milena & Fernandes, Talita, 2020; Mbembe, 2020) do Governo Federal, e que reafirma, de modo contundente, perspectivas de abjeção e matabilidade em relação à PSR.

Pelo fato de a presente pesquisa ter sido atravessada pela pandemia da COVID-19, optou-se por delimitar a coleta de dados a partir da abrangência espaço-temporal constituída por notícias publicadas nas páginas de internet dos jornais supracitados, no decorrer da pandemia, que perdura desde o início do mês de março de 2020 até os dias atuais.

No processo de coleta de dados foram localizadas 9 notícias relacionadas a HSR, sendo estas pesquisadas a partir das seguintes palavras chaves: **mendigo, morador de rua, homem em situação de rua, pessoa(s) em situação de rua e sem teto**. No jornal Folha de Londrina foram selecionadas 4 notícias e no Jornal Folha de São Paulo foram localizadas 5 notícias.

O plano de problematização dos dados sobre os processos de construção das masculinidades de HSR se articulará a partir da análise de três conceitos que se articulam como categorias de análise, a saber: as noções de abjeção (Butler, 2019b), necropolítica (Mbembe, 2020) e resistência (Foucault, 2019). Tais conceitos são problematizados teoricamente e elucidados com trechos das notícias. Ainda nos debates das categorias conceituais são também problematizados determinados estereótipos (figuras lendárias/imagens de controle) que os discursos jornalísticos fazem circular sobre essa população, como, por exemplo, o personagem nóia, do traficante, perigoso e/ou sujo.

Esta pesquisa tem, ainda, como pano de fundo, as impossibilidades de realizar um trabalho de campo presencial pela urgência do isolamento social como medida de mitigação da transmissão do coronavírus e também o fato de que as condições de vida da PSR se tornaram ainda mais precárias com a emergência da Pandemia da COVID-19 (Cassal, Milena

& Fernandes, Talita, 2020). Com o advento da pandemia, o debate sobre as condições de vida da PSR tem ganhado maior notoriedade na mídia devido ao aumento expressivo da mesma e, principalmente, sobre as políticas higienistas do Estado.

Reportagem publicada no portal oficial do Conselho Nacional de Saúde (CNS), por exemplo, denuncia tais negligências do Estado em relação à implementação de políticas públicas de enfrentamento da pandemia que atendam a PSR. A matéria anuncia uma denúncia que foi realizada através de relatório produzido pelo CNS e também pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), onde estas respectivas entidades apresentam dados que exprimem o descaso do governo federal com a PSR no período da pandemia (“Relatório”, 2021).

Um trecho da reportagem, composto por uma frase de um representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), exemplifica essa “negligência” do Estado, que se configura mais enquanto uma prática necropolítica. Para Vanilson Torres, que viveu quase três décadas pelas ruas de Natal (RN):

*Já vivíamos a falta de políticas públicas para a população em situação de rua, mas a pandemia só escancarou tudo isso . . . Como ficar em casa se não temos moradia? Como usar máscara se não temos onde lavar? Já vivemos socialmente isolados. Passamos fome, frio e ainda enfrentamos a Covid-19.* (“Relatório”, 2021, s.p.)

O contexto caótico e emergencial da pandemia no Brasil revela um maior impacto e acentuados danos para populações mais pobres e vulnerabilizadas, em destaque a PSR. Como ressaltam Cassal, Milena, Fernandes e Talita (2020, p. 99), esse contexto está “sendo marcado por uma ostensiva prática necropolítica”, representada pela omissão do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas para o enfrentamento da pandemia junto a PSR. Para Silva (2019), a omissão do Estado em relação ao cuidado com as populações mais desprotegidas faz com que alguns corpos não tenham seus direitos reconhecidos no contexto

das políticas públicas e por isso são impedidos de viver uma vida dignamente humana, protegida por direitos humanos básicos e fundamentais.

Além disso, o atravessamento da pandemia e a necessidade do isolamento social nos levou a uma intensificação do uso das tecnologias digitais e, conseqüentemente, a um aumento expressivo do consumo de discursos jornalísticos digitais (De Paula et al., 2020; Honorato & Oliveira, 2020). O advento e o desenvolvimento incessante das tecnologias e meios de comunicação (celulares, computadores, satélites e internet) representam uma rápida mudança em larga escala na organização das sociedades e, portanto, também no que se refere às maneiras como somos subjetivados, como existimos e como resistimos enquanto sujeitos (Mansano, 2009b).

A respeito destas transformações nas dinâmicas sociais, Deleuze (1992) sugeriu na época de publicação do texto, que estávamos em um movimento complexo de transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle, uma transição onde a decadência e obsolescência dos dispositivos disciplinares dá lugar a novos dispositivos de controle, espalhados por todo campo social. Contudo, Mansano (2009b) atenta para o fato da organização disciplinar, em grande escala, ainda não ter sido superada, o que remete a coexistência dessas lógicas na contemporaneidade.

Logo, para um entendimento mais específico acerca do que seja uma sociedade de controle, é necessário retornar antes ao que Foucault (2014) denominou enquanto sociedade disciplinar.

Foucault situou as *sociedades disciplinares* nos séculos XVIII e XIX; atingem seu apogeu no início do século XX. Elas procedem à organização dos grandes meios de confinamento. O indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola (“você não está mais na sua família”), depois a caserna (“você não está mais na escola”), depois a fábrica, de vez

em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência. (Deleuze, 1992, p. 219)

Para entender do que se trata a sociedade disciplinar é necessário, antes de tudo, situá-la num contexto de expansão do capitalismo e da industrialização, onde determinadas demandas econômicas para serem atendidas necessitavam da consolidação de uma noção específica de indivíduo. Um indivíduo que, segundo Foucault (2014), fosse construído e docilizado para ser útil e produtivo na maquinaria de produção capitalista, “indivíduo amplamente investigado e submetido a um sistema de vigilância especializado que se ocupava em fazer respeitar todo um conjunto de referências às leis e às normas.” (Mansano, p. 31).

Desta forma, paulatinamente, a disciplina foi constituindo a racionalidade do capitalismo vigente na época, produzindo o que Foucault (2014) denominou enquanto corpos dóceis. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.” (Foucault, 2014, p. 134).

Essa formação do indivíduo com vistas a aumentar a produtividade ocorre a partir de um processo de criação e imposição de leis e regimes de verdade que passam a ser legitimados socialmente e a ter respaldo de instituições que Foucault (2014) denomina de “disciplinares”. Tais instituições operavam a partir de arquiteturas específicas, que buscavam implementar condições particulares e calculadas de observação e controle dos indivíduos, através do exame minucioso dos comportamentos destes, moldando-os a partir dos seus próprios interesses políticos e econômicos, articulados ao sistema capitalista de produção (Mansano, 2009b). Logo, as “instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento”. (Foucault, 2014, p. 170).

Numa sociedade disciplinar, o indivíduo percorre um caminho constituído por diferentes instituições pelas quais ele vai passando e sendo subjetivado de acordo com os interesses das mesmas. A exemplo disto: o indivíduo frequenta a escola para estudar, os hospitais servem como instrumentos de reabilitação da saúde física ou mental, as prisões servem para o cumprimento de penas por crimes cometidos e assim por diante (Mansano, 2009b).

No entanto, essa lógica disciplinar “pode transpor os muros institucionais à medida que cada indivíduo tenha internalizado, de maneira profunda, seu funcionamento e o tenha adotado nas relações do dia a dia”. (Mansano, 2009b, p. 40). Assim, mesmo fora dos muros das instituições, o indivíduo permanece com a sensação de estar sendo vigiado e vive com a sensação de que se for pego desobedecendo ou burlando os códigos normativos e legais, poderá ser punido por isso.

Desta forma, o dispositivo disciplinar em seu movimento extramuros passa a não ter mais “obstáculos que inviabilizem sua efetuação . . . Essa funcionalidade e essa capacidade de circular em estado livre assinalam uma ruptura com os dispositivos disciplinares, evidenciando a emergência do controle como um dispositivo distinto.” (Mansano, 2009b, p. 41).

Deleuze (1992) afirma que o próprio Foucault tinha consciência acerca da brevidade da sociedade disciplinar e da chegada de dispositivos de controle engendrando uma nova configuração social, assim como se pensarmos no movimento de transição antecedente que caracterizou a passagem das sociedades de soberania para as sociedades disciplinares. O fato é que todas essas transições vêm caracterizando mudanças nas organizações societárias.

As mudanças que caracterizam a transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle são progressivas e surgem a partir de uma crise das antigas estruturas, dando lugar a novas forças que se alojam de forma lenta e gradual, principalmente após a

Segunda Guerra Mundial (Deleuze, 1992; Mansano, 2009b). Portanto, “não se trata de uma passagem rápida ou simples, mas de um movimento complexo de ruptura que vem se afirmando no decorrer das últimas décadas.” (Mansano, 2009b, p. 45)

Após a Segunda Guerra, o aumento da competitividade, a variedade das mercadorias ofertadas, a intensificação do consumo, a ampliação da circulação das informações, entre outros exemplos, culminou em transformações nos processos de subjetivação e, portanto, em grande parte da população. Neste contexto, exigem-se, dos sujeitos, novas habilidades que sejam mais dinâmicas e que possibilitem movimentar-se com maior facilidade e velocidade pelos contextos sociais existentes. Obviamente, há que se considerar que os processos de subjetivação que se articulam na sociedade de controle desde um ponto de vista interseccional, ou seja, a partir do entendimento de que a população é constituída por diferentes condições objetivas e subjetivas, como, por exemplo, maior ou menor acesso às tecnologias disponíveis no mercado de consumo e a *internet*.

Os dispositivos de controle configuram novos modelos normalizantes, os quais operam a partir de diferentes acordos e regras, que em sua “dimensão invisível e indizível . . . intervêm nas esferas mais capilares do cotidiano das populações” (Mansano, 2009b, p. 45), engendrando, portanto, transformações sociais e políticas.

Nas sociedades de controle as informações circulam de modo incessante, prescindindo das instituições para sua existência e perpetuação. Desta forma, o sujeito, para participar ativamente desta engrenagem de controle, não necessita mais ser o detentor de um saber específico legitimado ou mesmo ocupar uma posição hierárquica oficial no sistema de vigilância como acontecia nas sociedades disciplinares. Temos assim, uma nova subjetividade que passa de uma condição dócil e obediente para uma responsável e ativa nas complexas redes de controle. (Mansano, 2009b).

Para Mansano (2009b, p. 46), portanto, os indivíduos da sociedade de controle “são convocados a participar da instalação e da manutenção das reformas, por vezes em nome da ‘cidadania’”. O que remete a pensar, dentro do contexto desta pesquisa, nos sujeitos “de bem” que, em nome da “ordem” e em defesa da “família da tradicional brasileira”, propagam discursos ultraconservadores e coloniais, heteronormativos, transfóbicos, homofóbicos, capacitistas, racistas, classistas e higienistas.

Discursos que os estudos feministas decoloniais vêm denunciando como imposições coloniais que atravessam as dimensões de gênero, sexualidade, ecológicas, econômicas e governamentais. Discursos que engendram práticas cotidianas e que, portanto, nos subjetivam no dia-dia, criando possibilidades para criar ou destruir mundos (Lugones, 2014; Medrado & Lyra, 2018). Uma reportagem publicada pela Folha de Londrina se materializa como um exemplo de maneiras como a sociedade de controle opera através de discursos hegemônicos/coloniais.

A matéria que recebe o título “Moradores de rua e falta de empregos preocupam londrinenses” discorre sobre um evento online organizado pelo Fórum Desenvolve Londrina, que tem como objetivo transformar a cidade de Londrina numa “comunidade ativa e articulada, uma cidade *solidária, segura e saudável* [ênfase adicionada]”. Neste evento foram apresentados alguns dados sobre uma pesquisa de percepção dos londrinenses sobre o município de Londrina (Ávila, Janaína, 2021). Os resultados da pesquisa realizada pelo Fórum apontam que “70% dos entrevistados . . . declararam não ter nenhum interesse em se engajar em alguma causa para a cidade.” E, na opinião de um dos integrantes do Fórum, “a indiferença poderia ser explicada pela cultura latina que espera que o governo resolva os problemas.” (Ávila, Janaína, 2021).

O enunciado, em seu conjunto, demonstra a colonialidade do poder operando através da inferiorização dos povos colonizados (latino-americanos), pela disseminação de discursos

cristalizados e universais que empreendem processos de naturalização e manutenção de hierarquias sociais estabelecidas na racionalidade do eurocentrismo. Segundo Quijano (2017), o etnocentrismo colonial se dá pela classificação racial e constitui-se a partir de autoconsideração dos povos europeus como seres naturalmente superiores aos demais outros povos.

A estrutura da matéria engendra um contraste, um dualismo colonial (Quijano, 2017), que é composto por alguns elementos. Primeiro: o objetivo de garantir a “evolução” e “progresso” da cidade nos âmbitos do mercado de trabalho, da educação e da segurança pública. Em segundo: o argumento de que o empecilho para atingir esse objetivo se dá pela falta de organização, engajamento e apolitização dos povos latinos que esperam que seus governantes resolvam tudo por eles. Já o terceiro elemento, situa a PSR entre os problemas citados (saúde, trânsito, segurança pública, educação, causas ambientais, animais e sociais) a serem resolvidos ou melhorados.

Analisando-se os enunciados presentes na notícia, na tentativa de capturar noções produzidas acerca da PSR, percebe-se que o conjunto da reportagem reproduz uma lógica colonial higienista na medida em que já no título da matéria anuncia-se que “moradores de rua e falta de empregos preocupam os londrinenses” (Ávila, Janaína, 2021). Este terceiro elemento, associado aos outros dois anteriores citados, configura uma equação onde a PSR se apresenta enquanto problema, um obstáculo que dificulta o processo de desenvolvimento da cidade rumo a um maior “equilíbrio social, cultural e ambiental.” (Ávila, Janaína, 2021).

Além disso, no decorrer da notícia a única informação que aparece sobre a PSR se encontra no seguinte trecho:

Mais da metade [dos entrevistados] simpatiza com as causas ligadas à educação, com causas ambientais, de proteção animal e sociais empatadas com cerca de 12% das preferências para cada uma. *O problema dos moradores de rua também aparece na*

*intenção de engajamento de 10% dos entrevistados [ênfase adicionada] (Ávila, Janaína, 2021).*

Portanto, não foi especificado qual problema a PSR representaria, apenas que esta parcela da população era considerada um problema para uma minoria dos entrevistados. Notou-se também que, apesar de ter sido citada uma única vez e de forma breve, a PSR ocupa o título da reportagem. Neste caso, outras pautas que foram mais discutidas na matéria, como a questão da segurança-pública, da participação social nos processos políticos ou de questões educacionais, poderiam ter constituído centralidade no título da reportagem (Ávila, Janaína, 2021).

A conjunção de tais elementos presentes no enunciado abre espaço para produção de opiniões que venham a considerar a PSR como uma poluição urbana que deve ser retirada do alcance dos olhos alheios, por representarem uma ameaça à segurança dos “cidadãos de bem”. Processo de subalternização que associa a PSR a imagens de selvagens, bárbaros, sujos e violentos, impedindo o “desenvolvimento” da cidade.

Essa perspectiva polarizada “binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo, impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo.” (Quijano, 2017, p. 122). Desta forma, estabeleceram-se algumas categorias que opõem colonizados/colonizadores, como: primitivo/civilizado e irracional/racional, donde os povos latino-americanos e africanos, através da ideia de raça e da diferenciação fenotípica eram (são) situados como inferiores pelos seus colonizadores europeus.

Reportagens como esta circulam comumente na atualidade e, desta forma, anunciam o aumento da eficiência e da capilarização das redes sociais cibernéticas através do desenvolvimento das ciências e das tecnologias (satélites, celulares e sinais de internet cada vez mais potentes), que culminam também em um aumento de sujeitos vigilantes, que passam

a compor essa rede ilimitada de controle. “Surfamos numa mobilidade generalizada, nas músicas, nas modas, nos *slogans* publicitários, no circuito informático e telecomunicacional. Já não habitamos um lugar, mas a própria velocidade”. (Pelbart, 2000, p. 12).

Essa capilarização do controle pelas tecnologias ondulatórias atinge as esferas mais íntimas das populações, donde os cercos de concreto institucionais já não são mais as principais maneiras de manutenção da ordem social. “Temos, então, um movimento no qual a educação torna-se um processo permanente; a saúde toma uma configuração preventiva; a vigilância se dissemina.” (Mansano, 2009b, p. 47).

Para Pelbart (2000, p. 12), vivemos sob a égide de um “telecomando universal e ondulatório” que substitui as leis, regras, normas e éticas locais. Um “onipresente controle tecno-social” que constitui o meio ambiente contemporâneo e que culminou num “misto de extrema velocidade, extrema paralisia, extrema desmaterialização, extremo controle, extrema serialização”. Contexto no qual as subjetividades são aprisionadas através de um processo hipnótico tele midiático infantilizante e homogeneizante.

Os aparatos digitais, portanto, ocupam um papel crucial nos processos de subjetivação e na construção de modos de vida das sociedades atuais. Marcados por práticas e discursos específicos, discursos gendrados (Lauretis, 2019a) ou generificados (Connell, 2016), que indicam que os sujeito e coletividades são subjetivados por uma trama de processos que pertencem também a dinâmicas de gênero.

Neste sentido, considera-se que os processos de subjetivação são constituídos pelo marcador de gênero, não apenas enquanto diferença sexual, mas também por meio de “códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito ‘engendrado’ não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe” (Lauretis, 2019a, p. 123). Assim, noções generificadas se produzem de modo interseccional e atravessadas por diversas tecnologias sociais. Conforme afirma Teresa de Lauretis (2019a), noções de gênero e

sexualidade, de masculinidade e feminilidade são produzidas através do encontro com as tecnologias de gênero que atravessam nossos cotidianos.

Tecnologias de gênero se materializam em um conjunto de tecnologias sociais, como, por exemplo, a internet, a televisão, o cinema e os jornais, que interpelam diariamente a população (re)produzindo noções hegemônicas e dissidentes de masculinidade e feminilidade. Neste sentido, as masculinidades não seriam uma propriedade natural dos sujeitos homens, mas sim efeitos de uma produção discursiva incessante que se dá no campo social em momentos históricos específicos. (Lauretis, 2019a).

Os múltiplos sentidos produzidos nos enunciados presentes nas matérias jornalísticas se configuram enquanto elementos constitutivos das tecnologias de gênero, na medida em que compõem os processos de construção de noções acerca das masculinidades em suas intersecções com questões de classe, raça, trabalho, dentre outras. Estes também operam performaticamente como prática social articulada no campo das relações de poder e que, portanto, influenciam na constituição de crenças, valores e visões de mundo das pessoas que acessam seus conteúdos (Lima, 2006; Lauretis, 2019a; Mouilland, 2002a; 2002b).

A partir das noções de sociedade de controle e de tecnologias de gênero, pretende-se situar, a seguir, modos como os enunciados jornalísticos operam no sentido de criar noções de abjeção e subalternidade em relação à HSR (relacionadas, por exemplo, a nojo, medo, dó e/ou risco), que implica na produção de determinadas imagens de controle e personagens (figuras lendárias), como, por exemplo, o imundo, o nóia, o criminoso, o vírus, bem como no fato destes serem alvos de uma lógica necropolítica que opera cotidianamente no Brasil. Além destas noções, buscamos analisar focos de resistência (Foucault, 2019) que engendram posições subversivas a lógicas hegemônicas que estigmatizam HSR, na tentativa de mapear movimentos que, no campo das relações sociais, reposicionem estes para além dos estigmas ou que, ao menos, denunciem políticas de matabilidade a PSR em trânsito no país. Assim, o

debate proposto se sustenta conceitualmente nas noções de abjeção (Butler, 2019b), necropolítica (Mbembe, 2020) e resistência (Foucault, 2019), sendo essas noções articuladas também ao debate sobre a colonialidade do poder (Quijano, 1992; 2002; 2017).

Logo, ao problematizar parte dos discursos midiáticos que articulam “verdades” sobre HSR, são analisados também como essas construções se organizam em consonância e/ou divergência com noções de masculinidade (hegemônica, subalterna e subversiva) que circulam no momento histórico atual, problematizadas a partir dos conceitos citados no parágrafo acima. Destaca-se, por fim, que os debates serão articulados de modo interseccional, considerando a inseparabilidade analítica entre as categoriais de gênero, raça, classe, entre outros marcadores sociais.

Para demonstrar como a interseccionalidade se materializa, a análise percorrerá um breve panorama do perfil atualizado da população em situação de rua, publicado recentemente pelo Censo da População de Rua de São Paulo (Brasil, 2021) e também pela Pesquisa POP-RUA (Lanza, Rocha, & Miani, 2019). Ambas as pesquisas abordam diversas questões inerentes a PSR, inclusive assinalando alguns recortes de gênero, raça, renda, educação e saúde, que nos permitem vislumbrar algumas especificidades que compõem o perfil desta população e, em destaque, dos HSR.

Segundo a pesquisa POP-RUA (Lanza, Rocha, & Miani, 2019), a grande maioria da PSR de Londrina é composta por homens adultos (84%) numa faixa etária de 25 a 50 anos, que se identificam negros, cis, héteros e que atribuem à vida nas ruas devido ao uso abusivo de drogas, por conflitos familiares e/ou por estarem desempregados. Além disso, a maioria destes identificam que estão passando por problemas de saúde relacionados a dependência química, saúde mental e/ou saúde bucal (Lanza, Rocha, & Miani, 2019; Marconi, 2019).

O Censo da População de Rua de São Paulo (Brasil, 2021) apresenta um perfil da PSR bastante parecido com a Pesquisa POP-RUA. Os dados sinalizam que a maioria é composta

por homens adultos que se identificam como negros, cis e heterossexuais e que consideram que estão na condição de rua por falta de empregos, conflitos familiares e/ou dependência química pelo uso abusivo de drogas.

Rangel, Monteiro e Moraes (2017) apontam que a questão da saúde dos homens (incluindo a questões associadas à dependência química) está articulada ao patriarcado e a sustentação de uma ideia hegemônica e universal de superioridade masculina, donde o homem por ser “naturalmente” dominador, forte e invencível, por não admitir fragilidades, prescindiria de cuidados específicos (incluindo os preventivos) com sua própria saúde.

No entanto, a perspectiva demonstrada no parágrafo acima, ao considerar uma representação universal de homem, desconsidera a interseccionalidade que constitui, por exemplo, a situação de saúde dos HSR (incluindo a questão do uso de drogas), que está diretamente articulada com o caráter histórico destes homens enquanto produção colonial (Rodrigues et al., 2020).

Desta forma HSR são caracterizados em meio a processos históricos, relações de dominação e de poder a partir de um sistema de classificação social racializado e generificado, que os exclui e os pauperiza, levando-os ao uso abusivo de drogas, talvez como a única possibilidade de obtenção de prazeres efêmeros para suportar a vida miserável que o Estado e grande parte da sociedade civil fazem questão de proporcioná-los. “A droga, então, surge como forma de comunicação, sociabilidade, produção de significados, justificativa que legitima subjetivamente determinada condição, em alguns casos, forma de minimizar dissabores e desilusões e, em outros, de recreação, diversão.” (Mendes, Teixeira, Kissila et al., 2020, p. 80)

Sobre as pesquisas censitárias citadas anteriormente, também é importante frisar que tanto a Folha de São Paulo (Palhares, Isabela & Zylberkan, Mariana, 2022) quanto a Folha de Londrina (Marconi, 2019) publicaram reportagens divulgando a existência dos censos

realizados, o que podemos considerar como movimentos de resistência, pois denunciam condições de vida precárias e específicas da PSR engendradas por ostensivas necropolíticas, apontando para a complexidade que constitui o fenômeno da PSR e para a urgência da criação de políticas públicas que atendam as reais necessidades desta parcela da população.

A reportagem publicada pela Folha de São Paulo, por exemplo, aponta algumas nuances do último Censo da PSR de São Paulo, que possibilitam vislumbrar algumas questões problemáticas que engendram a condição do sujeito em situação de rua. Nesta reportagem, consta a informação de que o “número de pessoas que vivem nas ruas de São Paulo cresceu 31% durante a pandemia de Covid-19” e que parcela significativa desta população opta por permanecer nas ruas ao invés de ir para os abrigos (Palhares & Zylberkan, 2022).

Essa questão aponta para uma problematização acerca da efetividade das políticas públicas e serviços que estão sendo ofertados para a PSR, que, segundo análise de Juliana Reimber, pesquisadora da USP, na reportagem, alguns estudos “mostram que políticas eficientes para a população de rua não são aquelas que se concentram apenas em centros de acolhida, mas em ações para que as pessoas consigam deixar a situação, como acesso a emprego e moradia.”. Ainda nesta reportagem, uma fala de um HSR complexifica ainda mais a questão: *"A gente enfrenta frio, chuva, calor, medo de ser roubado ou agredido, mas não vai para abrigo. Não vamos nos separar para ir a um lugar que somos ainda mais humilhados e corremos mais risco"* (Palhares & Zylberkan, 2022).

Os discursos presentes na reportagem se configuram como uma denúncia a respeito do aumento exponencial da pobreza desde o início da pandemia da COVID-19, o que leva a um aumento da PSR, além das limitações acerca das alternativas ofertadas a essa parcela da população pelo poder público e também sobre violências que são cometidas dentro das unidades de acolhimento (abrigos) ofertadas.

No entanto, a afirmação feita anteriormente, que coloca os jornais enquanto focos de resistência em relação ao necropoder exercido pelo Estado brasileiro, não pode se encerrar na proposição de uma universalidade. Em relação a esta questão, tanto a Folha de São Paulo quanto a Folha de Londrina demonstram uma ambiguidade em relação aos seus posicionamentos acerca da PSR, produzindo noções múltiplas e, ocasionalmente, contraditórias. Perspectivas que, por vezes, como demonstrado nos parágrafos anteriores, sinalizam complexidades históricas, sociais e (necro)políticas e que, em grande medida, reforçam noções de abjeção dos corpos que fazem da rua sua morada.

Um exemplo de enunciados que operam na produção de noções de abjeção atrelada a HSR, pode ser elucidado em reportagem publicada pela Folha de Londrina em outubro de 2020. A reportagem faz menção a um acontecimento que ocorreu em Londrina, envolvendo um homem idoso em situação de rua que foi expulso por estar ocupando um espaço público (rua) em frente a um estabelecimento. Neste caso, o proprietário do estabelecimento foi filmado em flagrante jogando água no homem idoso, com o objetivo de espantá-lo do local. Após o acontecimento, o vídeo se espalhou pelas redes sociais e culminou em diversas manifestações contra e a favor a atitude do empresário (Roman, 2020)

Em entrevista concedida a Folha de Londrina, o homem que violentou o idoso, com o objetivo de se defender, afirmou

*Há cerca de 40 dias a gente chega aqui pra trabalhar e encontra a calçada fedida, cheia de xixi e coco que esse morador faz durante a noite. A gente precisa limpar o local para receber os clientes e ele sempre se nega a sair. Já ligamos para a Polícia Militar, pra Guarda Municipal e para a Assistência Social, mas ninguém consegue resolver o problema (Roman, 2020)*

A reportagem sinaliza, ainda, os depoimentos de comerciantes vizinhos que se articulam em conluio a declaração anterior:

*As pessoas que ficaram indignadas com a cena que viram no vídeo não sabem do que a gente passa aqui no dia a dia. A gente sempre alimenta ele, mas não tem como conviver com essa sujeira diária que acaba afastando nossos clientes. (Roman, 2020);*

*No sábado em que o comércio ficou aberto até às 18 horas, eu tive que fechar as portas e ir embora porque mesmo lavando os dejetos que o morador de rua deixou na calçada, o mau cheiro não passava e como vendo alimentos não tinha como receber nenhum cliente com aquele fedor. (Roman, 2020);*

*Já liguei na polícia, eles disseram que não podem fazer nada se o morador de rua não estiver cometendo crime. A Guarda Municipal disse que só pode atuar se houver danos físicos ao estabelecimento. (Roman, 2020).*

Os trechos acima anunciam posicionamentos de sujeitos diversos em relação ao homem idoso em situação de rua. Posicionamentos engendrados por noções de abjeção que operam na edificação de determinadas vidas como descartáveis. A abjeção é uma designação dirigida a corpos demarcados social e fenotipicamente e que se materializa na relação de grande parte da sociedade com HSR. Designação que confere a estes homens um estatuto de subalterno para conferir aos outros estatuto da superioridade, de sujeitos.

Tal dicotomização funciona como motor central nos processos de produção de noções de masculinidades hegemônicas e subalternas, conforme ressalta Kimmell (1998, p. 103):

À medida que o ideal hegemônico de masculinidade se estabelece, este é criado por oposição a um feixe de ‘outros’, cuja masculinidade foi problematizada e desvalorizada. O hegemônico e o subalterno emergem em mútua e desigual interação, em uma ordem social e econômica com uma demarcação prévia distorcida de gênero.

Nesta perspectiva, Miskolci (2020, p. 44) analisa que o “abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante.”. Conceito que se materializa nos discursos dos comerciantes da região central de Londrina, presentes na notícia, os quais relacionam o HSR ao excremento que deve ser retirado do local para não afastar os clientes.

Fica explícito nas falas dos comerciantes, o nojo que sentem em relação ao HSR. Nojo que, segundo Rodrigues (1975), não se constitui como uma característica intrínseca e sim como posição dentro de um sistema de oposições. Sistema simbólico, engendrado no campo da linguagem, das significações construídas e atribuídas a determinados sujeitos. Sendo assim, não só o corpo, mas o nojo do corpo passa a ser um “fato social.” (Rodrigues, 1975, p. 129).

Considerando que as significações sobre o corpo são constituídas por uma série de símbolos que carregam mensagens no campo social, o nojo do corpo de HSR também seria fruto destes processos simbólicos. Neste processo nem sempre os emissores e receptores estão conscientes dessas formações complexas que constituem as ramificações adjetivas do corpo. “As reações do nojo são condutas dessa espécie: simbolizam, sob a capa da emotividade, significados infinitamente afastados das coisas de que se tem nojo, mas que a elas se reúnem no plano do inconsciente.” (Rodrigues, 1975, p. 131)

Algo ou alguém são considerados nojentos a partir do momento em que ultrapassam, de forma indevida, uma demarcação estabelecida dentro de um sistema de ordenação universal. Neste caso, as reações de nojo seriam reações contra um movimento de transgressão desta ordem que se estabelece de forma rigorosa, estruturada, codificada e que é socializada. Ordem simbólica, discursiva e categorizante que imprime concepções cristalizadas sobre o mundo. Sendo assim, “um indivíduo poluído é também poluígeno, uma coisa suja deve ser afastada, e a normalidade só pode se restabelecer por meio de

procedimentos simbólicos que recolocam as coisas em seus devidos lugares.” (Rodrigues, 1975, p. 141)

Nas entrelinhas do discurso, pôde-se perceber também que apesar de se tratar de um homem idoso (figura que comumente não representa perigo), alguns dos comerciantes recorreram ao serviço de segurança pública (polícia militar e guarda municipal) para “resolver o problema”. Neste sentido, o enunciado que indica periculosidade se articula a lógica da colonialidade (Quijano, 2002; 2017) evidente no episódio, à medida que o HSR é situado como uma ameaça ao funcionamento supostamente normal da sociedade, sendo necessário retirá-lo (limpá-lo) da cena, assim como historicamente sofreram (e sofrem) negros, indígenas e outros povos historicamente subalternizados.

A partir da leitura do terceiro tomo da História da Virilidade (Corbin et al., 2013b), Restier (2019) afirma que as guerras coloniais e a dominação dos territórios se constituíram enquanto uma experiência masculina pautada no poder bélico e num ideal de virilidade balizado pelo heroísmo, pela agressividade e dominação. Desta forma, o colonialismo passou a fazer parte da própria constituição do ideal de masculinidade viril, que passou a ser sustentado por esse poder de dominação heroico e desbravador. “No Brasil, essa lógica não seria muito diferente, o homem branco conquistador teria o direito de exercer seu domínio pelo simples fato de ser o mais forte.” (Restier, 2019, p. 32)

No caso deste senhor, fica evidente, portanto, a formação de uma figura lendária (Foucault, 2013) associada à HSR que, por vezes, é generalizada para a maioria dos homens que vivem nessa situação. Discursos como estes que, de forma incessante, contribuem para produção de processos de monstrificação e subalternização de alguns sujeitos, como os HSR. Discursos que se espalham continuamente e que produzem vidas infames, indignas de serem vividas, sujas e que por “poluírem” o ambiente precisam ser retiradas do alcance dos olhos

alheios para não prejudicar o funcionamento “normal” de seu cotidiano. Emerge desses enunciados uma figura lendária: o homem imundo.

A hegemonia de uma masculinidade sobre a outra se materializa como um processo de normatização, hierarquização e marginalização de algumas masculinidades situadas como subalternas, fato que fica evidente na reportagem quando defrontamos o HSR que é expulso de um espaço público por um outro homem que se identifica enquanto empresário. Essas desigualdades são, segundo Connell (2016b)<sup>21</sup>, fruto de uma cultura neoliberal global masculinizada que tem como figura central o homem branco empresário que, através de sua força, se impõe de forma autoritária e impiedosa. Para a autora, é esse modelo hegemônico de masculinidade que sustenta as políticas neoliberais responsáveis pela: exploração de terras, expulsão de populações de seus territórios, poluição e destruição do meio ambiente e também pela geração de explorações, violências e exclusões sociais. É esse modelo que legitima, portanto, tais contrastes nas relações entre homens. Modelo este, portanto, que se materializa na relação de dominação entre o empresário e HSR.

No contexto da pandemia, os preconceitos contra a PSR se agravaram, reforçando ainda mais essa imagem de imundice que lhes é atribuída. Desta forma, surge, nesse contexto, outra figura lendária associada aos corpos de HSR: o homem virulento. Uma reportagem publicada pela Folha de São Paulo retrata essa questão e reforça essa imagem de controle de forma bastante evidente, ao situar a fala de um HSR de 32 anos: “*As pessoas me olham de um jeito que parece que sou o vírus.*”. (Petrocilo, 2020)

A reportagem que tem como título a frase supracitada do HSR, retrata as dificuldades da PSR em adquirir renda através da prática de mendicância durante a pandemia. Neste

---

<sup>21</sup> A professora e pesquisadora Raewyn Connell, da Universidade de Sydney, esteve presente na École des Hautes Etudes em Sciences Sociales (Prais/França) para participar de alguns trabalhos e discussões sobre masculinidades a partir da noção de hegemonia. A tradução da entrevista que Connell concedeu a Melanie Gourarier foi organizada pela pesquisadora de gênero e sexualidade da USP, Magô Tonhon. Link da entrevista original: <http://migre.me/u428V>

período, o esvaziamento das ruas (*lockdown*) e outras medidas de mitigação da transmissão do vírus, como o distanciamento social, a fonte de renda da PSR praticamente se esgotou. Conforme o relato dos HSR, uma renda diária que antes (da chegada do coronavírus) chegava a alcançar quarenta reais por dia, diminuiu para no máximo 4 reais. (Petrocilo, 2020).

A conteúdo da matéria retrata de forma bastante evidente a questão discutida anteriormente sobre a hierarquização de algumas masculinidades sobre outras. Hierarquização social, política e econômica que, no contexto do neoliberalismo, se retroalimenta da acumulação de riquezas de um grupo específico e minoritário (composto majoritariamente por homens brancos empresários) e da progressiva pauperização de parte da sociedade, criando mundos de escassez que podem culminar na condição da situação de rua, por exemplo.

As falas de alguns HSR elucidam essa imagem do sujeito virulento que lhes é atribuída:

*Ultimamente, está mais fácil pedir cigarro. Os poucos que abrem o vidro têm medo de tocar na gente* (Petrocilo, 2020)

*Tem que ser no olho no olho, porque na rua não abrem nem o vidro com medo da gente* (Petrocilo, 2020)

*Eu já consegui ganhar R\$ 100 por dia, em dezembro do ano passado aqui neste mesmo lugar. Agora as pessoas nem olham para falar um “não”.* (Petrocilo, 2020)

*Eu fui pedir ajuda para um casal. O homem berrou para eu não me aproximar da mulher porque transmito doença. **Eu também o discriminei, falei que os doentes são eles [ênfase adicionada]*** (Petrocilo, 2020)

Antes de problematizar a produção da figura virulenta como efeito da necropolítica, é imprescindível nos atermos ao movimento de resistência presente na fala enfatizada acima.

Para Foucault (2019) as resistências inscrevem-se nas relações de poder “como o interlocutor irreduzível” (p. 104), ou seja, aquele que quiçá era considerado sujeito, o abjeto, adquire estatuto de sujeito que não se reduz ao que o outro impõe.

Neste caso, o HSR se constitui enquanto o nó, o ponto de resistência provocador do levante, o inflamado que em sua latência apresenta a potência que configura o personagem do homem incendiário. Dessa vez não como vítima que tem o corpo queimado, mas como incendiário, capaz de causar explosões e rupturas “que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, sem seus corpos e almas, regiões irreduzíveis.”. (Foucault, 2019, p. 105)

Patrícia Hill Collins (2019), no contexto dos movimentos feministas de mulheres negras, fala em resistência das mulheres negras (que pode se estender às populações oprimidas, como os HSR) a partir da afirmação da importância da autodefinição, retirando-as das posições de vítimas indefesas. Para a autora, as resistências são atos surpreendentes que se materializam a partir do inesperado, assim como se evidencia na fala do HSR, que afirma que não é ele quem está doente e sim quem o acusa. Esperava-se uma resposta confrontante de um HSR que historicamente foi silenciado e violentado pelo Estado necropolítico?

Para Collins (2019), estes atos representam uma consciência coletiva, sendo a consciência a única possibilidade de liberdade no contexto de uma sociedade branca, classista e racista. Vozes de sobreviventes (não de vítimas) que existem num sistema de opressão que se retroalimenta, ou seja, que se forma a partir do consentimento de suas vítimas que, muitas vezes, aceitam a imagem dominante de si mesmas e permanecem paralisadas por um sentimento de impotência. Desta forma, a hegemonia, em muitos casos, leva as vítimas a reproduzirem opressões sobre elas mesmas.

Essa forma de resistir proposta por Collins (2019) baliza-se, portanto, na importância da autodefinição. Para quem é sobrevivente, autodefinições independentes são imprescindíveis, ou seja, uma opressão que foi internalizada só poderá ser ressignificada através desse processo, assim como a posição do objeto vitimizado só dará lugar ao sujeito consciente e ativo através da autodefinição. E esta forma de resistir engendra-se através da canalização da raiva do oprimido para uma ação que reconfigura as posições hierárquicas dos sujeitos nas relações de poder.

Uma forma de reconfigurar tais posições se dá a partir de mobilizações coletivas, assim como propõe o MNPR (Brasil, n.d) em sua cartilha de formação política. Para o movimento, o capitalismo, o individualismo e as desigualdades provocam inúmeras discriminações. Neste caso, sujeitos que são discriminados, como HSR, tendem a se sentirem inferiores e a se isolarem por não se considerarem parte integrante desta lógica social vigente. Tendo isso em vista, o coletivo enfatiza a importância de que para a garantia de direitos da PSR é necessária a união para lutar por seus direitos e por condições de vida dignas.

Esta proposta se materializa em uma reportagem publicada pela Folha de Londrina (Marconi, 2020). A matéria intitulada “Movimento reclama de ‘descaso’ com moradores de rua na pandemia”, retrata a mobilização de um integrante do MNPR de Londrina que denuncia a negligência gestão pública municipal em relação ao enfrentamento da pandemia junto a PSR. “O MNPR . . . em Londrina denuncia o que considera uma falta de ação do poder público municipal em prol da população em situação de rua diante da pandemia de coronavírus.”.

O integrante do movimento social afirmou ainda que “o município não adotou medidas para isolamento dos infectados, que continuaram convivendo normalmente com os colegas” (Marconi, 2020). Além disso, ressaltou que, passados oito meses de execução dos serviços específicos para a PSR no contexto pandêmico, a prefeitura desativou alguns destes,

deixando a PSR desamparada e em risco. Toda essa movimentação coletiva, incluindo a participação dos jornais e meios de comunicação, reverberou em reuniões de planejamento que envolveram MNPR, Secretárias de Assistência Social e de Saúde do município. Movimento este que não necessariamente garantiu uma melhora expressiva na implementação de serviços e políticas públicas para esta população, mas que exigiu posicionamentos e retratações públicas da gestão municipal acerca do assunto, colocando-os para pensar e trabalhar.

Portanto, o processo de autodefinição, enquanto movimento de resistência, coloca em xeque parte das imagens de controle definidas pelos discursos hegemônicos, reconfigurando diálogos e posições entre os sujeitos em uma sociedade, enfatizando “a dinâmica de poder subjacente ao próprio processo de definição.” (Collins, 2019, p. 206). O poder de autodefinição questiona, portanto, a credibilidade do que é dito e o projeto dos detentores do poder em definir os grupos marginalizados e oprimidos. Rejeita as hierarquias e autoridades para participar ativamente dos processos de (des)construção da própria realidade.

Retornando a questão do personagem do homem virulento, este se engendra através de uma intersecção entre a noção de abjeção (e, portanto, do nojo) com o estado de marginalização e de pobreza que se produz e que se institui através de um projeto necropolítico. Para Mbembe (2018), a operação do necropoder tem um caráter colonial onde o Estado militarizado exerce poder de dominação em relação a determinados grupos. Conforme afirma a transfeminista mexicana Sayak Valência (2021)<sup>22</sup>, o contexto necropolítico é masculinista e, como tal, são bastantes recorrentes as opressões de alguns homens e algumas

---

<sup>22</sup> Esta citação tem como referência a tradução de uma entrevista que Sayak Valência concedeu para a comunicadora social Virginia Giacosa, da Revista Rea em 06 de novembro de 2018 (Giacosa, Virginia, 2018). A entrevista foi realizada num contexto em que Sayak, a convite da Secretaria de Direitos Humanos da Universidade Nacional de Rosário (Argentina), participou do simpósio “Cuerpo y territorio. Impacto de las doctrinas de seguridad en Latinoamérica”. A partir de releituras de seu livro *Capitalismo Gore*, a autora articulou o exercício da necropolítica as direitas emergentes e as possibilidades de resistência através dos feminismos. A entrevista foi traduzida por Luiz Morando e publicada pela revista *Resista! Observatório de resistências plurais*. (Morando, 2021)

masculinidades sobre outras. Desde a mais tenra idade os meninos, por oposição misógina, homofóbica e machista às meninas e aos *gays*, são encorajados a serem dominantes e implacáveis e, desta forma, “mostrar-se capaz de cometer atos violentos se torna, então, um recurso social.” (Connell & Pearse, 2015, p. 35).

Sayak Valência (2021), utiliza metaforicamente a figura mitológica do endríago<sup>23</sup> para discorrer sobre a necropolítica articulada a masculinidade hegemônica e ao colonialismo. Sendo assim, para a autora:

O endríago é esse sujeito masculino cartografado pela classe, cuja marca racial está associada com estigmas e estereótipos da colonialidade. É um sujeito obediente à masculinidade mais hegemônica, aquele que despreza todo tipo de fraqueza, que acredita que o papel do homem é ser provedor, corajoso, violento e que o Estado luta pela posse da violência. Mas também é aquele que entendeu que a masculinidade dos corpos biologicamente masculinos tem o poder necropolítico de levar a morte aos outros. Esse poder de exercer violência contra os mais fracos: mulheres, crianças, dissidentes sexuais, pobres . . . Há uma masculinidade necropolítica que tem capacidade de matar e ficar impune. Se não somos homens, não somos nada, ou somos homossexuais, ou somos homens fracos – essa é a armadilha da masculinidade. Assim como parece que o capitalismo abarca tudo, aqui parece que a masculinidade abarca tudo.” (Valência, 2021)

Desta forma, é estabelecido um estado de sítio, onde algumas populações (incluindo os HSR) são cerceadas por poderes militares masculinizados que usam critérios próprios para aniquilar seus alvos. Além das execuções em espaços públicos a céu aberto, a “população sitiada é privada das suas fontes de renda.” (Mbembe, 2018 p. 49).

---

<sup>23</sup> Endríago é uma criatura mitológica, que surge do cruzamento da hidra com o dragão e que tinha o hábito de devorar mulheres virgens (Morando, 2021).

A respeito da formação da figura do homem virulento, da qual as pessoas tem nojo e medo de serem contaminadas, e que é engendrada por um necropoder masculinista, a criação de mundos de morte pela necropolítica não se reduz apenas a morte literal de determinadas populações, mas também aos processos de exclusão e limitação do acesso destas a renda e recursos como: água, moradia, saneamento básico, higiene, saúde, lazer e cultura. Fato que pôde ser observado nos discursos dos HSR na reportagem publicada pela Folha de São Paulo (Petrocilo, 2020).

Com isso, a “emergência da vida com a pandemia de Covid-19 para a população das periferias, bem como para a população que vive nas ruas, é visceral, é um adicional ao *correr* cotidiano.” (Cassal & Fernandes, 2020, p. 99).

Desde as primeiras orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto ao isolamento social, nos questionamos: que casa? O *mocó*? A barraca? A marquise? De que casa estamos falando? Quanto à orientação de lavar as mãos com maior frequência e durante 20 segundos, pensamos: água? Onde se encontra água na rua? Sabão? Máscaras? Se a abordagem policial já os discrimina com o rosto à mostra, que dizer do rosto coberto? O que dizer, então, das pessoas negras, que adotam cuidados para se manter vivas que a sociedade branca e embranquecida não compreende ou sequer pensa a respeito. (Cassal & Fernandes, 2020, p.100)

Neste caso, considerando tanto a questão da necropolítica como a questão da sociedade de controle, a PSR não só é alvo de uma política da morte exercida pelos aparelhos estatais institucionais, mas também por grande parte da sociedade civil, que em seus preconceitos naturalizados e cristalizados, excluem os HSR, contribuindo assim na operação e efetividade do necropoder. Com o advento da pandemia e com as prerrogativas de isolamento social, esses preconceitos foram incrementados, visto que agora havia mais um motivo que colocava a PSR enquanto referência de periculosidade. Neste caso, homens e mulheres em

situação de rua passaram a representar a ameaça da transmissibilidade do SARS-Cov-2 (Cassal & Fernandes, 2020; Deleuze, 1992; Mbembe, 2018).

Até agora, foi explicitado que a necropolítica, segundo Mbembe (2018), tem um caráter colonial de dominação e exploração exercido por Estados militarizados, masculinizados e coloniais (Valencia, 2021), que impõem estados de sítio. Nesta conjuntura, populações demarcadas (como o HSR) são cercadas e aniquiladas, seja pela criação e circulação de imagens de controle (Collins, 2019) carregadas de preconceitos e estigmas, seja pela limitação dos recursos numa sociedade de controle (Deleuze, 1992) onde grande parcela da população têm o poder de exercer o necropoder, seja pelos cerceamentos e execuções que ocorrem em espaços públicos (Mbembe, 2018; Valencia, 2021).

Um exemplo de que tais execuções ocorrem foi encontrado em uma reportagem da Folha de São Paulo que retrata uma tortura seguida de execução, cometida por um empresário contra um HSR. Neste episódio,

O dono de um restaurante foi preso suspeito de ter assassinado um morador de rua em São Luís (MA) . . . O homem em situação de rua foi amarrado em um veículo e arrastado por cerca de 1 km pelas ruas do centro da cidade. A motivação do crime, segundo a Polícia Civil, é que ele teria furtado por várias vezes quentinhas no estabelecimento. (“Empresário”, 2020)

Imagens conseguidas pela Polícia mostram o morador de rua, identificado como Carlos Alberto Santos, 36, amarrado na traseira de uma Hilux. Em um dos trechos, o empresário aparece bebendo água enquanto a vítima pode ser vista no asfalto, atrás do carro. Outra sequência mostra o motorista dando marcha-a-ré e passando com o carro sobre a vítima. (“Empresário”, 2020)

De acordo com o delegado, o morador de rua foi arrastado do centro da cidade até avenida Beira Mar, próximo ao Terminal de Integração da Praia Grande. "O corpo foi encontrado bastante machucado e com sinais de que foi arrastado. As imagens falam por si, o rapaz estava sofrendo, se debatendo e o motorista, com muita frieza, tranquilamente bebe água, e segue com o corpo por um percurso de um quilômetro. É um crime bárbaro com requinte de crueldade", disse o delegado. ("Empresário", 2020)

Cenas de violência envolvendo homens são bastante recorrentes no contexto brasileiro, seja em brigas de torcidas, em execuções realizadas por milícias, em brigas de bares e em muitos outros contextos. O fato é que, nesses casos, existe um denominador comum: a grande maioria dos protagonistas destas violências são homens. Homens que atacam mulheres, crianças, animais e também outros homens que estejam mais vulneráveis. Homens que tratam seus impulsos agressivos como qualidades essenciais de suas respectivas virilidades, donde um sintoma legitima atitudes consideradas viris (Trevisan, 2021).

Desta forma, "num contexto cultural favorável, a prática da virilidade selvagem pode descambar facilmente para a naturalização da violência" (Trevisan, 2021, p. 20) e para a impossibilidade de olhar para estas situações de violência enquanto efeitos de uma ordem de gênero colonial que, historicamente, privilegia algumas masculinidades (hegemônicas/coloniais/brancas/burguesas). Logo, para manter suas posições hierárquicas superiores (social, econômica e politicamente), utilizam estratégias diversas, inclusive a violência. Nessa dinâmica do duelo viril constituída pela disputa entre colonizador x colonizado (Taraud, Christelle, 2013), o empresário representaria o colonizador que tortura e mata a sangue frio o colonizado, materializado na figura do HSR que furtou algumas marmitas por não ter dinheiro e estar passando fome.

O conteúdo discorrido no capítulo 3, sobre a PSR como produção colonial, evidencia que a mesma é alvo constante de uma necropolítica operada majoritariamente pela elite de

homens brancos (masculinidades hegemônicas) que ocupam historicamente posições de poder político e econômico. Neste sentido, ao contrário de uma invisibilidade, esta parcela da população, constituída majoritariamente por homens, é assolada por uma visibilidade de saberes que visa coagi-los, reprimi-los e puni-los (Rodrigues & Fernandes, 2020).

Reportagem publicada pela Folha de São Paulo evidencia essa questão, quando traz informações sobre as debandadas da PSR frente as operações de “revitalização” promovidas pela prefeitura de São Paulo. Neste caso, a matéria tem como tema central algumas questões acerca dos deslocamentos da PSR do bairro da Luz para a praça Princesa Isabel, ambos localizados na região central da capital São Paulo. O êxodo ocorreu depois de uma operação policial que, sob ordem do poder público, no ano de 2017, tentou pulverizar o agrupamento da localidade em que se encontravam. Segundo a reportagem, a empresa Porto Seguro, detentora de inúmeros imóveis na região, investiu 1 milhão de reais para a “revitalização” do território. (Zylberkan, Mariana, 2022).

Em relação a esta matéria, existem alguns detalhes a serem observados nas entrelinhas dos discursos que produzem enunciados, tal qual a forma como a autora, e grande parte da sociedade civil, nomeiam um local, de grande concentração de PSR na maior cidade das américas, como Cracolândia. Assim como a Disneylândia generalizadamente é considerada por muitos como a terra da diversão, dos brinquedos e do mundo da imaginação, a Cracolândia é considerada o território do crime organizado, do tráfico de drogas, dos viciados e da violência. Local, portanto, onde todos estão homogeneizados sob a identidade do usuário de drogas perigoso. Neste contexto, emerge mais uma figura relacionada aos HSR: o nóia (Gomes & Adorno, 2011).

O “noia” é aquele que está no nível mais baixo, carregando um grande estigma de alguém sem controle e sem limites em sua busca de uso do *crack*, não sendo confiável nem para os outros usuários. A categoria de “noia”, extremamente estigmatizada, em

muitas situações leva o usuário a um exílio, impedindo-o de retornar à sua região de pertencimento, por conta de problemas ali. Quando passam a ser vistos como “noias”, em algum momento são levados a buscar outro espaço. (Gomes & Adorno, 2011, p. 581)

“O ‘noia’, percebido como aquele que desrespeita as normas sociais e os parâmetros éticos em busca da pedra de *crack*, é visto com desconfiança e como aquele que não consegue estabelecer relações de outra forma com as pessoas (Gomes & Adorno, 2011, p. 584). Essa representação homogênea, universal, higienista e colonial atribuída aos habitantes da Cracolândia se repete diversas vezes nos discursos midiáticos, como podemos observar a seguir:

Pela proximidade com a cracolândia, a praça se tornou um ponto de tráfico de drogas em maio de 2017, quando uma operação policial desmantelou a "feira" de drogas que ocorria na região. (Zylberkan, 2022)

Naquele episódio a ocupação da praça também funcionou como uma espécie de protesto contra a proibição imposta pela Polícia Militar de montar barracas na cracolândia —é sob lonas e pedaços de papelão que as drogas são vendidas e consumidas. (Zylberkan, 2022).

Tais concepções e (re)produções discursivas acerca da cracolândia, por desconsiderarem as dimensões históricas e estruturais da situação de rua, acabam por estabelecer um dualismo colonial que situa a ocupação dos territórios pelos noias como um processo de degradação urbana e, por isso, tais espaços precisariam ser revitalizados. Processo atravessado por questões de gênero, de classe e raciais, à medida que, tais ações, comumente ordenadas por homens brancos (neste caso, de acordo com a reportagem, quem ordenou a

ação da polícia para a expulsão da PSR foi o então prefeito da cidade de São Paulo, João Dória, um homem branco, cis e supostamente heterossexual) que excluem um agrupamento composto majoritariamente por homens negros.

Os trechos de algumas reportagens e a imagem a seguir demonstram como essa lógica se materializa:

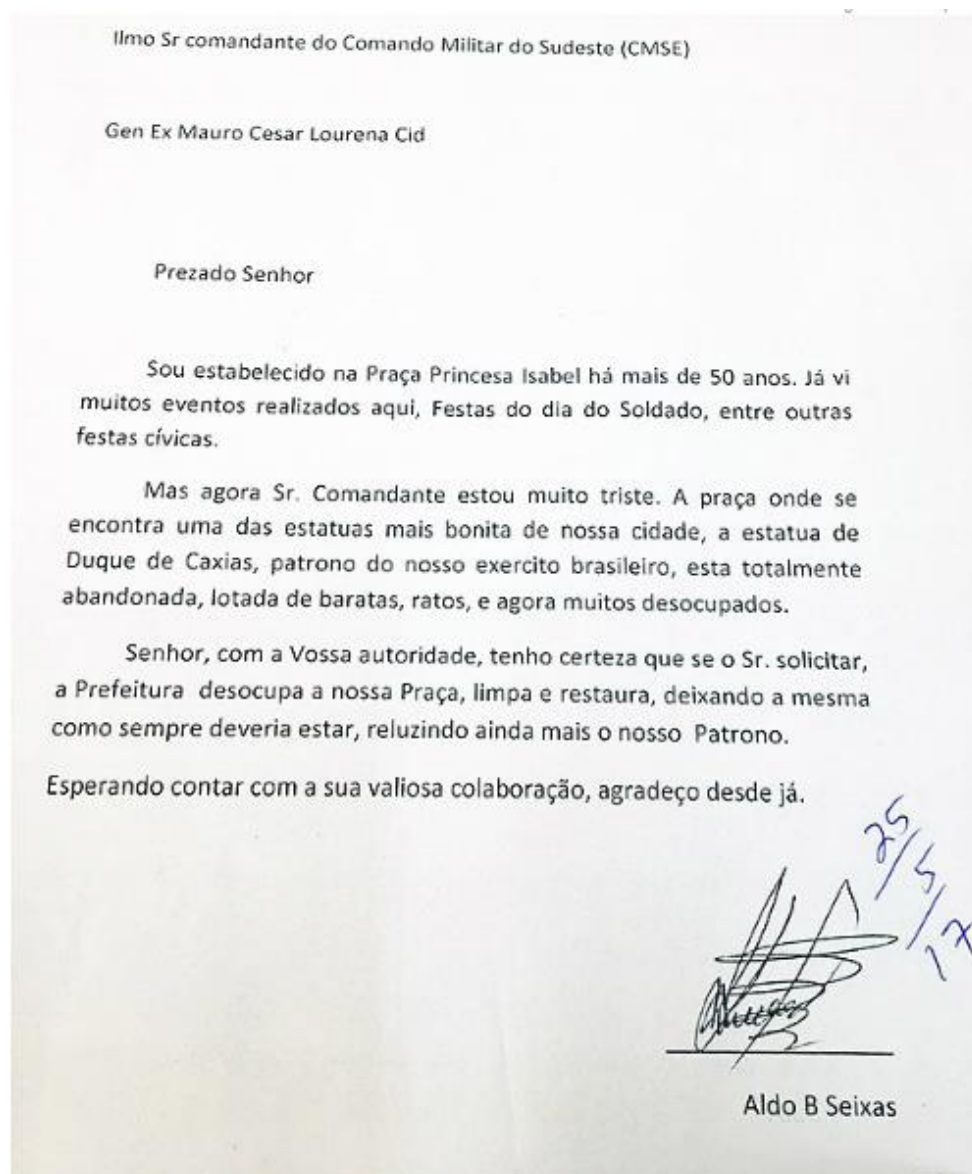
Em 2019, cerca de seis meses após o fim da parceria com a iniciativa privada, porém, a praça voltou a ser ocupada por sem-teto e passou por novo processo de deterioração. (Zylberkan, 2022)

Entre o espanto e o alívio, moradores e comerciantes do entorno da praça Júlio Prestes, no centro da cidade de São Paulo, festejaram no último fim de semana a dispersão repentina de centenas de usuários de entorpecentes na região conhecida como cracolândia. (“Gato”, 2022)

*O jogo de gato e rato entre polícia e traficantes* [ênfase adicionada] vem desde os anos 1990, quando a funesta aglomeração começou a se formar. Em 2017, após ostensiva operação policial, o então prefeito João Doria (PSDB) chegou a decretar o fim da cracolândia. À época, contudo, o tráfico também se deslocou à praça Princesa Isabel. Tempos depois, acabou retomando o espaço habitual. (“Gato”, 2022)

Neste último trecho em que foi adicionada ênfase, podemos observar que, além das generalizações acerca das PSR que estão migrando de um local para outro como sendo todas usuárias de *crack*, ocorre também uma definição de performances de personagens que se contrapõe no duelo viril. Surge então a figura do HSR como traficante perigoso, que tem como seu antagonico o policial que atua a favor da ordem social e da segurança pública. Neste

duelo, os gatos, representantes da ordem necropolítica que se escamoteia pela ideia de segurança pública, espantam e caçam os ratos (HSR) que, segundo a lógica da colonialidade, poluem e apresentam perigo e atraso a sociedade, assim como também é possível vislumbrar na carta abaixo:



**Figura 3.** Carta de comerciante ao exército solicitando a expulsão da PSR da praça Princesa Isabel.

**Fonte:** Maia, 2017.<sup>24</sup>

<sup>24</sup> O acesso a esta imagem se deu através de um link presente na reportagem que está sendo analisada (Zylberkan, 2022). O link direciona para outra reportagem (que contém a imagem) publicada em 2017. Considerando a importância do enunciado para a pesquisa, optou-se por inserir a imagem com o objetivo de enriquecer o material de análise e as problematizações da mesma.

A carta acima, de certa forma, resume parte do que foi elucubrado neste capítulo. Trata-se da materialização de uma racionalidade masculinista necropolítica (Valencia, 2021), engendrada por homens que ocupam posições de poder e privilégio (no caso, comerciantes se aliando a militares) e que, em conluio, operam opressões contra aqueles que eles mesmos subalternizam.

Masculinidades hegemônicas/coloniais que se configuram como máquinas de guerra (Deleuze & Guatarri, 1980 como citado em Mbembe, 2018), constituídas por agrupamentos de homens armados que se misturam e que atuam a partir de depredações e capturas, podendo haver, inclusive, a participação do Estado como elemento constitutivo dessa organização. Máquinas predatórias que impõem taxações sobre territórios e populações específicas, assim como homens governantes, policias e comerciantes fazem com homens que se encontram em situação de rua. Processo de diferenciação e hierarquização atravessado por questões de gênero, raça e classe social, considerando que a maioria dos governantes no país são homens brancos (Brasil, 2022) e que a maioria da PSR é composta por homens negros (Brasil, 2009).

Desta forma, acompanhando a lógica colonial que perdura até os dias atuais, o poderio dos homens militares, empresários e políticos (em sua maioria brancos) situa-se no polo do progresso da sociedade, da ordem, do desenvolvimento e da organização das cidades, enquanto para os nória, HSR, resta a zona de abjeção, dos que deterioram os ambientes que habitam, que dividem espaço de moradia com ratos e baratas.

As masculinidades e suas noções são engendradas no campo das relações de poder, onde homens se relacionam entre si e, através de tensionamentos e disputas, produzem desigualdades que são atravessadas por fatores históricos, étnico, raciais, geracionais, de classe, desejo e assim por diante. Ocorre, então, uma produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas, ou seja, para a perspectiva hegemônica existir, esta precisa, necessariamente, produzir a subalterna e vice-versa (Kimmell, 1998).

No caso do Brasil atual, conforme os caminhos traçados pela presente pesquisa, o empresário, o político ou mesmo o militar, como emblemas das masculinidades hegemônicas, desdenham e, ao mesmo tempo, produzem outras masculinidades, dentre elas a do HSR associado as figuras/imagens do imundo, virulento, noiado, periculoso, traficante, para reafirmar suas próprias posições hierárquicas superiores. Deste modo, a principal estratégia pela qual os homens buscam expor sua masculinidade bem sucedida, é através da depreciação de outras expressões de masculinidades situadas como inferiores, posicionando assim o hegemônico em oposição ao subalterno, colaborando para a criação deste outro excluído. (Kimmell, 1998).

Restier (2019) aponta para uma rivalidade historicamente estabelecida entre homens negros e brancos, sendo possível compreender tal rivalidade através da noção de virilidade, haja visto que está se constitui como importante elemento nos processos de socialização masculina e legitimação de determinadas masculinidades. Logo, torna-se ainda importante ressaltar que os ideais de virilidade variam de acordo com diferentes períodos históricos e contextos. Nas sociedades ocidentais, por exemplo, a virilidade está associada a potência física e sexual e a preceitos morais rígidos. (Corbin, 2013b).

A virilidade é marcada por uma tradição imemorável: não simplesmente o masculino, mas sua natureza mesma, e sua parte mais ‘nobre’, senão a mais perfeita. A virilidade seria a virtude, cumprimento. A *virilitas* romana, da qual o termo é oriundo, permanece um modelo, com suas qualidades claramente enunciadas: sexuais, aquelas do marido ‘ativo’, poderosamente constituído, procriador, mas também ponderado, vigoroso e contido, corajoso e comedido. O *vir* não é simplesmente *homo*; o viril não é simplesmente o homem: ele é antes ideal de força e de virtude, segurança e maturidade, certeza e dominação. Daí esta situação tradicional de desafio: buscar o ‘perfeito’, a excelência, bem como o ‘autocontrole’. Qualidades numerosas enfim,

entrecruzadas: ascendência sexual misturada à ascendência psicológica, força física e moral, coragem e ‘grandeza’ acompanhando força e vigor. (Corbin, 2013a, p. 07)

Neste sentido, o ideal de virilidade, em suas dimensões históricas, sociais, políticas, morais, intelectuais, raciais, geográficas, físicas e sexuais, baliza prescrições normativas sobre formas de ser homem e expressar masculinidades. Institui um modelo hegemônico/colonial de masculinidade a ser seguido e alcançado e, por isso, produz assimetrias entre diferentes grupos de homens que possuem diferentes histórias, diferentes condições de vida e diferentes acessos a depender de sua história de vida, de sua classe social, de sua cor ou de sua orientação sexual.

Como podemos constatar, a proposta de pensar as masculinidades de HSR de forma interseccional, considerando as encruzilhadas das avenidas identitárias do cisheteropatriarcado, da masculinidade necropolítica, do racismo e do capitalismo, nos leva a perceber as figuras dos HSR de forma complexa. Por trás da imagem do homem virulento, há um sujeito que é excluído e negligenciado pelos dispositivos de saúde. Por trás do imundo, existem homens que enfrentam violências desde os períodos mais tenros de suas infâncias e que, além de estarem em situação de sofrimento psíquico, são privados (material e simbolicamente) do acesso a utensílios de higiene. Por trás do traficante e do nóia, existe uma estrutura histórica, jurídica, necropolítica e masculinista que generaliza e criminaliza HSR para manutenção dos próprios privilégios.

Os HSR precisam existir articulados as tais figuras lendárias/imagens de controle para que o homem contido, bem sucedido profissionalmente, provedor da família e do lar também possa existir. Um não seria nada sem o outro. As desigualdades, violências, exclusões e estigmas promovidos pela lógica colonial são o motor da necropolítica que cerceia e

extermina HSR, são a condição *sine qua non* para edificação das masculinidades hegemônicas e subalternas.

## 6. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Os conhecimentos produzidos sobre a vida estão longe de envolver um empreendimento simples. A vida é da ordem do problemático e, enquanto tal, não admite respostas definitivas. Isso nos lança no campo dos ensaios e das experimentações qualitativas. Nele, a produção de conhecimento tem valor à medida que pode ser usada, transformada, questionada, abandonada e/ou subvertida. (Mansano, 2012)

O debate interseccional sobre HSR e masculinidades não se finda ao término desse processo de investigação, logo, as considerações aqui situadas se pretendem provisórias, porosas, permeáveis a outros modos de situar os fenômenos problematizados. A multiplicidade de imagens e discursos sobre os homens em situação de rua nos interpelam a questionar sobre a reprodução midiática e jornalística de noções conservadoras (colonialistas) e dissidentes que coexistem em disputas no Brasil contemporâneo.

Ao articular parte dessas perspectivas aos debates sobre gênero e mídia, sinaliza-se algumas considerações, ainda que provisórias e abertas a contestações. Logo, apresenta-se que, parte das pistas que emergiram durante a imersão do pesquisador no campo tema, situam-se num tempo histórico marcado pelas turbulências impostas pelos conservadorismos coloniais e pela pandemia da COVID-19.

O campo dos estudos de gênero, em destaque o campo das masculinidades, é constituído por uma heterogeneidade de perspectivas teóricas e epistemológicas, o que implica em tensionamentos, atualizações, (im)possibilidades e retrocessos. Deste modo, ao analisar maneiras como enunciados midiáticos operam na produção de imagens sobre HSR, não se tem a intenção de compreender esse fenômeno em sua totalidade, sendo que esta pesquisa traça leituras possíveis que se pretendem rastros em uma floresta com enorme biodiversidade. Há outras pegadas e trilhas que permanecem encobertas, bem como rotas a

serem inventadas por outras pesquisadoras sensíveis às transformações que se desenham na atualidade e que implicam em efeitos díspares na vida em sociedade.

Dos marginalizados aos donos do poder, dos pobres miseráveis aos maiores ocupantes dos espaços públicos e maiores detentores de grandes riquezas e seus meios de produção. O desafio em pensar as diferentes pluralidades dos sujeitos sem cair numa irracionalidade, culminou em concepções universais e generalistas, não apenas do ser-mulher, como também do ser-homem, sendo estas engendradas a partir de um olhar antagônico a experiência das mulheres.

Neste caso, os diversos movimentos feministas, no decorrer da história, apontaram que a mulher seria sistematicamente subjugada pelo homem (universal), que ocuparia a posição do patriarca, do macho alfa, do homem com “H” maiúsculo, dominador, coercitivo e violento. De fato, tais movimentos tiveram e ainda tem muitas razões para denunciar as violências e desigualdades ocasionadas pelo machismo estrutural e, portanto, por um grupo majoritário de homens que não desejam, de forma alguma, abandonar seus privilégios.

As mulheres tem inúmeros motivos para reivindicar melhores salários, mais representatividade nos contextos políticos, de trabalho e também no esporte. Estas, precisam lutar cotidianamente por melhores condições de vida e para que a sociedade e, principalmente os homens, deixem de sexualizá-las, assediá-las e/ou estuprá-las.

No entanto, por vezes, o que não se leva em consideração é o fato de que as divisões estabelecidas pela lógica binária e heteronormativa dos gêneros estabelecem o ponto de partida para apontar as desigualdades entre homens e mulheres, esquecendo-se, por vezes, de criticar tal divisão e também ignorando intersecções que a categoria gênero estabelece com marcadores de classe, étnico-raciais, geográficos, religiosos e assim por diante.

Afinal, quando discutimos e problematizamos as masculinidades a partir de perspectivas feministas interseccionais de gênero e sexualidade insiste a pergunta: de qual homem especificamente estamos falando?

Apesar da operação do discurso identitário caminhar no sentido de uma suposta essência universal em ser-homem, para tal, se utiliza de elementos diversos (discursos, práticas, experiências) que convergem na constituição de uma figura homogênea. Neste sentido, os discursos que engendram a masculinidade se alternam entre o uno e o plural.

Simone de Beauvoir (1970) estremeceu as estruturas machistas ao afirmar que não se nasce mulher, mas sim torna-se. Talvez ela não imaginasse, talvez sim, mas o fato é que essa mesma lógica cabe também para pensar o homem e as masculinidades. O sujeito homem generificado é fruto de processos sociais, históricos, políticos e, portanto, coloniais. Aliás, já não se pode mais ignorar o fato de que a sociedade brasileira se fundou através de invasões deste território a partir de um projeto imperialista europeu e também a partir das disputas travadas entre estes mesmos países, os quais buscavam afirmar sua hegemonia (cultural, capital e territorial) não só sobre os povos colonizados, mas também uns sobre os outros.

A masculinidade, ou melhor, as masculinidades, são efeitos de construções discursivas, performáticas, políticas e estéticas, que se dão através dos encontros que ocorrem nesta arena que denominamos como sociedade. Ser homem, masculino e/ou viril, são efeitos que fazem parte dos processos de subjetivação, pois gênero, enquanto constituição histórica e cultural, não é natural e nem está atrelado integralmente a uma ordem hegemônica prescritiva. Ser homem é trajetória e o que está em jogo numa trajetória é:

Uma combinatória de operações indeterminadas, uma sucessão diacrônica de pontos percorridos por um sujeito que se constrói e se desmancha permanentemente. O que nela interessa são as formas de que os usuários se apropriam de um estoque de imagens,

enunciados e técnicas de produção sociocultural e subvertem, nem que seja esporadicamente, a sua estratégia de utilização. (Júnior, 2013, p. 24)

Sim, temos na história das sociedades, homens, que a partir de seus privilégios, tornaram-se figuras expressivas e reconhecidas. Temos também determinados discursos que engendraram uma modalidade hegemônica de masculinidade, uma virilidade específica que define, subjuga e assujeita sujeitos e modos de vida. No entanto, por outro lado, temos também existências não reconhecidas, e se reconhecidas, discriminadas como anormais.

Vidas singulares tomadas como estranhos poemas, vidas que transparecem breves relatos . . . textos cheios de amor, gritos, súplicas, choros, decepções, de intrigas de homens que não conseguiram ou não quiseram em suas trajetórias de vida atualizar o modelo de homem . . . proposto pela ordem dominante. (Júnior, 2013, p. 25)

E retomando a linha de raciocínio que foi estabelecida no decorrer deste trabalho, compreende-se que o Brasil, a sociedade brasileira e os HSR são produções de uma história colonial, patriarcal, machista e racista. Logo, considerando o fato de que esta é uma pesquisa sobre masculinidades e HSR e também de que a maioria da PSR é composta por homens negros, não há como pensar em tais questões sem levar em conta o debate sobre marcadores raciais.

Ao problematizar as tramas das masculinidades no Brasil a partir dos dramas do homem negro, Faustino (2021) coloca um impasse: frente ao machismo e ao racismo, qual lugar o homem negro – qual lugar o HSR – ocupa numa sociedade que ao mesmo tempo em que exalta os homens em relação as mulheres, inferioriza a população negra? No âmbito das relações de poder, estes homens ocupariam posições de privilégio ou desprivilégio? Quais as vantagens e desvantagens, os prazeres e desprazeres que estes homens compartilham com seus pares no contexto da masculinidade hegemônica?

A questão do machismo, para Faustino (2021), retrata historicamente e politicamente os privilégios do homem nas sociedades ocidentais modernas, donde o homem subsumi a si mesmo e os outros gêneros existentes, sendo este, por auto nomeação coercitiva, representante ilegítimo da espécie humana. Já a questão do racismo aponta para a *ethos* necropolítico das sociedades ocidentais e modernas, onde o negro não é considerado um sujeito, mas apenas um objeto que a ser utilizado como mercadoria do homem branco para fins de trabalho forçado. Como escreveu Fanon (2020, p. 22): “o negro não é um homem . . . uma zona do não ser . . . isto é, em decorrência de uma série de aberrações afetivas, ele se instalou no seio de um universo do qual será preciso removê-lo.”

Visto isso, como podemos atribuir, de forma generalista e universal, aos HSR (em sua maioria negros), papéis patriarcais, de provedores em posição privilegiada, em uma sociedade que emergiu da colonização e escravização dos povos negros? Como pensar em privilégio dos homens em geral, tendo um cenário onde homens negros são as principais vítimas de violências urbanas, o maior segmento da população encarcerada no sistema penitenciário brasileiro e a maior parcela constituinte da PSR?

A partir de todas as considerações feitas no decorrer do trabalho, pode-se afirmar, a partir de Faustino (2021), a impossibilidade em pensar os homens e as masculinidades de forma homogênea. As produções no campo dos estudos interseccionais de gênero e das masculinidades vem apresentando perspectivas que colocam em xeque visões arbitrárias e polarizadas que estabelecem dualismos e que, por fim, polarizam homem e mulher como opostos: sujeito/objeto, privilegiado/desprivilegiado, algoz/vítima e assim por diante.

Os debates sobre masculinidades se articulam em uma ordem global, que está necessariamente atravessada por realidades locais. Deste modo, a localização histórica, política, econômica, tecnológica, entre outros analisadores, que desenhou a PSR no Brasil desde o século XIX foi fundamental para uma compreensão do tema pesquisado. Assim,

reafirma-se as premissas anunciadas pela pesquisadora Carla Akotierene sobre a importância da produção de saberes localizados e interseccionais.

As produções decoloniais sobre masculinidades negras nos levam a concepção de que o colonialismo pressupõe uma penca de questões que barram a identificação dos homens negros em relação aos ideais que constituem e legitimam a masculinidade hegemônica e que, por isso, reposicionam estes homens na sociedade. Daí a imprescindibilidade em pensar que o drama dos HSR e as tramas que engendram suas condições de vida se interseccionam com as dos homens negros e que as questões de gênero, raça e classe são constitutivas das posições que ocupam na sociedade.

Nos percursos da pesquisa (incluindo a experiência do pesquisador no trabalho junto a PSR) pôde-se notar que os HSR são constituídos por uma heterogeneidade de modos de existir, de se relacionar, de pensar e de transitar. Na interlocução com autores e autoras, sobretudo dos estudos decoloniais, apreendeu-se sobre a importância de situar a complexidade que constitui essa população, como um modo de afirmar sua humanidade para além dos estereótipos coloniais que a caracteriza a partir de caricaturas, como subalternos, selvagens, inferiores, nojentos e/ou perigosos.

Assim como afirma Lina Pereira e/ou Linn da Quebrada:

Eu sou o símbolo mais forte da minha total complexidade . . . eu envidesci, fui bixa preta, mulher, bixa travesty, e chego aos meus 30 anos me perguntando quem sou eu. Para descobrir isso, precisei voltar um pouco atrás e entender que, para enfrentar, é preciso resgatar memórias que me foram proibidas. (Pereira, Lina, 2021)

Nesta mesma direção, Chimamanda Ngozi Adiche (2019), mulher negra, nigeriana, mãe, escritora, ativista e feminista, nos ensina sobre os perigos das histórias únicas. “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história.” (p.14).

Para Chimamanda (2019) as histórias únicas são formuladas no campo das estruturas de poder. Para elucidar esta questão a autora recorre a palavra substantiva *nkali*, que em *igbo* (um dos maiores grupos étnicos que habitam leste, sudeste e oeste da Nigéria) significa a hegemonia de um sobre o outro. Neste sentido, um dos elementos que operam na espoliação de determinado grupo, incluindo aqui os HSR, acontece pelo fato das histórias desses grupos terem sido contadas hegemonicamente pelos próprios povos que os subjagam. “Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente.” (p. 12).

Apesar da evidência da complexidade que constitui as condições subjetivas e objetivas dos homens em situação de rua no Brasil, notou-se que a maior parte do conteúdo jornalístico se articula em convergência a representações que, historicamente, vêm insistindo em demarcar estes homens a noções moralizantes constituídas na perspectiva da abjeção, do nojo, e do desequilíbrio. Assim, enunciados que constituem imagens de perigo, vadiagem, sujeira, entre outros, vem se atualizando de diferentes modos nos últimos séculos.

Ao revisitar o capítulo 3 desta pesquisa para entrega do texto final da dissertação, percebeu-se que HSR vem sendo historicamente associados a figuras lendárias que se materializaram na imagem do vadio, vagabundo, mendigo, homem do saco, capoeira e doido varrido. Tais figuras vão sendo enunciadas a partir de outros contornos na contemporaneidade, a saber, as figuras do imundo, do virulento, do nóia, periculoso e/ou traficante.

No entanto, seria um engano afirmar que as representações infames associadas a HSR foram se transformando no decorrer da história, pois o que se conhece hoje por PSR e HSR, há menos de cem anos eram denominados de outra forma, ou melhor, eram outras figuras. Cada personagem se produz e localiza em um momento histórico distinto, a partir de problemáticas e representações sociais ímpares e situadas.

Neste sentido, o vadio e o morador de rua apresentam questões diferentes um do outro. Historicamente, segundo Rodrigues et. al. (2020), o vadio e o mendigo rompem os paradigmas escravocrata e do trabalho. O doido varrido, o louco e/ou o homem do saco apontam para as questões das normas sociais e morais que regem as relações e as ininteligibilidades destes enquanto sujeitos dentro das arenas culturais/institucionais. O morador de rua está atrelado ao êxodo rural ocasionado pelo processo de industrialização e urbanização das cidades. Os sem-teto, aos processos de especulação imobiliária e disputa por moradia e, por fim, as PSR surgem da contradição de um Estado democrático em consonância com os movimentos sociais que defendem os direitos desta parcela da população brasileira.

Nota-se também pontos de convergências entre essas figuras históricas, o que implica na evidência da persistência de racionalidades coloniais e binárias que operam na manutenção da ordem global, mais especificamente na ordem dos gêneros e na delimitação de noções de masculinidades hegemônicas e subalternas. Noções balizadas por ideais de virilidade que vão se modificando conforme o tempo histórico e as localidades e que, por vezes, embaralham os códigos estabelecidos.

A exemplo disto, cita-se o ideal de virilidade que institui características como o controle, a ponderação e o comedimento. Tais características são opostas ao que representam os HSR não só nos enunciados que circulam nos jornais, mas para grande parte da sociedade. Comumente, como se pôde perceber na análise das reportagens, os HSR são associados ao descontrole, ao desajuizamento e ao exagero. São vistos como descomedidos pois abusam das drogas, abusam na falta de higiene, na falta de cuidado, na falta de razão e de moral. São, portanto, o oposto dessa virilidade ocidental moderna, representada pelo homem empresário, que bebe uísque e cheira cocaína pura e “boa”, que assiste *CNN News*, usa terno ou roupa social, que frequenta os cafés, hotéis e bordéis das grandes metrópoles.

Portanto, considera-se necessário um cuidado ao associar de forma simples e generalizada a masculinidade hegemônica somente aos termos da violência física descomedida. Este modelo de masculinidade, por vezes, se embaralha a depender das dinâmicas relacionais estabelecidas, podendo ser violento de formas muito mais sutis. No campo da análise de gênero os códigos se alteram, se modificam e entrecruzam nas suas perspectivas interseccionais e contextuais. “A masculinidade [portanto] seria um fenômeno do nível discursivo . . . que constituiria um campo de disputa de valores morais, em que a distância entre o que se diz e o que se faz é grande.” (Almeida, 1996, p. 163).

Isso significa que o ideal hegemônico de masculinidade que garante ao sujeito homem uma inteligibilidade sociocultural nem sempre condiz com as reais atitudes cotidianas deste mesmo. Por vezes, um homem branco empresário que se demonstra comedido e “moralmente correto” em seu ambiente de trabalho, pode violentar sua companheira no ambiente doméstico.

Ao mesmo tempo, tal ideal, supostamente alcançado somente por aqueles que têm acesso à educação, saúde e renda se constitui enquanto um fator de exclusão mais sutil para grande parte dos homens, incluindo os HSR. Sutil, pois muitos discursos, inclusive a maior parte dos que se atualizam nos jornais, naturalizam e perpetuam estas diferenças entre masculinidades que delimitam posições hierárquicas nas arenas sociais, produzindo, reforçando e perpetuando imagens de controle sobre HSR que circulam na vida em sociedade. Este processo se soma a um conjunto de práticas discursivas que operam na constituição de noções de abjeção que, articuladas ao contexto colonial e capitalístico, privilegia uns em detrimentos de outros.

Além disso, parte-se da consideração de que tais imagens de controle não estão atreladas a indivíduos de forma única e exclusiva, ou seja, um HSR pode ser associado a imagem do virulento, do imundo, do nóia e do traficante de uma vez só. Assim como pôde-se

perceber nas reportagens que retratavam a “situação-problema” da cracolância, atribuindo uma homogeneidade característica da população que compõe o território. Nesta lógica, todos os “não-sujeitos” que ali estão presentes são associados a falta de higiene, a sujeira, a doenças, ao tráfico e ao consumo de drogas.

Partindo da premissa de que a vida se articula de modo complexo, outra questão importante para se ressaltar é com relação à mídia se articular como um campo em que enunciados diversos coexistem em guerrilha. Assim, apesar de notar expressões de resistência que se articulam em frases e imagens nas reportagens, notou-se a insistência dos discursos midiáticos em privilegiar narrativas sobre os acontecimentos do cotidiano que se articulam em conluio com perspectivas normativas e conservadoras sobre HSR que se atualizam na vida em sociedade.

Fundamental também destacar o contexto atual de desmontes, retrocessos e brutalidades que marcam a história do Brasil nos últimos anos, sobretudo desde o golpe que levou ao *impeachment* da primeira presidenta do Brasil. Esta escalada política conservadora enfatizou mais ainda as políticas culpabilizantes e higienistas de Estado que almejam apenas individualizar a questão da PSR e pulverizar a mesma dos espaços públicos urbanos. A exemplo disso, pode-se citar a fala da até então primeira-dama da cidade de São Paulo que disse: “*Não é correto você chegar lá na rua e dar marmita, porque a pessoa tem que se conscientizar de que ela tem que sair da rua. A rua hoje é um atrativo, a pessoa gosta de ficar na rua.*” (Maia, 2020).

Além disso, pode-se citar também, como exemplo deste processo necropolítico higienista, as obras de instalação de pedras pontiagudas em baixo dos viadutos da cidade de São Paulo, que foram instaladas com o intuito de impedir que as pessoas ali alojassem, como se pode ver na imagem a seguir.



**Figura 4.** Paralelepípedos instalados sob o viaduto Antônio de Paiva Monteiro, no bairro do Tatuapé (zona leste de SP), no fim de 2020.

**Fonte:** Mazzo, Aline, 2021.

Em meio a um momento histórico que convoca pesquisadores a produzir análises aceleradas em meio ao tsunami de informações, falsas ou não, que nos interpelam cotidianamente, considera-se também a importância desta pesquisa em problematizar modos subversivos como HSR transitam no cenário brasileiro. Assim, o debate sobre estes homens desde a noção de resistência em Foucault, bem como do poder de auto-nomeação em Patrícia Hill Collins, se articula em aliança as reivindicações de movimentos sociais que ocupam os cenários das disputas de narrativas no país e que desestabilizam os regimes de colonialidade de poder.

Por fim, destaca-se a importância da Psicologia Social brasileira em problematizar as especificidades histórico-políticas, sociais, econômicas, de gênero e raciais dos HSR, ou seja, os mil trutas e mil tretas que se articulam no cotidiano. Considera-se que esta seja crucial para a desconstrução de concepções estigmatizadas/estigmatizantes, universais, cristalizadas sobre estes homens e que de alguma forma, as análises interseccionais aqui engendradas possam servir, ainda que parcialmente, para desmistificação de preconceitos e também para subsidiar

a organização de serviços, programas e políticas públicas que considerem os HSR em suas especificidades.

**REFERÊNCIAS**

- Adichie, C. N. (2019). *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo. *Outra Travessia*, 0(5), 9–16.
- Agência Brasil. (2017, dezembro 6). História Hoje: Em 1989, Massacre de Montreal ficou conhecido como ataque contra o feminismo. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/acervo/geral/audio/2017-12/historia-hoje-em-1989-massacre-de-montreal-ficou-conhecido-como-ataque-contra-o/>
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Livros.
- Almeida, M. V. D. (1996). Gênero, masculinidade e poder. *Anuário antropológico*, (95), 161-189.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Ávila, J. (2021, dezembro 16). Moradores de rua e falta de empregos preocupam os londrinenses. *Folha de Londrina*: <https://www.folhadelondrina.com.br/economia/moradores-de-rua-e-falta-de-empregos-preocupam-os-londrinenses-3147312e.html>
- Bacete, R. (2017). *Nuevos hombre buenos*. Barcelona: Península Atalaya.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, (11), 89-117.
- Balzer, C., LaGata, C., & Berredo, L. (2016). TMM annual report 2016. *Berlin: TGEU Transgender Europe*. <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>
- Barros, M. (1998). *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Record.
- Barros, J. (2011). Sobre o uso de conceitos nas ciências humanas e sociais – uma contribuição ao ensino de metodologia. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística*. 1(2), pp. 30-45.
- Beauvoir, S. (1970). *O segundo sexo: a experiência vivida*. Difusão Europeia do Livro..
- Brandão, C. R., & Borges, M. C. (2007). A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, 6(1), pp. 51-62.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação. Acesso em 25 de 01 de 2021, disponível <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoLegislacaoAnotada/anexo/CF.pdf>

- Brasil. (2008). *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública da União, Movimento Nacional de População de Rua [MNPR], Pastoral do Povo da Rua e Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência social [CONGEMAS].
- Brasil. (2009). *Rua: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.
- Brasil. (2015). *Pai Presente e Certidões*. Conselho Nacional de Justiça.
- Brasil. (2020). *Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)*. Brasília, DF: Diretoria de estudos e políticas sociais [DISOC].
- Brasil. (2021). *População em Situação de Rua: São Paulo: Censo 2021*. São Paulo, SP: Prefeitura Municipal de São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social [SMADS].
- Brasil. (n.d). *Conhecer para lutar: cartilha para formação política*. [https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR\\_Cartilha\\_Direitos\\_Conhecer\\_para\\_lutar.pdf](https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf)
- Brasil. (2022, abril 23). Estatísticas eleitorais. *Tribunal superior eleitoral*. <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>
- Braz, C., & Souza, E.R. (2018). Transmasculinidades, transformações corporais e saúde: algumas reflexões antropológicas. In M. Caetano, & P. Junior (Orgs.), *De guri a cabra-macho* (pp. 7-9). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42.
- Butler, J. (2019a). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (17a ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019b). *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo* (1a ed.). São Paulo: n-1 edições.
- Butler, J. (2019c). *Vida precária: os poderes do luto e da violência* (1a ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Caravaca-Morera, J. A., & Padilha, M. I. (2015). A dinâmica das relações familiares de moradores de rua usuários de crack. *Saúde em debate*, 39, 748-759.
- Cardoso, I. (2005). A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. *Tempo Social*, 17(2), 93-107.

- Carrara, S., Russo, J. A., & Faro, L. (2009). A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(3), 659-678.
- Cassal, M. C., & Fernandes, T. (2020). A população negra em situação de rua e a Covid-19: vidas negras importam?. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, 8(1), 97-104.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo.
- Connell, R.; Pearse, R. (2015). *Gênero: uma perspectiva global* (3a ed.). São Paulo: nVersos.
- Connell, R. (2016). *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos.
- Connell, R. (2016b, julho 07). "Masculinidades, colonialidade e neoliberalismo". Entrevista com Raewyn Connell (tradução: M. Tonhon). *Ssex Bbox*. <https://www.ssexbbox.com/2016/07/masculinidades-colonialidade-e-neoliberalismo-entrevista-com-raewyn-connel/>
- Corbin, A., Courtine, J-J., Vigarello, G. (2013a). *História da Virilidade 1: A invenção da virilidade Da antiguidade às luzes* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Vozes.
- Corbin, A., Courtine, J-J., Vigarello, G. (2013b). *História da Virilidade: a Virilidade em Crise? O Século XX e XXI* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Vozes.
- Costa, J. F. (1999). *A ordem médica e norma familiar* (Vol. 5). Rio de Janeiro: Graal.
- Coutinho, I. (2020). O papel e as telas do jornalismo. In F. Siqueira & P. Monteiro (Orgs.), *Jornalismo em tempos de pandemia: reconfigurações na TV e na Internet* (1ª ed., pp. 7-10). João Pessoa: Editora UFPB.
- De Lauretis. (2019a). A tecnologia de gênero. In H. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (1ª ed., pp. 121-155). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- De Lauretis, T. (2019b). Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: H. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (pp. 397-409). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- De Paula, H. C., Daher, D. V., Koopmans, F. F., Faria, M. G. D. A., Lemos, P. F. S., & Moniz, M. D. A. (2020). Sem isolamento: etnografia de pessoas em situação de rua na pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Enfermagem*, (73)2, 1-8.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Emicida. (2019). Ismália (R.J. Batista, L.R. Oliveira, & V.L. Moreira, Comps.). In *AmarElo* [download digital, streaming e CD]. São Paulo: Laboratório Fantasma.

- Empresário é preso após amarrar morador de rua em carro e arrastá-lo até a morte em São Luís. (2020, outubro 28). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/empresario-e-preso-apos-amarrar-morador-de-rua-em-carro-e-arrasta-lo-ate-a-morte-em-sao-luis.shtml>
- Fanon, F. (1968). *Os Condenados na Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: UBU.
- Faustino, D. (2021). O negro, o drama e as tramas da masculinidade no Brasil. In: P. Ambra (Org.), *Cartografias da masculinidade* (pp. 61-69). São Paulo: Cult.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2000). Sobre a história da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2001). *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2003) A vida dos homens infames. In: \_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222.
- Foucault, M. (2008a). *Arqueologia do Saber* (Vol. 7ed). (L. Neves, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008b). *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão* (42ª ed.). Rio de Janeiro: Vozes
- Foucault, M. (2019). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz&Terra.
- França, C. E. (2008). *O linchamento de Edson Neris da Silva: reelaborações identitárias dos skinheads “carecas do Brasil” na sociedade paulista contemporânea* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciência da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, SP, Brasil).
- Garcia, C. C. (2011). *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade.
- Gato e rato na cracolândia. (2022, março 23). *Folha de São Paulo*. Acesso em 24 de 02 de 2022, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/03/gato-e-rato-na-cracolandia.shtml>
- Gebrim, A. (2021). Ser um homem desconstruído: um impasse. In: P. Ambra (Org.), *Cartografias da masculinidade* (pp. 113-121). São Paulo: Cult.
- Giacosa, V. (2018, novembro 6). Una masculinidad necropolítica. *Rea Revista*. <http://revistarea.com/una-masculinidad-necropolitica/>

- Gil, G., & Emicida. (2020). É tudo pra ontem (F. Vassao, L. Roque, & T. Jamelão.). In *É tudo pra ontem* [download digital e streaming]. São Paulo: Laboratório Fantasma.
- Gomes, B. R., & Adorno, R. D. C. F. (2011). Tornar-se “noia”: trajetória e sofrimento social nos “usos de crack” no centro de São Paulo. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 15(3), 569-586.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. (tradução: A.L. de Oliveira e L.C. Leão). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Haraway, D. (1995a). *Ciencia, cyborgs y mujeres: La reinvencción de la naturaleza*. Madrid: Ediciones Catedra.
- Haraway, D. (1995b). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, (5), 7-41.
- Hollanda, H. B. D. (2019). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos.
- Honorato, B. E. F., & Oliveira, A. C. S. (2020). População em situação de rua e COVID-19. *Revista de Administração Pública*, (54)4, 1064-1078.
- hooks, b. (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva.
- hooks, b. (2020). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2018). *Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil*. IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2019). *Atlas da Violência: 2019*.
- Jucá, B. (2019, maio 10). Doze militares são denunciados por fuzilamento de músico catador no Rio. *El País Brasil*. <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/movimento-reclama-de-descaso-com-moradores-de-rua-na-pandemia-3040529e.html>
- Júnior, D. M. A. (2013). *Nordestino: invenção do “falo”: uma história do gênero masculino (1920-1940)*. São Paulo: Intermeios.
- Kimmel, M. S., Hearn, J., & Connell, R. W. (Orgs.). (2004). *Handbook of studies on men and masculinities*. Sage Publications.
- Kimmel, M. S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes antropológicos*, 4(9), 103-117.
- Kilomba, G. (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó.

- Lei de 16 de dezembro de 1830.* (1830). Manda executar o código criminal. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm)
- Lei nº 11.489, de 20 de junho de 2017.* (2017). Institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11489.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11489.htm)
- Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2016.* (2016). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)
- Lemos, F.C. S.; Galindo, D.; Reis Júnior, L.P.; Moreira, M.M. & Borges, A. G. (2015). Análise Documental: Algumas Pistas de Pesquisa em Psicologia e História. *Psicologia em Estudo*, 20 (3), 461-469.
- Lima, A. B. (2006). Os sentidos na mídia: o MST em dois jornais diários. *Psicologia & Sociedade*, 18, 97-103.
- Lopes, R. J. (2018, janeiro 14). Na nossa espécie, violência e estupidez são coisa de homem, não de mulher. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldojoselopes/2018/01/1950138-na-nossa-especie-violencia-e-estupidez-sao-coisa-de-homem-nao-de-mulher.shtml>
- Louro, G. L. (2003). Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o excêntrico. In: G. L. Louro.; J. Felipe & S. V. Goellner (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Louro, G. L. (2019). Pedagogias da sexualidade. In: G. L. Louro (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952.
- Maia, D. (2017, maio 26). Nova cracolândia no centro de SP dobra de tamanho em apenas um dia. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1887625-nova-cracolandia-no-centro-de-sp-dobra-de-tamanho-em-apenas-um-dia.shtml>
- Maia, D. (2020, julho 3). Declaração de Bia Doria sobre moradores de rua atrai pedidos por sua saída do Fundo Social de SP. *Folha de São Paulo*. Acesso em 06 de 04 de 2021, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/declaracao-de-bia-doria-sobre-moradores-de-rua-atrai-pedidos-por-sua-saida-do-fundo-social-de-sp.shtml>
- Mansano, S. R. V. (2009a). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 8, p. 110-117.

- Mansano, S. R. V. (2009b). *Sorria, você está sendo controlado: resistência e poder na sociedade de controle*. São Paulo: Summus.
- Mansano, S. R. V. (2012). Alguns desafios colocados para a pesquisa qualitativa na contemporaneidade. *Revista Espaço Acadêmico*, 12(136), 01-09.
- Marconi, P. (2019, maio 19). Pesquisa mostra que Londrina tem quase mil moradores de rua. *Folha de Londrina*: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/pesquisa-mostra-que-londrina-tem-quase-mil-moradores-de-rua-2938939e.html>
- Marconi, P. (2020, dezembro 15). Movimento reclama de ‘descaso’ com moradores de rua na pandemia. *Folha de Londrina*. <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/movimento-reclama-de-descaso-com-moradores-de-rua-na-pandemia-3040529e.html>
- Mazzo, A. (2021, fevereiro 1º). Para evitar moradores de rua, prefeitura instala pedras sob viadutos na zona leste de SP. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/02/para-evitar-moradores-de-rua-prefeitura-instala-pedras-sob-viadutos-na-zona-leste-de-sp.shtml>
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1.
- Mbembe, A. (2020). *Necropolítica* (7a ed.). São Paulo: n-1.
- McClintock, A. (2010). *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. São Paulo: Unicamp.
- Medrado, B., & Lyra, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809-840.
- Medrado, B., & Lyra, J. (2018). Em tempos de masculinidades coloniais em relevo, um intento de prefácio. In M. Caetano, & P. Junior (Orgs.), *De guri a cabra-macho* (pp. 7-9). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Mendes, K. T., Chagas, D. P. & Penna, L. H. G. (2020). Saúde, cidadania, drogas e situação de rua: reflexões e caminhos para novas concepções. In I. Rodrigues, & D. C. Fernandes (Orgs.), *Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades* (pp. 71-90). Curitiba: CRV.
- Meyer, D. E. (2013). Gênero e educação: teoria e política. In: G. L. Louro; FELIPE J. Felipe; S. V. Goellner (org.). *Corpo, gênero e sexualidade* (9a ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Mignolo, W. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94), 1-18.
- Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, (21), 150-182.

- Miskolci, R. (2013). *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume.
- Miskolci, R. (2020). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* (3a ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Morando, L. (2021, maio 13). Uma masculinidade necropolítica. *Resista! Observatório de resistências plurais*. <https://resistadotblog.wordpress.com/2021/05/13/uma-masculinidade-necropolitica/>
- Mouillaud, M. (2002a). Da forma ao sentido. In: S.D. Porto, & M. Mouillaud (Orgs.), *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora da UnB.
- Mouillaud, M. (2002b). A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: S.D. Porto, & M. Mouillaud (Orgs.), *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora da UnB.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em estudo*, 11(3), 647-654.
- Nascimento, M. (2018). Essa história de ser homem: reflexões afetivo-políticas sobre masculinidades. In: M. Caetano, & P. M. da Silva Júnior (Orgs.), *De guri a cabra macho: masculinidades no Brasil* (1a ed., pp. 16-27). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Palhares, I., & Zylberkan, M. (2022, janeiro 24). População de moradores de rua cresce 31% em São Paulo na pandemia. *Folha de São Paulo*. <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-eleicao-de-jair-bolsonaro-para-presidente-da-republica>
- PapodeHomem. (2019). *O silêncio dos homens* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>
- Pelbart, P. P. (2000). *A vertigem por um fio, políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras.
- Pereira, S., & Gomes, L. S. (2019). Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. *Plural-Revista De Ciências Sociais*, 26(1), 197-207.
- Pereira, L. (2021, junho 17). Me olha de novo?. *Elástica*. <https://elastica.abril.com.br/especiais/linn-da-quebrada-trava-linguas-musica-industria-representatividade/>
- Petrocilo, C. (2020, abril 02). ‘As pessoas me olham de um jeito que parece que sou o vírus’, diz morador de rua. *Folha de São Paulo*: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/as-pessoas-me-olham-de-um-jeito-que-parece-que-sou-o-virus-diz-morador-de-rua.shtml>
- Pinheiro, D. A. L. (2017). *Subjetividades em situação de rua: uma analítica do governo dos pobres* (Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

- Pinto, C. R. J. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de sociologia e política*, 18(36), 15-23.
- Porto, S. D., & Mouillaud, M. (2002). O jornal: da forma ao sentido. *Brasília: Editora da UnB*.
- Preciado, P. B. (2016). *Manifiesto contrasexual*. São Paulo: n-1.
- Preciado, P. B. (2019). Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais. In H. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* (1ª ed., pp. 421-430). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Presidente do TSE confirma eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. (2018, outubro 28). Acesso em 11 de 03 de 2021, disponível em *Tribunal Superior Eleitoral*: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-eleicao-de-jair-bolsonaro-para-presidente-da-republica>
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, v. 13, nº 29, pp. 11-20.
- Quijano, A. (2002). Colonialidade, Poder, globalização e Democracia. *Novos Rumos*, Marília, v.17, no 37, pp.1-25.
- Quijano, A. (2017). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e America Latina. Buenos Aires: Clasco-Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- Rangel, E. M. R., Monteiro, B. G. D. S. M., & de Moraes, L. P. (2017). “Porque eu sou é home!”: uma análise dos impactos da construção social da masculinidade no cuidado com a saúde. *Interfaces Científicas-Humanas e Sociais*, 6(2), 243-252.
- Relatório do CNS e CNDH denuncia o descaso do governo federal com as pessoas em situação de rua na pandemia. (2021, dezembro 2). *Conselho Nacional de Saúde*. <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2228-relatorio-do-cns-e-cndh-denuncia-o-descaso-do-governo-federal-com-as-pessoas-em-situacao-de-rua-na-pandemia#:~:text=Segundo%20mat%C3%A9ria%20publicada%20pela%20Fiocruz,indica%20que%20o%20n%C3%BAmero%20aumentou>.
- Restier, H. (2019). O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In H. Restier, & R. M. de Souza (Orgs.), *Diálogos Contemporâneos Sobre Homens Negros e Masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial.
- Restier, H., & Souza, R. M. de (2019). *Diálogos Contemporâneos Sobre Homens Negros e Masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial.
- Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Rodrigues, J. C. (1975). *O tabu do corpo*. Rio de Janeiro: Achiamé.

- Rodrigues, I. S., & Fernandes, D. C. (2020). *Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil - grandes cidades*. Curitiba: CRV.
- Rodrigues, I. S., Fernandes, D. C., Delgado, L. P., Valle, B.S.D. (2020). A gênese social da situação de rua no Brasil. In I. S. Rodrigues, & D. C. Fernandes (Orgs.), *Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil - grandes cidades* (pp. 23-46). Curitiba: CRV.
- Rodrigues, I. S., Delgado, L. P., Valle, B.S.D. (2020). O mito da invisibilidade dos cidadãos em situação de rua. *Abordagens*, 1(1), pp. 111-121.
- Roman, M. (2020, outubro 02). Londrina: vídeo de comerciante jogando água para expulsar morador de rua gera protestos. *Folha de Londrina*. <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/londrina-video-de-comerciante-jogando-agua-para-expulsar-morador-de-rua-gera-protestos-3019989e.html>
- Rômany, Í. (2020, setembro 14). #Verificamos: é falso que nenhuma pessoa em situação de rua morreu de Covi-19 no país. *Folha de São Paulo*. <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/09/14/verificamos-pessoa-rua-covid/>
- Santos, B. D. S. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos avançados*, 2(2), pp. 46-71.
- Scott J. (2019). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: H. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico* (23a ed). São Paulo: Cortez.
- Silva, F. M. D. (2019). *Políticas de morte para corpos sem lei: travestis e homens e mulheres transexuais da invisibilidade da vida ao descaso na morte* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil).
- Skinhead que postou foto enforcando morador de rua é preso em São Paulo. (2013a, abril 15). *Correio Braziliense*. <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/04/15/interna-brasil,360458/skinhead-que-postou-foto-enforcando-morador-de-rua-e-preso-em-sao-paulo.shtml>
- Skinhead que enforcou morador de rua na Savassi consegue liberdade após 6 meses. (2013b, outubro 23). *Hoje em Dia*. <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/skinhead-que-enforcou-morador-de-rua-na-savassi-consegue-liberdade-ap%C3%B3s-6-meses-1.215858>
- Spink, M. J. P. (1993). O conceito de representações sociais na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9 (3), 300-308.
- Spink, M. J. P., Brigagão, J. I. M., Nascimento, V. L. V., & Cordeiro, M. P. (Orgs.). (2014). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

- Spink, P. (2013). Análise de documentos de domínio público. In: Spink, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. (Cap. 5, pp. 100-126). São Paulo: Editora Cortez.
- Ströher, C.E. (2014). História em revolução: Michel Foucault e a produção do conhecimento histórico. *Diálogos*, 18, pp. 15-48.
- Taraud, C. (2013). Virilidades coloniais e pós-coloniais. In A. Corbain, JJ. Courtine & G. Vigarello (Orgs.), *História da Virilidade 3: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI* (pp. 454-484).
- Trevisan, J. S. (2021). *Seis balas num buraco só: a crise do masculino* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Valadares, G. N. (2018, julho 25). 129 projetos, iniciativas e pessoas que trabalham com a transformação dos homens, no Brasil e no mundo. *Papo de Homem*. <https://papodehomem.com.br/transformacao-homens-masculinidades-projetos-iniciativas-pessoas/>
- Valencia, S. (2021, maio 13). Uma masculinidade necropolítica. *Resista! Observatório de resistências plurais*. <https://resistadotblog.wordpress.com/2021/05/13/uma-masculinidade-necropolitica/>
- Veja 11 frases polêmicas de Bolsonaro. (2018, outubro 6). *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/veja-11-frases-polemicas-de-bolsonaro.shtml>
- Zylberkan, M. (2022, março 23). Praça princesa Isabel, em SP, foi de cartão-postal militar a símbolo de miséria. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/03/praca-princesa-isabel-em-sp-foi-de-cartao-postal-militar-a-simbolo-de-miseria.shtml?origin=folha>